

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

**ANA PAULA DA SILVA DETTMANN**

**PSICOLOGIA, POLÍTICA E ÉTICA:  
HISTÓRIAS E PERSONAGENS DA POLÍTICA PÚBLICA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**VITÓRIA  
2013**

**ANA PAULA DA SILVA DETTMANN**

**PSICOLOGIA, POLÍTICA E ÉTICA:  
HISTÓRIAS E PERSONAGENS DA POLÍTICA PÚBLICA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional, na área de Processos Educacionais, História e Cidadania.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elizabeth Maria Andrade Aragão

Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lilian Rose Margotto

VITÓRIA

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

D483p Dettmann, Ana Paula da Silva, 1983-  
Psicologia, política e ética : histórias e personagens da  
política pública de assistência social / Ana Paula da Silva  
Dettmann. – 2013.  
100 f.

Orientador: Elizabeth Maria Andrade Aragão.

Coorientador: Lilian Rose Margotto.

Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) –  
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências  
Humanas e Naturais.

1. Sistema Único de Assistência Social (Brasil). 2. Psicologia.  
3. Assistência social. 4. Psicologia clínica. 5. Políticas públicas. I.  
Aragão, Elizabeth Maria Andrade. II. Margotto, Lilian Rose, 1967-  
. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências  
Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 159.9

---

**ANA PAULA DA SILVA DETTMANN**

**PSICOLOGIA, POLÍTICA E ÉTICA:  
HISTÓRIAS E PERSONAGENS DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional, na área de Processos Educacionais, História e Cidadania.

Aprovada em 10 de julho de 2013.

**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> ELIZABETH MARIA ANDRADE ARAGÃO**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Orientadora**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> LILIAN ROSE MARGOTTO**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Coorientadora**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> LEILA APARECIDA DOMINGUES MACHADO**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> FRANCIS SODRE**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**

À minha mãe e ao meu pai,  
por tudo que representam na minha vida.

## AGRADECIMENTOS

À vida... Pela sua intensidade, pela sua intempestividade, pelos seus percursos e contornos, tanto os planejados como os inesperados, pela oportunidade de escolhas, retornos e aprendizagens. Pelo modo de vida aprendido, que não precisa ser pesado!

À minha mãe, Marlene. Sem ela, eu nada seria! Sem ela nada na vida seria possível. Mãe, com todos os afetos que pode trazer. Pelo amor, dedicação e cuidado incondicional. Sempre me apoiou, mesmo nas coisas com as quais não concordava ou as quais não entendia... Ela é quem torna a cada dia a vida mais doce, menos pesada, com mais amor, mais viva!

Ao meu pai, José Mário. Pai, com tantos outros afetos. Proporcionou-nos o cuidado, mas também o entendimento de que nem tudo é como devia e nem como a gente queria... Mas a vida pode ser mais leve! Por acreditar em sonhos, os que se realizaram e mesmo os que não se realizariam.

À Flávia, minha irmã, pela vida compartilhada... Por partilhar a suavidade da existência. Por também proporcionar um novo sentido a ela com o presente que nos deu, a Ana Flávia. À Ana Flávia, nosso anjo, nosso novo sentido da vida! Ao Anderson, cunhado, pelo apoio dado sempre que solicitado.

Ao meu avô, Germano Dettmann, que viveu a vida junto, e após a sua partida, ainda está presente, ensinando que é preciso aproveitar a vida intensamente enquanto ela pulsa. À Família Silva e aos Dettmanns, pelas histórias que compõem a vida, desde sempre! Luciana, prima tão amiga; Fredson, primo querido, quem compartilhou por tanto tempo histórias de acampamentos e de vida; Taciana, prima tão presente mesmo separadas pela distância; Tia Luiza, Dettmann primogênita com todo o afeto que traz o título; tio Paulo, meu querido padrinho. Tia Teca, outra primogênita e outros afetos; Nanda; Nete. Tantos outros primos queridos e tios queridos, nem dá para nomear pela extensão da família.

À Beth Aragão, a melhor orientadora que eu poderia ter! Pelo encontro que tivemos na vida! Encontro daqueles que sabemos que deveria acontecer... Pelas confidências, pela motivação, pela orientação para fins e em lugares diversos, pela

contribuição com a sua história de vida... Agradeço pela orientação no mestrado e para a vida inteira!

À Lílian, minha coorientadora, pela gentileza e competência, que muito me fez crescer e escrever com toda a sua dedicação e disciplina.

À Banca, pelas considerações essenciais para uma construção acadêmica e pessoal. À Ana Bock, pelas contribuições tão gentis. À Francis Sodré, pela disponibilidade, atenção e gentileza. À professora Leila, pela participação na banca e, desde a graduação, para a construção ética, estética e política desse trabalho e da vida.

À professora Cristina, que inspirava em suas aulas, e a partir de uma aproximação no mestrado, compartilhou encontros de busca por um modo de vida mais potente!

Aos psicólogos entrevistados, alguns amigos, outros que se tornaram amigos. De qualquer modo, ganharam minha admiração pela seriedade em suas intervenções políticas e éticas e por acreditarem em um mundo melhor.

A todos os companheiros do mestrado, que fizeram juntos essa trajetória de nos tornarmos escritores, críticos, de nos percebermos vivos! Pelos encontros no PPGPSI, pelos almoços no RU, pelos festejos na casa da orientadora, pelos encontros de meditação, pelos emails trocados, pelos afagos em palavras. Encontros que, às vezes, nem percebidos em sua intensidade, mas que também transformaram a vida!

À Lívia, por dividir os momentos de crescimento como docente e como pessoa. À turma de Pedagogia do 2º período noturno em 2012/1, por nos ensinar a sermos professoras. Também à turma de Pedagogia do 1º período noturno em 2012/2, pela acolhida. Sr. Elias, sempre tão gentil.

A Ruy, querido, por compartilhar a vida, real e virtualmente. Ruth, por tanta vida em comum; obrigada pelas potencializadoras considerações finais para esses escritos! Fernando, Carol, Keli, Daniel, Paola, Lutz, Ricardo: psicólogos que passei a admirar. Soninha, pela doçura e disponibilidade; Luciana Mattedi, tão agradável e competente na revisão desse trabalho; Rozangela, pela atenção e gentileza enquanto transcrevia horas de conversações. Ao Grupo de Orientação, por tantos bons encontros.

A outros mestres, Robinson Lima e Angela Nobre, supervisores de estágios, através dos quais foi possível traçar os caminhos dessa constituição profissional e pessoal. Robinho, por viver a leveza da vida. Angela, que em seu modo de vida marcou que esses caminhos (e os da vida) não precisam ser pesados! A Nelson Lucero, supervisor de extensão, também pelo caminho traçado pelos anos de faculdade, com a firmeza da suavidade da existência. A outros, ainda, que estiveram presente na trajetória percorrida na UFES; Olga Soubotinick, como precursora nos caminhos da pesquisa; Monica Nogueira, como iniciadora nos caminhos de docência.

Aos psicólogos que marcaram nos estágios além dos espaços da UFES, Jaciara Mattedi, Geruza Abreu, Eduardo Miranda, pelos ensinamentos, compartilhamentos da vida e pelas confrarias; ao Angelo Poltronieri, sempre querido chefe. Ao Josélio, supervisor nos primeiros passos nas políticas públicas... Agradeço pelas trocas sempre tão carinhosas. À Domitila e Tiago, tão bons companheiros.

Aos meus amigos da Psicologia, pois sem eles muito desse conhecimento adquirido fora das salas de aula não se teria feito possível: Alex, Christiane, Diego, Giuseppe, Jésio, Magno e Bárbara, Núbia e Alexandre também, Ricardo, Rogério, Vinícius. Todos tão importantes e especiais.

Ao Giuseppe, em especial, por tanto tempo ao meu lado, confabulando relações de amor e poder, teorias e práticas, na psicologia e na vida.

Aos amigos de estágio, por nossos bons encontros: Bruna, Cláudia, Douglas, Paula, e seus respectivos pares. À Ariadne Dettmann, amiga que se tornou parente, ou vice-versa, que, além dos caminhos cruzados na vida, participou também no percurso das políticas públicas e de vida.

Aos meus amigos que, em mundo fora da psicologia, curiosos, queriam ouvir as análises psicológicas da vida. Pouco entendiam o que eu falava: as críticas, as indignações, as expectativas de outros modos de vida! Mas estavam juntos em toda a caminhada. Em especial, minhas mais que amigas, quase irmãs, Michele e Carla.

Às minhas amigas, assistentes sociais: Débora Emília, pelos momentos conectados no laboratório de informática e na vida; Gisele Rangel, pelos legados do viver compartilhado em recadinhos em pedaços de papel; Tatiane Garcia, amiga querida com quem compartilhei a vida fora do mundo universitário; Luceila, Clarissa,

Sandrely, outros tantos bons encontros. Obrigada pela amizade que fizeram permanecer!

Amigos, de tão longa data, constituídos nas histórias que se perderam no tempo, mas não nas marcas deixadas na vida: Patrícia, Jacqueline, Ana Maria; Ricardo Garcia, Robinho e Kiko (que foi embora tão cedo); Eliana Mutz e Sergio; tão bons encontros. Angela, Avila, Ellen, Cristiane Avelar, Giselda; Jaximara, Leidy Dayana, Kenia. Constituímo-nos nas escolas da vida; Luana, Lílian, Gisele Pimentel, Daniel, Cloves, os Felipes que já não lembro mais das grafias – de tantos que eram –, com quem compartilhei a liberdade de ir e principalmente a aprender a voltar; encontros à beira-mar, na padaria e nos muros, na rodoviária e na biblioteca cheia de psicologia. Felipe, Elaine e Kelen, com quem dividi sonhos quando queríamos entrar na UFES.

À Vanuza e Graça, pelo apoio no percurso profissional.

A São Mateus, cidade que proporcionou valiosos ensinamentos de políticas públicas, de gestão pública, de psicologia, de relações humanas, de vida. Aos amigos que fiz e que compartilharam comigo lágrimas e risos nesse processo: À Brígida, Aracelli e Álvaro, que me faziam sentir acolhida e lembrar que a vida é mais do que trabalho. Nádia, pela amizade que me confiou e os bons encontros de norte a sul do estado. À tia Teca, ótima anfitriã. Ao Hermes, meu primeiro e para sempre amigo; Nete, meu porto seguro; Soraia, meu outro porto seguro, pela tão dedicada disponibilidade e amizade; Philiane, amiga com quem compartilhei ideologias e vida; Nínivy, minha eterna companheira de casa; Jane, que compartilhou a dor e a alegria de viver em Sama; agradeço pelas tantas acolhidas que também me fizeram sentir um pouco em casa e por compartilharem as questões de estarmos vivos. A Isalci, que me ajudou a entender o que estava fazendo ali, aqui, na vida. Ao Samuel, pela companhia sempre carinhosa. Lucimara, uma amizade tão doce. Ao Pablo, pelas comédias da vida privada e pela leitura tão atenciosa desse trabalho tão diferente daquilo que é exato. Aos amigos com os quais fui presenteada no dia-a-dia do trabalho – Vanuza e João Batista, na Casa de Passagem; Pablo, Talita, Vânia e Patrícia, no CASEA; Nóslen, Sayonara, Roberta e Índira, Equipe Especial – todos com os quais compartilhei o percurso da elaboração e efetivação de atuação nas Políticas Públicas a partir da ética da vida. Ao Dr. Dejairo, Juiz da Infância e Juventude, que acreditou no meu trabalho. Ao Promotor Pedro Ivo, que acreditava em uma sociedade legitimamente mais justa.

À profissão Psicólogo. A humanização do ambiente de trabalho. Princípios instituídos na orientação e fiscalização da Ética Profissional, entendidos a partir de posturas e ensinamentos cotidianos, feitos de um modo ou de outro.

À Família IASES, irmãos que nos constituímos no cotidiano do trabalho e da vida, Graça, Marisley, Ana Paula Rocha, Esdras Roberta, Mirna, Renata, Gustavo e Sr. Wilson. A uma amiga que, para além do trabalho, ficará para além dos muros do IASES, Theresa Raquel. Aos amigos feitos nos cursos de formação que tornaram mais leves momentos tão endurecidos, Felipe, Gladston, Neto, Rodrigo, Thiago Sucolotte, Thiago Leite, Wilson Cravo.

Aos profissionais da Unidade de Saúde Vitória pela acolhida. À Patrícia Braga, pela oportunidade de aprender a partir das suas experiências. Elana, Elaine e Letícia pela construção do trabalho coletivo.

A todas as pessoas atendidas, pelo enriquecimento com suas histórias de vida... Espero ter contribuído para a produção de outros modos de existência.

Às novas perspectivas... De vida! À constituição de outros modos de existência e estilos de vida! Mais potentes. Mais leves. Mais felizes.

## RESUMO

Psicologia, Política e Ética são apresentadas como estratégias políticas de gestão da vida e discutem as possibilidades de intervenção da Psicologia na Política sob uma perspectiva ética da vida. O objetivo da pesquisa foi investigar a visão dos psicólogos sobre a Política de Assistência Social e as práticas que eles desenvolvem. Para tanto, optou-se por uma pesquisa qualitativa, pautada na História Oral e baseada em depoimentos de 11 psicólogos que atuam nessa política no Espírito Santo e participam do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS. Os depoimentos levantaram aspectos acerca de Psicologia e Política inter-relacionados à formação e atuação. As histórias e os personagens na política de Assistência Social levam ao cotidiano do trabalho por vezes entremeadas às estratégias biopolíticas de controle e resistências, que ora reproduzem regras e normatizações ora produzem linhas de fugas, desviam e galgam caminhos possíveis de outros modos de vida. Re-apresentadas em forma dos personagens que falam pelos psicólogos, as histórias ganharam nome tal como o *Carcereiro*, o *Capitão do Mato*, o *Leão de Chácaras* e a *Rainha de Copas*. A perspectiva da clínica ampliada traz ainda as possibilidades de transformação do sujeito e da sociedade a partir de uma visão clínica e crítica da Psicologia e das Políticas Públicas.

Palavras-chave: Psicologia. Assistência Social/SUAS. Clínica Ampliada.

## ABSTRACT

Psychology, Politics and Ethics are presented as political strategies of life management and discuss the possibilities of intervention of Psychology in Politics under an ethical perspective of life. The aim of this research was to investigate psychologists' view on Social Service Policy and the practices they develop. In order to achieve the objective, this study embraces a qualitative research paradigm, guided by Oral History and based on 11 testimonies of psychologists that act on that Espírito Santo policy and take part in Fórum Estadual dos trabalhadores do SUAS. The testimonies raised aspects about Psychology and Policy interrelated to qualification and performance. The stories and characters in Social Services policy lead to the everyday of work, sometimes interspersed with biopolitics strategies of control and resistance, that either reproduce rules and standardization or produce lines of flight, divert and take possible paths of other ways of life. Re-introduced under the shape of characters that speak through psychologists, the stories are named, such as "O Carcereiro", "O Capitão do Mato", "O Leão de Chácaras" e a "Rainha de Copas". The perspective of an expanded clinic carries the possibilities of subject and society change, from a clinic and critical view of Psychology and Public Policies.

Key-words: Psychology. Social Service/SUAS. Expanded Clinic.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Formação dos psicólogos entrevistados

Tabela 2 – Influências teóricas e outras

Tabela 3 – ONGs atuantes no Espírito Santo

Tabela 4 – O Trabalho no SUAS dos psicólogos entrevistados

Tabela 5 – Relatos de experiências de assédio moral no trabalho

## LISTA DE SIGLAS

**BPC** – Benefício de Prestação Continuada

**CADÚnico** – Cadastro Único para Programas Sociais

**CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS** – Centro de Referência Especializada de Assistência Social

**CREPOP** – Centro de Referência Técnica de Psicologia e Políticas Públicas

**FEBEM** – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

**FESBEM** – Fundação Espírito Santense do Bem-Estar do Menor

**FUNABEM** – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

**IASES** – Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo

**IGD** – Índice de Gestão Descentralizada

**LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social

**NOB/RH-SUAS** – Normas Operacionais Básicas/ Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

**NOB-SUAS** – Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social

**PNAS** – Plano Nacional de Assistência Social

**SINASE** – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>1. PSICOLOGIA, POLÍTICA E ÉTICA: PERSONAGENS E HISTÓRIAS NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>15</b>
<b>2. ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DA VIDA: POLÍTICA, PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>23</b>
2.1 AS ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS DE GESTÃO DA VIDA .....	23
2.2 FORMA(TA)ÇÃO EM PSICOLOGIA .....	29
2.3 HISTÓRIAS NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	35
<b>3. PERSONAGENS NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>48</b>
3.1 O PSICÓLOGO TRABALHADOR DO SUAS .....	48
3.2 DO CARCEREIRO AO CAPITÃO DO MATO: DISCIPLINARIZAÇÃO DOS CORPOS E CONTROLE DAS ALMAS. E O LEÃO DE CHÁCARAS: O OLHO QUE TUDO VÊ. ....	58
3.3 A RAINHA DE COPAS: ESTRATÉGIAS DE SILENCIAMENTO E ADOECIMENTO.....	64
<b>4. E A VIDA EXTRAPOLA AO CONTROLE.....</b>	<b>74</b>
4.1 AS RESISTÊNCIAS E AS ALIANÇAS CONSTITUÍDAS NAS REDES DE SOLIDARIEDADE .....	74
4.2 CLÍNICA E POLÍTICA .....	79
<b>5. AS PALAVRAS DE UM LIVRO SEM FINAL: A UTOPIA ATIVA! .....</b>	<b>86</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO: LISTA DE PONTOS FUNDAMENTAIS PARA DISCUSSÃO DO TEMA DE PESQUISA .....</b>	<b>98</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>99</b>

Aprendi a pescar histórias.  
Elas alimentam a nossa imaginação.  
Amanhã vou pescar de novo.  
Esse marzão precisa de cuidados.  
Quero ensinar meus filhos a pescarem peixes e histórias.

Daniel Libardi, 2011.

## 1. PSICOLOGIA, POLÍTICA E ÉTICA: PERSONAGENS E HISTÓRIAS NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Política:

do grego *ta politika* – quem vem da *polis*

*polis* – a própria cidade grega

do latim *res publica* – a coisa pública

*civitas* – a cidade como ente público e coletivo

(CHAUI, 2000)

Psicologia:

do grego *psyché* – alma

*lógos* – razão, estudo

(BOCK, 1999b)

Política e Psicologia. São esses os temas definidos inicialmente e a base fundamental para a imensurável ramificação das temáticas que circundaram esse estudo. Foi a partir de algumas inquietações provocadas por esses dois temas que se priorizaram as discussões que seguem, sem a pretensão de tratar de todos os elementos da formação da Política nem da profissão da Psicologia, ou mesmo de abarcar os vários questionamentos e possíveis campos de pesquisa em sua totalidade.

Como precedente desse estudo, demarco a minha experiência profissional como psicóloga em programas de atendimento a adolescentes na política de Assistência Social em uma cidade do norte do Espírito Santo, São Mateus<sup>1</sup>, entre os anos de 2008 e 2010. Nos programas da política social, responsabilizei-me por uma série de intervenções, indo muito além das prerrogativas do trabalho do psicólogo: em alguns momentos em cargo de gestão e, em outros momentos, em cargos cuja atuação foi atravessada pela ingerência de agentes políticos. A experiência em outras políticas, como a política estadual de socioeducação, entre os anos 2011 e 2012, também contribuiu para algumas percepções dessa análise. No cotidiano desses trabalhos, permearam os discursos éticos dos princípios e diretrizes das políticas públicas contemporâneas com as práticas que ainda trazem um ranço do histórico

---

<sup>1</sup> São Mateus é uma cidade da Região Nordeste do Espírito Santo, conforme Divisão Administrativa, e apresenta uma população de 109.067 habitantes (IBGE, 2012).

assistencialismo das antigas instituições beneficentes<sup>2</sup> ou a coerção e repressão das antigas instituições totais para menores<sup>3</sup>. Também podemos citar as novas perspectivas que se abrem com as experiências a partir das estratégias de saúde coletiva na capital do Estado, mas que ainda se deparam com práticas terapêuticas tão individualizantes.

Tais vivências no âmbito das políticas públicas me suscitaram questionamentos a respeito do sistema político instaurado na contemporaneidade, da própria construção das políticas públicas, da responsabilidade da gestão local e também das práticas dos psicólogos. Nas análises, foram pensadas as formas como estão constituídas as relações entre os psicólogos e os agentes políticos, contextualizadas em uma complexidade histórica, política e social. É assim que nos deparamos com o tema da interlocução entre Política e Psicologia.

A Política é tema de discussão em diversos níveis de entendimento, desde o senso comum até as teorias políticas (ARENDDT, 2004). A Psicologia igualmente é tema de estudos, com uma vasta discussão em pesquisas e artigos, seja como ciência que estuda o comportamento e os processos mentais do homem, seja como o exercício da profissão (BOCK, 1999b). Aos importantes debates acerca da sua concepção, de suas visões de mundo e de homem, são acrescentados, somente nas últimas décadas, os outros rumos que o papel da Psicologia ganhou no campo da Política. É a partir dessa nova perspectiva que Psicologia e Política se tornaram tema relevante para esse trabalho.

Dissertar sobre o entrecruzamento Psicologia e Política nos direcionou a aspectos do trabalho do psicólogo na política social instituída. Nesse âmbito, priorizamos observar as relações e jogos de poder que circulam nas políticas de gestão e controle da vida, assim como nas práticas de resistências que se constroem

---

<sup>2</sup> Relevam-se os movimentos da Igreja Católica, como as pastorais, as Santas Casas de Misericórdia, entre outras, como organizações beneficentes para assistência à sociedade e de serviços de caridade aos necessitados.

<sup>3</sup> A história da política de socioeducação é perpassada por esse tipo de instituição, como a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), cujos parâmetros de trabalho seguiam as diretrizes da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), amparada pela doutrina da situação irregular. No Espírito Santo, a Fundação Espírito-Santense do Bem-Estar do Menor (FESBEM) foi fundada em 1967, sucedida por outra instituição, mas somente em 2005, o Instituto de Atendimento Socioeducativo (autarquia estadual responsável pela política pública de atendimento ao adolescente que praticou ato infracional) se tornou responsável pela política de socioeducação pautada nos princípios legais estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/SINASE.

cotidianamente nesses espaços. Para delimitar um recorte da amplitude do tema, o debate se faz aqui no âmbito da Assistência Social, mais especificamente, a Psicologia como profissão vinculada a essa política. Tal política foi privilegiada como campo de coleta de depoimentos por se caracterizar como uma atividade fim que assegura atendimento direto à população. As perspectivas foram, então, pensadas sob a ótica dos psicólogos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)<sup>4</sup>.

Apontamos que o recorte da Política de Assistência Social é devido à aproximação com o campo. Contudo, as observações/problemáticas discutidas são encontradas em outros campos da política pública atual. Áreas de trabalho como as Políticas Públicas de Educação, Saúde, Segurança Pública, entre outras, são apresentadas em inúmeras pesquisas sobre os cenários atuais dessas políticas. Compreendemos, assim, as problemáticas discutidas nessa pesquisa, e nos outros campos, como uma inter-relação direta do sistema econômico-político vigente com as práticas das Políticas Públicas. Limitamo-nos, ainda, a discutir as práticas na política pública, embora a questão do privado apareça paralelamente com problemáticas inter-relacionadas e diferenciando os âmbitos do trabalho público e privado.

A inserção nesse campo teve o objetivo de pesquisar a visão dos psicólogos sobre a Política de Assistência Social que desenvolvem. Em face do objetivo, a pesquisa se propôs especificamente a investigar, com esses profissionais, suas concepções acerca do próprio conceito de Política de Assistência Social, alguns aspectos do cotidiano de trabalho desenvolvido nesse âmbito e as práticas de resistência. Nesse sentido, esperava-se compreender, por meio dos depoimentos, como se dá a inserção de psicólogos nesse serviço público, além de conhecer as trajetórias acadêmicas e suas experiências no âmbito das políticas sociais.

Para a realização da investigação, optou-se por uma pesquisa qualitativa, baseada em depoimentos orais, na qual os entrevistados foram psicólogos, servidores públicos, que atuam ou atuaram na Assistência Social no estado do Espírito Santo, e que apresentavam participação em fóruns políticos, tal como o Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS. Sendo o fórum um espaço permanente de representação

---

<sup>4</sup>O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o sistema de atendimento social instituído pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004. Será apresentado e discutido posteriormente neste trabalho.

dos trabalhadores da política, ele pretende se caracterizar como um espaço de discussão profissional. O espaço foi instituído a partir de uma mobilização nacional, que direcionou agentes inseridos nas Políticas Sociais no Estado do Espírito Santo a se organizarem, a fim de articularem e mobilizarem ações no âmbito da Assistência Social. Assim, o Fórum<sup>5</sup> foi concebido como um

Espaço permanente de representação das trabalhadoras e dos trabalhadores em suas diversas formas de organização, entidades de trabalhadores ligadas à assistência com personalidade jurídica ou pessoas físicas trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, [...] Espaço de articulação e deliberação política em defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) democrático, participativo, com financiamento específico e controle social (informação verbal).

Dentre alguns objetivos<sup>6</sup> encontramos:

- Articular e mobilizar os trabalhadores e as trabalhadoras que atuam em entidades públicas e privadas na defesa da política pública de assistência social;
- Articular, mobilizar e orientar os representantes em todas as instâncias que tenham poder decisório estadual e municipais, contribuindo para discussão e definição da política de Assistência Social;
- Articular e mobilizar entidades de trabalhadores e trabalhadoras que atuam no sistema;
- Propor estratégias de acompanhamento e controle da execução das políticas estadual e municipais de Assistência Social (informação verbal).

Foram entrevistados 11 psicólogos, dentre os quais, 07 participaram ativamente do Fórum Estadual. Os outros 04 psicólogos não possuíam uma vinculação direta com o Fórum, mas também eram trabalhadores do SUAS que, assim como os outros, se disponibilizaram para discutir as suas práticas no âmbito da Assistência Social.

Foi realizado um contato inicial com um dos articuladores do fórum no Estado para obter informações acerca da sua instituição e funcionamento. Na oportunidade, o articulador indicou 10 psicólogos participantes do fórum ou parceiros de trabalho que, segundo ele, possuíam um acúmulo teórico e prático na política, os quais também indicaram sucessivos participantes.

O critério para a escolha dos psicólogos foi a disponibilidade de falar sobre a sua vida profissional e o seu cotidiano de trabalho. Dentre os 10 indicados pelo articulador do fórum, 01 não apresentou essa disponibilidade e com os outros 03, não foi possível contato, tendo sido, portanto, substituídos por outros psicólogos que, ao serem contatados, mostraram-se interessados em participar da pesquisa.

<sup>5</sup> As informações são obtidas por meio da Moção de Apoio redigida através da IX Conferência Estadual de Assistência Social do Espírito Santo, realizada nos dias 04, 05 e 06 de outubro de 2011 em Nova Almeida – Serra/ES.

<sup>6</sup> Idem.

As entrevistas aconteceram no ano de 2012, tendo ficado à escolha do psicólogo entrevistado o local da entrevista. Alguns optaram por ser no próprio ambiente de trabalho e outros preferiram um espaço neutro (a universidade ou outros espaços públicos).

Sucederam-se conversas com os psicólogos, os quais ficaram livres para contar aspectos relacionados às suas vivências e experiências pessoais, do percurso na psicologia e no serviço público. Foram narradas experiências de psicólogos que atuam em municípios das diversas regiões do estado do Espírito Santo<sup>7</sup>. Essas conversas tinham como base um roteiro semiestruturado de entrevista, com temas extremamente amplos, com o objetivo de propiciar relatos pessoais dos entrevistados. Os psicólogos foram convocados a falar abertamente, sem interrupções, sobre suas experiências acadêmicas e profissionais e sua inserção na política de Assistência Social. As entrevistas tiveram a duração de 1 a 3 horas e 30 minutos. O roteiro a ser vencido compunha-se de pontos divididos em blocos sobre formação, experiências profissionais, Política, Psicologia e Fórum dos Trabalhadores (APÊNDICE A).

A metodologia utilizada foi a coleta de depoimentos em forma de relatos orais, que foram gravados, transcritos e agrupados em temáticas que sobressaíram como relevantes nas narrativas. A proposta, pautada na História Oral, foi utilizada com o intuito de aproximação com o cotidiano de trabalho, com a história da política, os padrões sociais, a história das comunidades, das instituições e das experiências (ALBERTI, 2004). A opção por essa metodologia não foi meramente estética ou científica, mas foi fundamentalmente política, como nos aponta Ferreira (2011, p. 127:

Contar histórias, articular historicamente o passado, posicionar-se em relação ao passado e fazer um diagnóstico do presente não são atitudes que se diferenciam nas discussões benjaminianas e, talvez aí, se elaborem

---

<sup>7</sup> O Espírito Santo apresenta população de 3.512.672 habitantes, em 78 municípios agrupados em 12 Microrregiões Administrativas de Gestões (IBGE, 2012). A pesquisa assinalou experiências das regiões Metropolitana, Nordeste, Noroeste e Sudoeste Serrana. A Região Metropolitana, com 1.685.384 habitantes, engloba a capital Vitória e os municípios de Cariacica, Viana, Serra, Vila Velha, Guarapari e Fundão. Na pesquisa, não houve representatividade sobre experiências nos municípios de Guarapari e Fundão. Os psicólogos entrevistados também apontaram experiências de cidades do interior do estado, nas cidades de Nova Venécia, município com 46.020 habitantes, que está circunscrito na Região Noroeste; São Mateus, com 109.067 habitantes, e Mucurici, com 5.655 habitantes, ambos localizados na Região Nordeste; Marechal Floriano, com 14.249 habitantes, e Venda Nova do Imigrante, com 20.468 habitantes, ambos na Região Sudoeste Serrana.

as maiores contribuições para um estudo das narratividades nas sociedades contemporâneas.

Utilizamos-nos de Benjamin, uma vez que a questão da narratividade trazida pelo autor proporciona a figura do contador de histórias. O narrador é, exatamente, o portador do acervo de toda uma vida, não só da própria experiência, mas também em grande parte da experiência alheia (BENJAMIN, 1994). Os nossos entrevistados nada mais são do que contadores de histórias. Os psicólogos narraram suas histórias que não se separam de modo algum do período histórico em que vivemos e do contexto político que envolve formação e trabalho na atualidade.

As narrativas nessa pesquisa nos levam aos possíveis que se divergem e se convergem, enquadradas em um entendimento da política em suas formações e práticas. A partir dos relatos, pudemos inferir personagens, que não são reais, tampouco mitológicos, mas que se apresentaram como analogias possíveis às diferentes formas de atuação profissional que cada entrevistado experimentava no seu cotidiano de trabalho. Esses personagens, históricos ou literários popularmente conhecidos, condensam o modo como os psicólogos exprimiam sentidos, ideias e práticas relacionadas à sua atuação diante de diferentes demandas do trabalho que exercem na política de Assistência Social. Tais personagens foram de importância fundamental para efetuar uma análise da conexão entre Política e Psicologia. A relação entre os âmbitos Psicologia e Política foi estabelecida a partir das considerações efetuadas pelos profissionais entrevistados, bem como pela própria autora deste texto. São eles: o *Carcereiro*, o *Capitão do Mato*, o *Leão de Chácaras* e a *Rainha de Copas*.

A analogia é utilizada com a perspectiva de relacionar elementos não justaponíveis, aproximando um contexto, psicológico, social e semiótico, que, entre expressão e conteúdo, se transforma numa equivalência aproximativa, com a produção de novos laços de sentido, correspondência e coerência entre os personagens pelas semelhanças e determinados quadros de valores ao nível do imaginário.

As figuras, e a analogia enquanto tipo particular, não são ornamentos, mas a base do pensamento criativo. Para Walter Benjamin, a categoria de semelhança (noção análoga a de analogia) conhece desenvolvimentos ilimitados ao nível da não-consciência. Usando expressões como “sobreposição”, “coincidência”, o autor designa com o termo semelhança o fato de que “cada coisa tem o grau de presença física que permite procurar nela, como num rosto, a aparição de certos traços”. [...] Em Benjamin, a semelhança, ou mesmo a analogia (num sentido mais lato), implica, pois, a justaposição enigmática de realidades aparentemente opostas (PIRES, [s.d.]).

Entendemos que os sujeitos da pesquisa estão inseridos em um contexto histórico social e envolvidos por determinadas condições, essa abordagem discursiva considera que as formações e as práticas não são apresentadas com um percurso único presente nelas mesmas, mas sim que são construídas mediante as relações de poder que estão instituídas, bem como os jogos institucionais que instituem novas práticas (ORLANDI, 1996, 2003; PÊCHEUX, 1990).

Os pontos privilegiados na discussão e levantados nos depoimentos em blocos sobre formação e experiências profissionais são apresentados ao lado dos elementos Política e Psicologia, que se desdobraram nos capítulos que constituem esse texto. Nessas análises, observaram-se aspectos inter-relacionados à formação profissional, ao trabalho desenvolvido em diferentes espaços institucionais e às políticas de gestão da vida – de controle e de resistências.

Certas conversações duram tanto tempo, que não sabemos mais se ainda fazem parte da guerra ou já da paz. É verdade que a filosofia é inseparável de uma cólera contra a época, mas também de uma serenidade que ela nos assegura. [...]

Como as potências não se contentam em ser exteriores, mas também passam por cada um de nós, é cada um de nós que, graças à filosofia, encontra-se incessantemente em conversações e em guerrilha consigo mesmo.

Gilles Deleuze, 1992.

## 2. ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DA VIDA: POLÍTICA, PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 2.1 AS ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS DE GESTÃO DA VIDA

Para a compreensão das intervenções da Psicologia na política de Assistência Social, a discussão de Política se torna fundamental para tal entendimento do cotidiano dos psicólogos no exercício de suas práticas.

Trazer à cena a discussão da *Política* evoca uma pluralidade de ideias. Os conceitos perpassam o Estado e o Governo, os políticos profissionais, as ações e movimentos coletivos, as formas de organização e administração. Tais concepções de Política são inúmeras, bem como os autores<sup>8</sup> que se dedicaram a discutir a constituição do Estado, a organização dos negócios públicos, a participação sociopolítica e os diferentes mecanismos de exercício do poder.

As primeiras concepções sobre Política vêm da Antiguidade, da época em que os antigos destituíram o poder das autoridades despóticas. O mundo comum e a realidade da vida em comum produziam a vida política, que transcorria todas as atividades fundamentais marcadas na condição humana, como a sobrevivência, a produção e a relação entre os homens. A ideia da Política, então, se estruturou como modo de organização social, baseada na pluralidade dos homens, na relação

---

<sup>8</sup> Os principais autores clássicos que discutem o tema da Política são: *Maquiavel* que publica, entre 1513 e 1514, *O príncipe*, e inaugura o pensamento político moderno; *Hobbes* (1588-1679), inglês, que publicou *o Leviatã*, obra acerca da natureza e funções do Estado moderno; *Montesquieu* (1689-1755), filósofo político do Iluminismo, autor de *O espírito das leis*, que propõe o Estado como detentor de três funções fundamentais: legislativa, executiva e judiciária; *Rousseau* (1712-1778), filósofo para quem o Poder Legislativo é, indubitavelmente, o poder central e fundamental do Estado, ao qual cabe a elaboração das leis a serem seguidas por toda a coletividade. No que tange à economia política, o filósofo e economista escocês *Smith* (1723-1790) apresenta o mercado regido por determinadas leis que estão diretamente associadas ao caráter do ser humano. Quanto ao pensamento liberal, *Locke* (1632-1704), autor inglês, afirmou como um dos princípios básicos do capitalismo liberal o direito à propriedade. Há ainda os intelectuais liberais, como o filósofo utilitarista *Bentham* (1748-1832), com a ideia de que a sociedade será ideal quando permitir a realização da felicidade do indivíduo, sem que esta comprometa o bem-estar coletivo; o demógrafo *Malthus* (1766-1834), conhecido pela formulação a respeito do futuro da humanidade com tendência à fome, criando barreiras ao crescimento populacional; o economista *David Ricardo* (1772-1823), inglês, autor de *Os Princípios de Economia Política e Tributação*, constituindo-se assim um marco teórico decisivo para o desenvolvimento da economia política clássica; o pensador e precursor do darwinismo social, *Spencer* (1820-1903). Há também *Weber* (1864 - 1920), sociólogo, historiador e político alemão, para o qual o núcleo da análise social consistia na interdependência entre religião, economia e sociedade. Para *Mill* (1806-1873), se para o liberalismo o poder do Estado deve ser sempre limitado pelos direitos naturais, então existiria uma *incompatibilidade* fundamental entre os seus princípios e a prática democrática. *Marx* (1818-1883) iria fazer tanto a crítica do idealismo no pensamento de Hegel quanto da economia política inglesa.

“entre homens”, na convivência e organização para certas coisas em comum que seriam essenciais (ARENDDT, 1997, 2004). O mundo comum era o que também pautava a ideia do público e a publicização daquilo que era comum a todos. O *público* significa “o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (ARENDDT, 1997, p. 62).

O termo *Política* também tem raízes nascidas nas cidades antigas. A cidade grega, a *polis*, era entendida como uma comunidade organizada e formada pelos *politikos*. Estes eram os cidadãos, os homens livres e iguais<sup>9</sup> nascidos no solo da Cidade, detentores dos direitos de falar e discutir em público opiniões sobre ações que a Cidade devia ou não devia realizar. *Ta politika* era o que englobava os negócios públicos dirigidos pelos cidadãos, desde costumes, leis, administração dos serviços públicos e atividades econômicas. Também, encontramos o termo *Civitas* como tradução latina da *polis*, que nos leva a entender a *res publica* como os negócios públicos dirigidos pelos *patrícios*, os cidadãos romanos. Essas conceituações nos levam a entender que a coisa pública e coletiva não era privilégio só de alguns povos, mas direcionada aos costumes de organização de toda uma sociedade antiga. Já no período Medieval, registra-se o entendimento da Política na perspectiva teocrática, o que se contrapõe inteiramente às pressuposições descritas acima. O poder político só era legítimo e justo se estivesse de acordo com a vontade de Deus e a Providência Divina (CHAUI, 2000).

Entre o desenrolar de relações sociais e políticas das diversas sociedades, nos deteremos nas profundas transformações na sociedade ocidental, a partir do século XVIII, incitadas por um conjunto de elementos. A Revolução Francesa, a Revolução Industrial e a ascensão da burguesia como classe dominante são identificados aqui como vetores de alterações significativas nos âmbitos econômico, social e político.

É a partir de um conjunto de mudanças na sociedade – as quais engendraram uma nova lógica econômica e social, que interferiram profundamente nos modos da produção do trabalho, da administração pública e da gestão política – que nos debruçamos em uma interlocução com Foucault e Deleuze, sobre os temas do poder, biopoder, política, biopolítica e biopotência.

---

<sup>9</sup> O sentido de igualdade, para os gregos, era vinculado à liberdade, e não à justiça – como é para nós. A liberdade era entendida como o não exercício da dominação (não ser dominado e não dominar) e um espaço de relações entre iguais (pressupondo a existência de diferentes). (ARENDDT, 2004).

É tal a conjuntura das Políticas Públicas consolidadas, que a análise aqui empregada não podia ser outra senão a de uma perspectiva de que a filosofia política não pode ser atual se não for centrada na análise do capitalismo e do seu desenvolvimento. Assim como as sociedades contemporâneas, as suas formas de governo não podem ser entendidas senão pela conjuntura de relações políticas e econômicas e pela “análise do capitalismo como sistema imanente que não para de expandir seus próprios limites, reencontrando-os sempre numa escala ampliada” (DELEUZE, 1992, p. 212).

Essas relações políticas são entremeadas em jogos de força e poder. Entendendo que poder não se dá em termos de localização em um aparelho estatal personificado ou institucionalizado. Mas sim, a partir da compreensão de que o Poder é um exercício e só existe nas relações de força, em uma situação estratégica e em um dado momento (FOUCAULT, 1976a). O poder é

a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si, enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (Idem, p. 88).

Em termos de poder, anteriormente localizava-se nos soberanos o poder de *fazer morrer e deixar viver*, que, na verdade, era o poder sobre a morte, de decidir sobre a morte de seus súditos (FOUCAULT, 1976b). Mas a modalidade de exercício de poder se modificou. O poder passou a ser exercido sobre a vida, quando são pensadas formas de gerir, administrar e maximizar a vida. Sua forma de atuação passou a consistir em *fazer viver e deixar morrer*, constituindo-se o denominado biopoder<sup>10</sup>. Definido por Foucault (1978, p. 3) como:

o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana.

Nesse movimento, as estratégias de poder têm sido exercidas de forma mais visível em instituições fechadas, como escolas, prisões e hospitais. Instituições cujo

---

<sup>10</sup> O tema é inicialmente forjado por Michel Foucault em suas obras: *Microfísica do Poder*, 1974; *A vontade de saber* e *Em defesa da sociedade*, 1976; *Segurança, Território e População*, 1978; e *O nascimento da Biopolítica*, 1979.

funcionamento se dá em torno da obediência às regras e normas, que incitam uma ação disciplinar, com efeito direto sobre os corpos.

Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em tomo desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento, etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios: toda essa tecnologia, que podemos chamar de tecnologia disciplinar do trabalho (FOUCAULT, 1976b, p. 288).

Entretanto, ao lado do sujeitamento dos corpos, surgiram os problemas de regulação da população, como natalidade, mortalidade, saúde pública, habitação. Fenômenos que foram abarcados por mecanismos de poder e controle social, no final do século XVIII. Foi quando a biopolítica, então, sobressaiu como outra tecnologia de poder, exercida através de uma política de regulamentação. O exercício do poder não mais se dá em termos do corpo-indivíduo, mas sobre o corpo social, sobre a população, em seus fenômenos coletivos e políticos, as massas. Assim, os governos não mais se definem pela territorialidade, mas têm como alvo a população e empregam instrumentos de controle econômico e de saberes no interior de uma série de aparelhos específicos.

Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (FOUCAULT, 1976b, p. 294).

[...] a população aparecerá como o objetivo final do governo. Pois qual pode ser o objetivo do governo? [...] O interesse individual – como consciência de cada indivíduo constituinte da população – e o interesse geral – como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que a compõem – constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população. Nascimento, portanto, de uma arte ou, em todo caso, de táticas e técnicas absolutamente novas (Idem, 1974, p. 170).

O entendimento se faz fundamental para esclarecer o processo através do qual o Estado de Justiça anterior se tornou Estado Administrativo e foi pouco a pouco se governamentalizado, dando lugar a outro Estado de Governo. Não mais encontramos uma estatização da sociedade, mas é o que podemos chamar de uma governamentalização do Estado. Compreender que o Estado é “uma abstração mistificada, cuja importância é muito menor do que se acredita” (FOUCAULT, 1974,

p. 171) possibilita romper com o fetiche das relações de poder que utiliza em sua forma a “combinação tão astuciosa das técnicas de individualização e dos procedimentos de totalização” (FOUCAULT, 1995, p. 236).

Mais que uma velha tradição ou uma nova ideologia, a biopolítica é traduzida em uma tecnologia de controle da população em dimensões globais com efeitos regulamentadores e protecionistas da vida. É desse modo que o Governo assume a forma de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos, agindo sobre as possibilidades de ação do outro, na perspectiva que “governar é estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 244), através de um controle contínuo implantado nas formas sutis de educação, sanção e tratamento na Sociedade de Controle<sup>11</sup> (DELEUZE, 1992). O novo modo de governar se dá pela Governamentalidade, que se define em termos de um

conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 1974, p. 171).

As formas de controle e governo das populações e dos indivíduos são flexíveis e sutis. São associadas às determinações das ciências da vida, de um modo geral, biomédicas, humanas e sociais.

O preso, o favelado, o migrante e o imigrante, em suma, o pobre e o miserável das modernas democracias liberais ou dos velhos redutos autoritários constituem outras tantas figuras que confirmam o caráter biopolítico e aporético da política contemporânea: eles constituem o elemento “que não pode ser incluído no todo de que formam parte [isto é, o Povo como instância política constituinte da soberania] e o que não pode pertencer ao conjunto em que já está sempre incluído”. O campo de concentração é o espaço de politização da vida enquanto mera vida nua entregue ao sacrifício, enquanto vida sagrada, matável, supérflua, descartável (DUARTE, 2008, p. 11).

Em suas formas tão múltiplas de relações, o Estado, embora não mais centralize os jogos do poder, atrai-nos e captura-nos como se as questões públicas estivessem concentradas no seu interior. São governamentalizadas, elaboradas, racionalizadas, centralizadas na forma das instituições do Estado (BARROS & PASSOS, 2005). As ações do Estado são mais amplas e difusas, não se vinculando mais ao domínio totalizador ou a proteção essencial à sobrevivência. Ele se figura como protetor dos direitos do cidadão, em que a família e o indivíduo devem ter suas vidas protegidas

---

<sup>11</sup> *Sociedade de Controle* é um termo utilizado por Willian Burroughs e absorvido por Deleuze (1992).

para que possam investir em uma ascensão na qualidade da vida disponibilizada pelo sistema de consumo (BENEVIDES, 2002).

Os mecanismos do Estado, dos modos de Governo e do Capital, produzem uma gama de informações, serviços, desejos. São subjetividades produzidas pela biopolítica. “O fato é que consumimos, mais do que bens, formas de vida – e mesmo quando nos referimos apenas aos estratos mais carentes da população, ainda assim essa tendência é crescente” (PELBART, 2009, p. 20).

As subjetividades são produzidas nesse processo de consumo social, responsabilizando individualmente a cada um pelo trabalho/estudo que permitirá ascender socialmente. A subjetividade não se refere às concepções de identidade, de estrutura psíquica ou de personalidade, mas traz o sentido da produção das formas de se relacionar, dos afetos construídos, dos modos de vida (MACHADO, 1999).

A subjetividade nos fala de territórios existenciais que podem tornar-se herméticos às transformações possíveis, como mapas, ou podem tornar-se abertos a outras formas de ser, como nas cartografias. Os modos de subjetivação referem-se à própria força das transformações, ao devir, ao intempestivo, aos processos de dissolução das formas dadas e cristalizadas, uma espécie de movimento instituinte que ao se instituir, ao configurar um território, assumiria uma dada forma-subjetividade (MACHADO, 1999, p. 212).

O problema intrínseco ao sistema emerge quando nem toda a população pode acessar todos os bens disponíveis na sociedade, ocorrendo a expropriação da vida pelo capital. O poder exercido nessa lógica prevê a problemática da miséria e os mecanismos de controle da população expropriada pelo capital, conforme afirmam Pelbart e Deleuze:

Se antes a pertinência às redes de sentido e de existência, aos modos de vida e aos critérios intrínsecos tais como tradições, direitos de passagem, relações de comunidade e trabalho, religião, sexo, cada vez mais esse acesso é mediado por pedágios comerciais, impagáveis para uma grande maioria (PELBART, 2009, p. 21).

O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas (DELEUZE, 1992, p. 224).

A formulação das políticas sociais prevê a elaboração de estratégias. Técnicas de instituições abertas e atendimentos domiciliares já surgidas há tempos se atualizam

nas diretrizes das políticas públicas contemporâneas como direitos e acabam por integrar os mais novos mecanismos de controle.

E é em relação a estes fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existe faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada a Igreja. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade, etc. (FOUCAULT, 1976, p. 191).

Nas duras linhas segmentadas pelas políticas públicas, o sujeito é visto fragmentado em suas necessidades sociais, educacionais, de saúde, econômicas e políticas. A Assistência Social se configura, nesses termos, como uma política de assistência à população precarizada e cabe a ela encaminhar políticas compensatórias e seletivas. A Psicologia, que também se constituiu como ciência da vida, pactua com as biopolíticas de gestão da vida, ora reforçando alianças e práticas despotencializadoras ora promovendo a vida em toda a sua potência.

São os novos modos de o Estado gerir a vida como uma “obsessão pelo poder para cuidado purificador da vida”. As políticas sociais e de segurança se configuram a partir de um “caráter humanitário de intervenções políticas que visam incentivar, proteger, estimular e administrar” a vida das pessoas (DUARTE, 2006, p. 50).

## 2.2 FORMA(TA)ÇÃO EM PSICOLOGIA

As narrativas dos psicólogos entrevistados são necessariamente perpassadas pela história coletiva de um processo de formação acadêmica em Psicologia, marcada pela própria formação da Psicologia tanto como ciência e quanto como profissão. A história da Psicologia no Brasil percorreu fases desde a sua instituição, atravessando mudanças ideológicas até a pluralidade em que se encontra atualmente.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> A história da psicologia no Brasil percorreu a sua fase pré-institucional, até o século XVIII; passando pela institucionalização como uma área específica do saber, nos séculos XIX e XX; tendo subsequentemente o período universitário, em que se torna disciplina em alguns cursos superiores; e posteriormente, o período profissional, no qual se institui como profissão (BOCK, 1999a).

Antes de a Psicologia se tornar uma disciplina autônoma, as práticas e preocupações teóricas de ordem psicológica eram partilhadas com a Medicina, a Pedagogia, a Filosofia e outros campos disciplinares. Ao longo de um processo histórico, a formação da Psicologia foi sendo constituída, pautada *a priori* em uma visão de mundo burguesa e uma visão de homem liberal, que consolidou processos de naturalização junto com os ideais dominantes de cada época.

A psicologia nasceu com essa vertente positivista, como um saber preditivo e diagnóstico, tendo como principal preocupação no âmbito dos estudos a sua colocação como ciência, com a neutralidade, como base para entendimento da criminologia, da loucura, da colocação do homem no local de trabalho, visando à adaptação e ao ajustamento tanto na área da escola quanto dos institutos psicométricos (ALBERTI, 1999; BARAUNA, 1999; BOCK, 1999b; CATHARINO, 1999; COIMBRA, 1999; GONÇALVES, 2003; KEIDE & JACÓ-VILELA, 1999; MANCEBO, 1999; PEREIRA & NETO, 2003; ROSAS, 2010; SOARES, 2010).

Com esse caráter neutro e diagnóstico, a psicologia se fez presente nas políticas públicas e sociais – escolas, empresas, instituições de recuperação, situações grupais – com a função de produzir conhecimentos sobre os comportamentos humanos, vinculada à emissão de laudos e diagnósticos, além do atendimento clínico individual (GONÇALVES, 2003).

A psicologia foi, predominantemente, um instrumento a serviço do controle social e da adaptação dos indivíduos, mesmo quando, já no século XX, a psicologia foi chamada a contribuir para a “modernização” da sociedade brasileira. [...]

Essa inserção da psicologia no campo social mostrou-se desde sempre, para alguns setores dos psicólogos, insuficiente e indesejada, por seu compromisso com as elites de nosso país e com a manutenção de uma realidade injusta e desigual (Idem, p. 163-168).

Foi na década de 1970 que a Psicologia iniciou uma fase de questionamentos sobre a visão de homem que a sustentava e sobre a própria atuação profissional do psicólogo (BOCK, 1999a). Mas é só ao final da década de 1980 que os psicólogos se perguntavam sobre sua responsabilidade diante do contexto social:

Estamos preparados para enfrentar? Talvez seja esta a pergunta que caracteriza os debates entre os psicólogos e a própria busca da identidade para a profissão. Mas pouco se fala do que é preciso enfrentar ou pelo menos de qual é a direção da transformação à qual se faz referência. Os psicólogos têm medo da realidade; ela é dura, difícil, pobre e carente... A ciência e a técnica que aprenderam parecem ser de pouca serventia. A identidade que construíram parece estar desadaptada. As perguntas são

muitas, as possibilidades restritas. Mas os psicólogos lutam... ou pelo menos debatem a necessidade da luta (BOCK, 1999a, p. 119).

Os movimentos sociais da década de 1980 – período do declínio da ditadura militar e da redemocratização na história do Brasil – trazem à cena novas questões, que repercutem no âmbito da psicologia. A preocupação se foca em desnaturalizar as demandas produzidas pelo sistema econômico-social e propor intervenções entendendo a produção histórica e social das subjetividades (COIMBRA et al., 2000; GONÇALVES, 2003).

É então nos anos 1990 que a Psicologia se depara com a tarefa de imiscuir-se com as políticas sociais sob outro olhar. A Psicologia se volta para compor novos conhecimentos com outros atores. De um modo geral, é inserida inicialmente na saúde e nas questões sociais que envolvem a violência. As pesquisas e seminários do Conselho Federal de Psicologia pontuam como marco a abertura para diversas discussões (GONÇALVES, 2003).

A inserção da Psicologia na Política Social, a partir dessa nova perspectiva, se constitui em função desse saber dispor de possibilidade de contribuição nos diferentes níveis de complexidade de proteção social, favorecendo a compreensão dos fenômenos sociopsicológicos implicados na promoção social (PORTO, 2010).

Nesse caminho, também se observa a presença da Psicologia no âmbito das Políticas Públicas, concorrendo para a construção de caminhos e exercendo seu dever ético de contribuir para a transformação da sociedade.

Os psicólogos, sujeitos dessa pesquisa, são marcados por esse entendimento de que compete à Psicologia atuar sob a ótica do compromisso social, embora tenham sido, ao mesmo tempo, conclamados a lidar com diferentes abordagens teórico-técnicas ao longo de sua formação.

Quanto à formação dos entrevistados, certamente tal percurso de construção da Psicologia perpassa experiências pessoais da vivência acadêmica de conteúdos, estágios e extensão universitária. As experiências que foram apresentadas pautaram elementos que concederam aos profissionais um acúmulo de conhecimento teórico e prático para as possíveis leituras do trabalho e da sociedade. As opiniões acerca da formação foram diversas, alguns apontaram o período da graduação como fértil período de aprendizagem e conhecimento, outros fazem críticas a uma desatualização na grade curricular no sentido de que o

currículo abarca ciência básica, priorizando autores clássicos em detrimento de teorias atuais ou discussão de técnicas de trabalho e práticas do cotidiano da profissão.

[...] foi uma formação muito interessante, porque é uma formação que é generalista, então você circula por alguns debates. [...] Então, isso deixou um terreno fértil para o que seria fundamental de inserção política na política pública, e não de uma inserção individualista na política pública. [...] A discussão de política pública que eu tive foi muito por causa da política, psicologia da educação, que discutia formação, discutia emancipação (Psicólogo 11).

[...] a gente não estava formando em um curso técnico, a gente estava na graduação e que era uma formação profissional, não era uma preparação para executar as técnicas. Você não precisa aprender mil e uma dinâmicas, mil e um testes, mil e uma formas prontas de, de atuar. Você tem que produzir seus instrumentos também. Então isso eu aprendi muito com a formação e muito com o ensino e com a extensão principalmente. Isso de criar instrumentos para o seu trabalho (Psicólogo 10).

[...] a gente estudou muito, mas é, por assim dizer, ciência básica. Muitas das coisas que a gente estudou têm mais de 30 anos. De botar a mão na massa, de como é o trabalho do psicólogo de verdade, nem pelo menos na teoria, a gente não viu muita coisa. [...] Uma característica, pelo menos da grande maioria das grandes universidades públicas, é você fazer um currículo mais aberto, só não deveria está tão desatualizado (Psicólogo 4).

No que se refere à formação dos entrevistados, as instituições de formação no ensino superior foram a Universidade Federal do Espírito Santo, representada pela maioria, com o número de 09 entrevistados; a Universidade Federal de Alagoas, com 01 entrevistado; e a Faculdade de Psicologia de Alfenas/MG, com apenas 01 entrevistado. Os anos de conclusão de curso foram entre 1998 a 2009. Dentre os entrevistados, havia pós-graduados com especialização *latu sensu*, especialista por título conferido pelo Sistema de Conselhos de Psicologia, mestre e mestrandos<sup>13</sup>. Para melhor visualização da relação entre os entrevistados, local e ano de graduação e formação complementar segue abaixo tabela.

<sup>13</sup> No que se refere à formação acadêmica, as instituições de graduação de 10 dentre os 11 entrevistados foram as universidades federais, sendo 09 na UFES/ES e 01 na UFAL/AL e 01 em uma faculdade particular/MG. Concluíram a graduação no período que compreende os anos de 1998 a 2009 (01 em 1998; 01 em 2000; 01 em 2006; 03 em 2007; 01 em 2008; 03 em 2009; 01 não relatou a data de formação). Quanto à formação de pós-graduação, dentre os 11 entrevistados, 01 relata que possui pós-graduação *latu sensu* em Transdisciplinaridade Clínica; 01 iniciou uma pós-graduação em Saúde Pública e não concluiu; 01 possui o título de Mestre em Psicologia; 02 iniciam o mestrado em Psicologia na mesma época das entrevistas; 01 diz possuir o interesse de ingressar no mestrado, mas que gostaria de se especializar na área em que tem possibilidades de fazer carreira, estabilidade que não possui no momento; 01 possui título de Especialista em Psicologia do Trânsito, conferido pelo Sistema de Conselhos de Psicologia. Ainda, no que tange à formação complementar, um profissional aponta para o ingresso em cursos de atualização por demanda do mercado, inclusive do mercado de concursos para obter pontuação em prova de titulação.

TABELA 1 – Formação dos psicólogos entrevistados

PSICÓLOGOS	INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO	ANO DE GRADUAÇÃO	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR
			01 Não possui especialização 02 Pós Graduação <i>latu sensu</i>
9	Universidade Federal do Espírito Santo		01 Tem interesse em se inserir em um curso de mestrado
1	Universidade Federal de Alagoas	Entre os anos 1998 e 2009	02 Mestrandos em Psicologia
1	Faculdade de Alfenas/MG		01 Mestre em Psicologia 01 Especialista em título do Sistema Conselho de Psicologia 03 Não informados

Os psicólogos não se posicionaram com uma linha teórica ante a questão da Assistência Social, mas se posicionaram a partir das inúmeras leituras que a Psicologia dispõe como instrumentos de análise e ferramentas de trabalho. Ao lado da formação teórica, também expressaram o cotidiano das experiências na graduação como fontes importantes de conhecimento. Alguns relataram experiências na infância; outros, a própria formação nos projetos de extensão, estágios, intercâmbios ou ainda militâncias sociais. Para cada entrevistado, houve um elemento propulsor que agregou na composição da formação pessoal e profissional.

Na minha infância, eu tive a oportunidade de vivenciar dois, digamos assim, dois ambientes sociais. Um ambiente onde se valorizava mais esse desempenho educacional, numa escola privada, onde minha mãe trabalhava e outro ambiente, onde as demais crianças não compartilhavam da mesma escola onde eu estudava e tal, que era uma comunidade que necessitava mais de orientação, de programas assistenciais etc. E daí eu acabei optando pela psicologia nesse contexto, e aí eu já entrei na psicologia com essa vertente, essa ideia na cabeça, eu vou trabalhar com alguma coisa que eu possa contribuir para o que mais precisam mesmo (Psicólogo 8).

A minha formação mudou a minha vida. Assim, literalmente, eu sou outra pessoa depois do curso, eu me envolvia, eu fiquei cinco anos aqui eu não trabalhava, eu só fazia graduação, eu era bancada, como eu disse tinha tudo do bom e do melhor é... Tinha carro, podia pegar emprestado o carro, eu tive acesso a tudo... Diferente das pessoas que eu atendo, que não tem acesso a nada. E aí eu comecei a estudar e comecei a me envolver com essas questões e comecei me envolver ainda mais depois que eu comecei a trabalhar. [...] Porque aqui você fica assim imaginando né, como as coisas são e eu, filha de classe média, eu realmente ficava imaginando como as coisas são, eu tinha pouca vivência de vida, eu entrei com dezessete anos na faculdade, hoje eu tenho 24. Então eu tinha pouca vivência de vida. E aí eu imaginava as coisas, eu me dedicava muito, eu fazia iniciação científica,

eu saía oito horas da manhã e chegava em casa dez horas da noite, eu realmente me envolvi com a universidade e... Gostei muito do que eu fiz aqui (Psicóloga 7).

Eu fiz um intercâmbio na Universidade do Porto, lá em Portugal, mas antes disso, esses encontros, congressos. Dava uma habilidade legal para poder estar adquirindo sempre mais conhecimentos, ver vertentes de trabalhos diferenciados e tal, e aquilo foi somando (Psicólogo 8).

Porque eu venho de uma família de militantes também, então eu estou inserido nessa história a partir de uma herança familiar também, meus pais eram militantes, são militantes. Aprendi um pouco com eles a estar nessa vida. [...] Na época da graduação, eu já militava em alguns movimentos sociais, tinha militância na questão socioambiental, no movimento estudantil, transporte, transporte público. A partir daí eu comecei a articular universidade, o que eu fazia na universidade, e o que fazia nos movimentos sociais, fazia de tudo isso uma coisa só. (Psicólogo 5).

A tabela 2 apresenta as principais interlocuções na formação em Psicologia que foram relatadas pelos entrevistados.

<b>TABELA 2 – Influências teóricas e outras</b>	
<b>INFLUÊNCIAS TEÓRICAS</b>	<b>OUTRAS INFLUÊNCIAS</b>
Formação Clínica	Clínica
Análise Institucional	Política de Saúde
Psicologia Cognitiva- Comportamental	Saúde do trabalhador
Psicologia Corporal e Filosofia da Diferença	Trabalho social
Etnografia	Política de Educação
	Educação Inclusiva
	Movimentos sociais. Direitos Humanos
	Movimento estudantil
	Projetos de extensão
	Intercâmbio

Essa discussão perpassa toda a política de educação na atualidade. Na opinião dos entrevistados, tanto a formação oficial como a formação continuada, que é a formação no cotidiano do trabalho. Este modelo se constituiu nas últimas décadas como um aprimoramento contínuo, dando um novo sentido à organização e educação do trabalhador. Heckert (2000, p. 15) bem discute a temática, apontando que

a escola perde um pouco do seu sentido e é liquidada [...] porque as próprias empresas passam a investir na formação dos seus trabalhadores de acordo com os seus interesses e necessidades. [...] O próprio processo de formação se altera, adquirindo o caráter de uma formação-consumo que deve ser permanente e descartável, a fim de acompanhar a velocidade das inovações tecnológicas e as necessidades do mercado.

Nesse sentido, a educação não mais se concentra nos meios fechados das instituições, mas acontece em um modelo de formação que é pulverizada no cotidiano do trabalho como um controle contínuo sobre as formas de agir e de pensar. O controle, no que se refere à proposta de formação contínua, caracteriza-se mais como uma formatação dos profissionais nos moldes desejados pelo sistema do que como uma efetiva formação com aquisição e/ou construção de conhecimento. Para além das formações padronizadas disciplinares, a sociedade atual impõe um controle invisível, o que Deleuze (1992, p. 216) discute como “uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário”.

[...] muitos jovens pedem estranhamente para serem “motivados”, e solicitam novos estágios e formação permanente; cabe a eles descobrir a que estão sendo levados a servir, assim como seus antecessores descobriram, não sem dor, a finalidade das disciplinas (DELEUZE, 1992, p. 226).

Ao mesmo tempo em que a própria diversidade e multiplicidade de fatores que compõem o indivíduo fazem parte da formação dos psicólogos, a Psicologia ainda reforça as alianças com as elites e reproduzem práticas que não visam a superar a desigualdade. Assim, a perspectiva da formação na Psicologia e a formatação em certos moldes de práticas no cotidiano do trabalho são entendidas como relações políticas que visam a uma manutenção no poder de certos personagens políticos bem como visam à desnaturalização de conceitos e à superação de preconceitos arraigados na histórica política da nossa sociedade.

### 2.3 HISTÓRIAS NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política de Assistência Social é discutida emaranhada nessas redes de produção de subjetividades e desejos. A legislação construída se apresenta como expressão política das lutas e das captações do sistema. A sua formulação é vinculada às

estratégias capitalísticas<sup>14</sup>, com os seus instrumentos de controle da vida e, em contrapartida, nos movimentos de desconstrução e construção de outros modos de viver.

Como política pública, ela foi garantida na Constituição Federal de 1988, quando foi englobada no tripé da Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social. Foi convalidada na Lei Orgânica da Assistência Social, a LOAS<sup>15</sup>. Mas só recentemente, no ano de 2004, a política teve a instituição pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS)<sup>16</sup>, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como sistema de atendimento social, reposicionando as suas práticas como Política Pública. A organização do sistema foi estabelecida a partir da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), em 2005 (com atualização em 2012)<sup>17</sup>, da Norma de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), em 2006<sup>18</sup>, e da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, em 2009<sup>19</sup>.

A Assistência Social apresenta como alguns de seus objetivos a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; e a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (BRASIL, 2011, art. 2). Visa a prestar atendimento a quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social (BRASIL, 1988, art. 203). Tais amparos só foram firmados pela Constituição de 1988, que trouxe avanços como o alcance de novas funções e deveres do Estado bem como a garantia constitucional da regulamentação dos

---

<sup>14</sup> O sufixo “ístico” ao termo “capitalista” traduz a noção da produção de subjetividade na cartografia subjetiva de áreas do terceiro mundo e de países ex-integrantes do bloco socialista do leste europeu que segue padrões semelhantes de constituição dos países industrializados da vanguarda capitalista (GUATTARI; ROLNIK, 1999).

<sup>15</sup> A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi promulgada pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e alterada com a reformulação da política com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.

<sup>16</sup> A Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, aprova a Política Nacional de Assistência Social.

<sup>17</sup> A Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), revogando a Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 25 de julho de 2005, que aprova a NOB/SUAS 2005.

<sup>18</sup> A resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS).

<sup>19</sup> A resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais.

direitos fundamentais e sociais, influenciando diretamente a elaboração das políticas públicas (BRASIL, 1988, art. 5 e 6).

Para Barros & Passos (2005), a despeito do contexto à época dos movimentos constituintes, de repressão e controle pela Ditadura Militar, os movimentos alcançaram tais avanços e conquistas sociais e políticas importantes para o país, a partir da mobilização da sociedade brasileira em prol da promulgação de uma nova ordem social e transformações em termos de políticas sociais traduzida na nova Constituição.

Entretanto, desse avanço em termos de mobilização social e conquistas legais, o Brasil entrou na era neoliberal, com movimentos globalizantes que já vinham acontecendo em outros países e abertura do mercado nacional para a economia global logo no primeiro mandato presidencial efetivamente escolhido pelo povo após a redemocratização e a promulgação da nova Constituição. As políticas sociais deixaram o caráter constitucional universal e permanente para se tornarem políticas econômicas seletivas e emergenciais, muitas vezes compensatórias, temporárias e focadas na pobreza.

É nesse ínterim que, nas últimas décadas, os municípios<sup>20</sup> se adequaram à nova realidade regimental das políticas sociais. A construção do SUAS, recém-iniciada, tem o investimento do Governo Federal, que utiliza como bandeira os programas e ações, construindo projetos de abrangência nacional e delegando às gestões municipais a administração das suas peculiaridades. Tais investimentos, a princípio, deveriam materializar os equipamentos públicos, equipes e formação continuada para garantir a execução conforme os parâmetros desejados.

A partir das publicações legais, instaurou-se um processo de *reordenamento institucional*<sup>21</sup> dos programas voltados à *população que necessita de Assistência Social*. Partindo de ações sociais pautadas em bem-estar, cada gestão local deveria organizar seu município em torno da construção de Centros de Referências Básica e

---

<sup>20</sup> Princípios de Regionalização e Descentralização atribuem aos municípios a execução das políticas em seus territórios. Segundo dados do IBGE, o Brasil apresenta o número de 5.565 municípios; o Espírito Santo encontra-se subdividido em 78 municípios (IBGE, 2012).

<sup>21</sup> Reordenamento institucional é o processo de adequação das instituições existentes às novas legislações e normativas aprovadas.

Especializada que pudessem refletir a Assistência como direito constitucional e promover *autonomia e protagonismo*<sup>22</sup> dos cidadãos.

Como a Assistência Social historicamente foi marcada pelo assistencialismo, muitas vezes essa política pública é utilizada com esse viés, perpetuando práticas de caridade e benefícios eventuais que são oferecidos como *carro-chefe* de propagandas políticas para eleições e reeleições de candidatos. Nesse rol, lista-se a distribuição de cestas básicas, materiais de construção, recursos para funerais e outras necessidades. A continuidade dessas ações se perpetua, por vezes, dentro dos programas políticos de gestores.

A ideia da nova política instaurada com a Constituição Federal, entretanto, era romper com os resquícios do assistencialismo e do clientelismo advindos das protoformas da constituição do Serviço Social, que se davam entre ações de repressão e caridade paralelas às leis sociais para pobres do Estado e outros poderes, como a igreja (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001). Nessa mesma perspectiva, se dá a construção do SUAS.

O SUAS, no que tange ao seu sistema, organiza-se por níveis de complexidade, divididos em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Os serviços de *Proteção Social Básica* incluem os serviços de proteção e atendimento integral à família, de convivência e fortalecimento de vínculos e de atendimento em domicílio para pessoas deficientes e idosas. Enquanto os serviços de *Proteção Social Especial de Média Complexidade* englobam os serviços de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos, de abordagem social, de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e a pessoas com deficiência, idosos e suas famílias, além do serviço especializado para pessoas em situação de rua. Já os de *Proteção Social Especial de Alta Complexidade* integram serviços de acolhimento e de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências (BRASIL, 2009).

---

<sup>22</sup> São princípios que o SUAS incorporou em suas leis e ações pensando em promover fortalecimento de indivíduos e famílias, a partir dos seus contextos socioeconômicos. O que nesse trabalho apontamos como crítica é que tais princípios viram *palavras de ordem*, repetitivas, muitas vezes esvaziadas de sentido e ações. A promoção de autonomia e protagonismo também ocupa um lugar de responsabilização da equipe profissional e dos indivíduos atendidos pela política, implicando a individualização do sucesso ou fracasso das ações propostas, culpabilizando-os particularmente na lógica individualizante do sistema neoliberalista vigente.

A maior demanda direcionada aos Centros de Referências de Proteção Social Básica (CRAS), de acordo com os entrevistados, se refere à questão econômica e ao consequente cadastro social com o fim de recebimento de benefícios e transferência de renda. A concessão dos benefícios sociais se torna vinculada aos limites da renda fixada que define a família como incapaz de prover os gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

A política de Assistência Social considera incapazes de prover a manutenção da família aqueles cuja renda familiar mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo. Para toda família com renda familiar com teto de 03 (três) salários mínimos deve-se efetuar o cadastro da família no CADÚnico, que é um instrumento utilizado pela política de Assistência Social para análise da distribuição de benefícios sociais e outros benefícios, tal como um controle populacional. Os benefícios previstos são os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) para as famílias incapazes de cuidar financeiramente de pessoas com deficiência ou pessoas idosas, e os benefícios eventuais de provisões suplementares e provisórias aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, como o auxílio-natalidade, auxílio-funeral, cestas básicas e o benefício Bolsa Família.

Nesse ponto, apontamos a baixa renda do público a ser atendido na Assistência Social, já que os valores gastos com tais necessidades fundamentais ultrapassam o valor do salário mínimo<sup>23</sup>, ainda mais com o particionamento de um salário dentre, no mínimo, quatro componentes da família para ser beneficiário dos programas.

Muitos dos profissionais entrevistados criticam tal quantificação da pobreza para o acesso aos serviços sociais. Os valores<sup>24</sup> efetuados como transferência de renda

---

<sup>23</sup> O salário mínimo tem valor fixado nacionalmente. Em março de 2013, o valor é de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

<sup>24</sup>As informações dos valores são extraídas do site do Ministério do Desenvolvimento Social, com acesso em 04 mar. 2013. "Os valores dos benefícios pagos pelo Bolsa Família variam de R\$ 32 a R\$ 306, de acordo com a renda mensal da família por pessoa, com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos e com o número de gestantes e nutrizas componentes da família. O Programa tem quatro tipos de benefícios: o básico, o variável, o variável vinculado ao adolescente e o variável de caráter extraordinário. O Benefício Básico, de R\$ 70, é pago às famílias consideradas extremamente pobres, com renda mensal de até R\$ 70 por pessoa, mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens. O Benefício Variável, de R\$ 32, é pago às famílias pobres, com renda mensal de até R\$ 140 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrizas. Cada família pode receber até cinco benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 160. O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 38, é pago a todas as famílias do

para as famílias também não garantem provimento satisfatório das necessidades fundamentais. Além dos valores, os benefícios muitas vezes ficam vinculados à participação nos grupos propostos pelos CRAS, sem se pautar nos princípios fundamentais da política de construção de autonomia e protagonismo dos usuários.

A transferência de renda, traduzida em bolsas sociais, é uma assistência mínima utilizada como estratégias para manutenção da ordem social, para amenizar a falta das outras políticas públicas e manter a população controlada, sem prover a resolução de questões urgentes.

A transferência de renda é um cala-boca, segura, contém a população pobre. Não adianta a gente ser ingênuo de achar que está resolvendo a vida das pessoas, não está... É muita miséria, é muita dificuldade, é muita pobreza, é falta de cidadania, falta de cultura, de educação, muitos analfabetos, muitos doentes, né? Muitos explorados, mulheres violentadas vítimas, jovens, crianças, exclusão social, preconceito, muito, muito mesmo, mas é... Eu acho que falando em Estado é, é o que dá para fazer, é no estado que a gente tem hoje, que a gente vive, é o que dá para fazer (Psicóloga 9).

As outras demandas direcionadas aos CRAS, citadas pela maioria dos entrevistados, são referentes aos vínculos que a comunidade estabelece com o equipamento na comunidade. Os serviços demandados são desde solicitação de informações – o que aponta que muitas pessoas são cerceadas inclusive da informação – até os serviços específicos para mulheres, crianças, jovens e idosos, com foco na atenção primordial à família, além de demandas que não são do âmbito do SUAS, mas que ainda assim são buscadas nos CRAS .

Já os Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) abarcam o atendimento a pessoas com direitos violados, comumente vítimas e envolvidos em violência, seja sexual ou contra idosos. Esse tipo de atendimento demanda atenção urgente, visto que o serviço implica atendimento a situações de violação de direitos em que a pessoa se encontra em “risco pessoal e social”, incluindo o risco de morte ou outros agravantes psicológicos e/ou sociais.

Outra demanda dos CREAS é o atendimento social em cumprimento a determinações judiciais. Uma delas é o acompanhamento das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, medida judicial sancionatória em que o

---

Programa que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 76. O Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) é pago às famílias nos casos em que a migração dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação para o Bolsa Família cause perdas financeiras. O valor do benefício varia de caso a caso” (BRASIL, 2013).

adolescente que cometeu ato infracional é obrigado a participar de um programa socioeducativo. Esse programa é ofertado nesses equipamentos sociais paralelamente a serviços sociais para uma população caracterizada pela vulnerabilidade social. Entendemos que o cometimento de um ato infracional é multideterminado, inclusive tendo como uma das influências causais a questão social, contudo, é preciso ressaltar o caráter sancionatório da medida judicial. Se considerarmos as discussões atuais, a estruturação dos serviços deveria ser distinta ao menos fisicamente, o que de modo algum lhe tiraria o caráter desejado de educação social (SARAIVA, 2010). Outra demanda judiciária para os CREAS é a determinação de pareceres psicossociais pelas suas equipes para assim subsidiarem decisões nos Tribunais de Justiça, cabendo também ressaltar que essa função é de competência das equipes psicossociais das varas de justiça, e se em caso de inexistência de tais equipes faz-se necessário a discussão da composição delas. Desse modo, o Judiciário não dialoga com a Assistência Social, remetendo-se apenas às determinações para o cumprimento de perícias sem se remeter às demandas do corpo técnico da Assistência ou os encaminhamentos que demandem os casos encaminhados.

Para que a sociedade civil também pudesse participar dessa construção das políticas públicas, foram legalmente constituídos instrumentos de fiscalização e controle, que seriam os conselhos das políticas. Tais mecanismos distinguem-se de outros movimentos e manifestações estritas da sociedade civil por serem estratégias para se construir uma ação conjunta do povo com o aparato estatal na elaboração e gestão de políticas sociais. Apesar da abertura para participação, muitas vezes, os espaços se constituem de representatividade marcada por outros atores.

Os mecanismos de controle, sutilmente pensados nessa lógica, são também apresentados na política. Traduzem-se em termos de instrumentos de trabalho<sup>25</sup>, na distribuição de atendimento por profissionais conforme territorialização pela

---

<sup>25</sup> Um ponto que uma profissional delimita é o reconhecimento da visita domiciliar como técnica do serviço social, limitando-se a algumas visitas quando gostaria de investigar o aspecto do cotidiano familiar, ou raras outras ocasiões. Uma psicóloga aponta a deficitária estrutura de organização de visitas domiciliares, tal como a inexistência ou insuficiência de transporte do programa para o deslocamento, a ida debaixo de sol ou chuva indiscriminadamente para cumprir meta definida em planejamento de trabalho, a quantidade de visitas realizadas em um período, como relatado em serviço existente em município da Grande Vitória da realização de 08 a 10 visitas em uma manhã, a insegurança de visitar domicílios de pessoas violentas ou que estão sob efeito de álcool ou outras drogas.

contagem de números de famílias e indivíduos<sup>26</sup>, no corte de atendimento relativo às cifras de ganhos financeiros<sup>27</sup>, o controle dos índices de qualidade de vida<sup>28</sup> e toda uma lógica de esquadramento da vida.

Ainda nessa perspectiva crítica, uma questão que envolve toda a extensão da política de Assistência Social é convivência cotidiana pelos profissionais com uma política laica de Estado e a religiosidade das organizações gestoras nos ambientes de trabalho. Em algumas áreas, a gestão dos serviços tem sido delegada a coordenações contratadas pelas organizações não governamentais, não sendo incomum ver a gestão pública recorrer a contratos terceirizados já que as atividades-fim do Governo não podem ser privatizadas por serem atividades de assistência à sociedade que minimamente o Estado tem que disponibilizar. O papel do terceiro setor que viria para tensionar o Estado acaba por simplesmente prestar os serviços que o Estado deveria executar, além de impor as suas ideologias predominantemente religiosas. A maioria dos profissionais entrevistados apresenta as dificuldades de realizarem trabalhos técnicos no que tange à Assistência, e mesmo dificuldades na execução da política pública, devido às convicções e práticas religiosas impostas pela administração terceirizada.

---

<sup>26</sup> A NOB-SUAS define que os CRAS serão estruturados, de acordo com o porte do município, a fim de oferecer proteção social básica para 2500 a 5000 famílias referenciadas. A NOB-SUAS-RH dispõe que, também de acordo com o porte do município, deve-se ter minimamente entre dois técnicos de nível superior (sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo) a quatro técnicos de nível superior (sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS).

<sup>27</sup> A LOAS, como já mencionado, considera incapazes de prover a manutenção da família aqueles cuja renda familiar mensal *per capita* seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo. E o CADÚnico é um instrumento de controle populacional utilizado pelo SUAS - é realizado para toda renda familiar com teto de 03 salários mínimos. Por meio dele os benefícios continuados e outros benefícios sociais são analisados e disponibilizados.

<sup>28</sup> O CADÚnico contém dados sobre infraestrutura do bairro, quantitativo populacional por segmentos – tais como informações pessoais das famílias, utilização de benefícios como BPC, Bolsa Família, carteirinha do idoso, tarifas sociais em pagamentos de água e luz. Para cada CADÚnico realizado, é repassado para o município o Índice de Gestão Descentralizada/IGD. Foi informado, pelos psicólogos, que o cadastramento, à época das entrevistas, detinha o valor de R\$ 8,00 por preenchimento realizado, enquanto o recadastramento tinha o valor de R\$ 5,00 por preenchimento para repasse ao município como gratificação por essa execução de serviço. Essa verba pública destinada ao serviço é a motivação da exigência de produtividade dos cadastros, incidindo então como a maior demanda de trabalho dentro do CRAS, inclusive com a execução por técnicos de nível superior. Entretanto, essas informações não são publicizadas e não há conhecimento do que é feito com elas. As discussões acerca dos cadastros com entrevistados levam às especulações: estariam esses dados a serviço do poder? Em que esfera? Com quais objetivos? Estariam à disposição para a elaboração de políticas sociais? Ou à disposição da Segurança Pública para providenciar maior contingente de policiais em determinada região para contenção dos jovens? Ou de políticos que visam a se promover em cima de realização de infraestrutura, como asfaltar ruas na época de políticas para aliciar eleitores? Há entrecruzamento de dados para averiguar benefícios disponibilizados?

Antes de iniciar uma reunião de trabalho, ali os trabalhadores, ou o próprio coordenador do trabalho, puxava uma oração. E abria a bíblia lá, e eu não tenho nada especialmente contra a bíblia não, mas aí é uma outra pergunta que se faz, se você faz uma prece para que as coisas melhorem, o que eu preciso fazer para que as coisas melhorem, né? [...] Um das fontes de conflito também para o desempenho de algumas funções é que você tem uma gestão pública e uma gestão da instituição e as duas precisam dialogar e tal, tomar algumas decisões e muitas vezes havia uns conflitos do tipo: vai haver um evento onde a determinação da ADRA é que não se pode produzir certo tipo de dança e, aí vem a diretoria para você não viabilizar aquela, aquela dinâmica, aí vem a diretoria da secretaria para você viabilizar, mas por outro lado você sabe que é uma jogada política atrás daquela, daquele evento, daquela atividade... (Psicólogo 11).

E isso também dificulta porque traz alguns ranços do que é caridade para essas instituições, do que é o trabalho social, de quem é o público alvo e de qual é o meio para se salvar essas pessoas. É uma visão de salvação, então, isso tudo compromete muito a política de assistência social no nosso estado (Psicólogo 10).

A relação entre religião e a assistência social é histórica, perpassando a atuação da Igreja Católica nas ações e organizações de uma caridade assistencial à miséria mundana e aos necessitados na sociedade (CASTEL, 1998). A história apresenta a separação dos poderes da Igreja e Estado, a instituição do título da laicidade do Estado e a construção de todo um processo de implantação de um serviço social para além da caridade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001). Mas a questão da cooperação da religiosidade com a política social brasileira deixa resquícios com a terceirização dos serviços públicos contratados com organizações não governamentais ou fundações de cunho religioso. Confunde-se o público com o privado, o laico com a religião, os serviços públicos com interesses particulares. O poder da Igreja pelo controle das almas, a confissão da vida íntima e privada de cada sujeito foi atualmente traduzida com nome de organização com notório saber da ciência e continua encetando o esquadrinhamento dos modos de viver, incitando-as à sujeição e monitoramento das políticas sociais.

As problemáticas descortinadas apontadas como a mercantilização do bem público, a terceirização do serviço público e a questão da religiosidade, a desresponsabilização do Estado das questões sociais produzem outras problemáticas traduzidas na desvalorização da educação em seus níveis de ensino e dos trabalhos de nível superior na área social, no assédio moral, na alta rotatividade de pessoal e a não vinculação com o serviço.

O serviço público, que se descortinou como campo de trabalho face à Constituição Federal de 1988, preconizou a realização de concurso público no Brasil para atuação nas políticas públicas (BRASIL, 1988, art. 37, inc. II). O campo para os

cargos efetivos foi aberto principalmente para profissionais das ciências humanas, sociais, da saúde e da educação. Um campo que se abriu, inclusive, como área de investimento no mercado da educação com seus cursos preparatórios para concurso.

Contudo, registram-se diferentes modalidades de inserção. Uma delas, como apontado, é a contratação de servidores efetivos por meio de concurso público; outra forma é temporária, por contratos de trabalho por um ano podendo ser renovado por mais um ano; uma terceira maneira é a contratação via organizações não governamentais que prestam serviços terceirizados aos órgãos públicos. Além disso, é possível citar cargos em comissão para cargos de confiança previstos em lei.

Atualmente, dentre os municípios que foram apresentados, de acordo com os entrevistados, há um índice grande de programas terceirizados. Esta questão é explicitada quando nos deparamos com a diversidade das formas de contratação no serviço público, muitas vezes ocorrendo as diferenças no mesmo setor.

A composição dos quadros de servidores pelas contratações via as ONGs divide o espaço com profissionais concursados. Nessa pesquisa, dentre os entrevistados, 07 foram contratados por instituições terceirizadas enquanto os outros psicólogos eram profissionais concursados que também eram influenciados pelo posicionamento das ONGs e explicitam tais críticas.

Essa inserção pelo concurso público faz uma diferença fundamental. Sendo a Assistência Social um campo de herança assistencialista e herança clientelista. O fato de você ser um profissional concursado permite que você faça algumas coisas, que você faça algumas intervenções, né? (Psicólogo 11).

Esse tipo de brecha no serviço público que não deve existir, se ela não gostasse de mim, se ela achava que eu estava fazendo alguma coisa de errado, ela tinha que abrir um processo administrativo, se eu fosse efetiva e eu teria direito a ampla defesa (Psicóloga 7).

No estado do Espírito Santo, algumas ONGs têm seus trabalhos amplamente difundidos entre as prefeituras, em especial na Região Metropolitana, angariando também municípios do interior para a execução de convênios de terceirização de serviços das políticas sociais. As instituições são ligadas a grupos religiosos, fato apontado como relevante pelos entrevistados. A tabela 3 resume dados acerca das principais ONGs atuantes no estado, sendo que os municípios e os programas – apresentados pelos entrevistados –, incluem, também, as principais críticas.

TABELA 3 – ONGs atuantes no Espírito Santo

ONG	Religião à qual está vinculada	Principais informações	Principais informações apontadas pelos entrevistados	Programas e municípios em que atuam	Número de entrevistados contratados pela ONG
<b>ADRA<sup>29</sup></b>	Igreja Adventista	Iniciativa da igreja para amenizar consequências das I e II Guerras Mundiais. As atividades no Brasil tiveram início em 1984.	Psicólogos relatam que a ONG não faz tensionamento no que tange ao enfrentamento ao Estado no âmbito da execução da política pública.	- Proteção Social Básica / todos os CRAS, de Vitória - Proteção Social Básica / CRAS, de Cariacica	03
<b>Cáritas<sup>30</sup></b>	Igreja Católica	Criada em 1956, foi incumbida de articular todas as obras sociais católicas. Com o passar dos tempos aproximou-se do ambiente da educação popular.	Foi relevante a questão da mística da pastoral e toda a ideologia da caridade de doar-se e do autocuidado. Entrevistados apontam que a ONG faz um enfrentamento ao Estado por vias dessa ideologia. É apontada como uma instituição técnica, na perspectiva da Educação Popular. Afirmando a legitimidade dos serviços executados, fazendo enfrentamento ao Estado quando convém ao serviço.	- Proteção Social Básica / Jornada Ampliada, da Serra - Proteção Social Especial de Alta Complexidade / Acolhimento Institucional, da Serra	02
<b>Fundação Fé e Alegria<sup>31</sup></b>	Teve início com o jesuíta José Maria Vélaz	Teve início em 1955, na Venezuela como uma entidade de solidariedade social, vinculando-se com Estado com serviços educativos e sociais. Chegou ao Brasil em 1981.	É apontada como uma instituição técnica, na perspectiva da Educação Popular. Afirmando a legitimidade dos serviços executados, fazendo enfrentamento ao Estado quando convém ao serviço.	- Proteção Social Especial de Alta Complexidade / Acolhimento Institucional, de Vitória	01
<b>Fundação Educacional Monte Belo<sup>32</sup></b>	Não há publicização oficial. Os entrevistados afirmam a vinculação com a Igreja Batista.	Datada de 1961, tendo como objetivo o trabalho cultural e educacional da região em que atua.	Psicólogos relatam que a ONG não faz tensionamento no que tange ao enfrentamento ao Estado no âmbito da execução da política pública.	- Proteção Social Especial de Média Complexidade / CREAS, de Cariacica	01

<sup>29</sup> ADRA. Disponível em: < <http://adra.org.br/> > Acesso em 15 jan. 2013.

<sup>30</sup> CARITAS. Disponível em: < <http://caritas.org.br/novo> > Acesso em 15 jan. 2013.

<sup>31</sup> FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONTE BELO. Disponível em: < <http://femb.org.br/index.php> > Acesso em 15 jan. 2013.

<sup>32</sup> FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA. Disponível em: < <http://www.fealegria.org.br/> > Acesso em 15 jan. 2013.

As ONGs apresentadas pelos entrevistados são ligadas a grupos religiosos, pautadas historicamente em ações beneficentes, e contratadas para atuarem nas políticas públicas, aqui especificamente na Assistência Social. De um modo geral, as organizações foram alvo de críticas pelos psicólogos por se regularem por ideologias religiosas ou por se posicionarem em posturas que visavam muito mais ao fim capitalístico e econômico do que ao aspecto público e social. Na pesquisa, além do número expressivo de contratados, aparece a coordenação geral dos programas submetidos às ONGs, as quais possuem autonomia na execução do trabalho e são ligadas somente às Secretarias Municipais de Assistência Social, Nota-se uma grande cobertura desses serviços na Região Metropolitana do Estado.

Esses caras é que são os donos da biografia  
já que a grande maioria daria um livro por dia  
sobre arte, honestidade e sacrifício.

O RAPPÀ, Hey Joe

### 3. PERSONAGENS NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### 3.1 O PSICÓLOGO TRABALHADOR DO SUAS

Como personagem privilegiado de fala, o psicólogo ocupou lugar central nessa pesquisa para discutir a política de Assistência Social, muito embora a inserção da categoria seja tão recente quanto a própria implantação do SUAS. Essa recente inserção configura um quadro de incipientes parâmetros de atuação, estabelecido na perspectiva de transformação da sociedade. Nos depoimentos, obtivemos elementos interessantes acerca da inserção da Psicologia na Assistência. Nos relatos, os psicólogos posicionaram-se de uma forma crítica e contributiva para a efetivação de um aspecto público da política social.

Em um campo eminente do Serviço Social, a boa receptividade aos psicólogos pelos profissionais e pela gestão foi apontada frequentemente. E os psicólogos se inserem no contexto da Assistência em condições não muito diferenciadas dos demais profissionais, nesse sentido, no que tange à perspectiva de um cargo público, observamos que, dentre os entrevistados, 09 profissionais buscavam a aprovação em concurso público, sendo apenas 02 os que não relataram o desejo de trabalhar como servidor efetivo no serviço público. O investimento aplicado em horas, meses e até anos de estudos, como relatado pelos entrevistados, almejava uma aprovação em provas de conhecimentos e de títulos em seleções públicas para suprir essa modalidade de provimento na área das políticas sociais. Dentre as formas de contrato de trabalho apresentadas pelos entrevistados, encontramos 08 concursados e 07 profissionais que possuíam contratação por ONGs, de acordo com as leis trabalhistas<sup>33</sup>.

Quanto à remuneração e carga horária de trabalho, a média salarial dos psicólogos variava entre R\$ 1.200,00 e 2.900,00. A carga horária de trabalho variava também entre 20 e 40 horas semanais.

As experiências profissionais descritas nessa pesquisa aconteceram entre os anos de 1998 e 2012. No CRAS, obtivemos 08 experiências; No CREAS, 02 profissionais;

---

<sup>33</sup> As contratações foram realizadas pelas ONGs: 03 pela ADRA, 02 pela Cáritas, 01 pela Fundação Fé e Alegria e 01 pela Fundação Monte Belo.

E em programas de Proteção Social de Alta Complexidade, 04 entrevistados, dos quais 02 atuaram em abrigos e 02 em programas protetivos.

Dentre os entrevistados, alguns psicólogos decidiram trabalhar no SUAS, enquanto outros lá estavam por não disporem de outra oportunidade de trabalho. Por exemplo: deparamo-nos com a solicitação de transferência da Secretaria de Saúde para a de Assistência Social por um profissional, por ter gostado de uma experiência anterior nessa política; outra situação foi a de uma solicitação de transferência por um profissional que não estava satisfeito atuando na Educação e gostou da troca de secretarias pela acolhida e oportunidade de crescimento. Enquanto os outros 09 profissionais não tiveram a oportunidade de escolher diretamente atuar nessa política já que alguns fizeram seleção específica para a área da Assistência Social ou fizeram concurso para quadro geral de instituição pública, podendo ser lotado em qualquer secretaria do órgão. Para alguns destes, trabalhar com a Assistência veio como uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho, aceitando o emprego apenas como provisório. Os relatos abaixo destacam essas experiências.

Eu escolhi estar na assistência, eu pude escolher, eu acho que eu fui até beneficiada, privilegiada (Psicóloga 7).

Vinha de uma experiência em outra área, educação, e precisavam de um psicólogo na implantação do CRAS e aí a Secretária de Ação Social solicitou que eu fosse para lá. Comparando a minha experiência anterior com a experiência em Assistência foi muito melhor, porque eu não me identificava com a parte de educação e com a parte de Assistência até mesmo antes parecia que iria me identificar melhor. É com enfoque mesmo com o público, eu tinha um pensamento em mim, que me agradava (Psicólogo 2).

A Assistência sempre foi vista como um lugar provisório, e vou aqui porque acabei de me formar, uma forma de eu ganhar um dinheirinho, e depois eu consigo outra coisa, depois consigo outra coisa melhor, depois eu vou para saúde, vou fazer outra coisa. Não é visto como um lugar onde eu vou construir uma carreira, é visto como um lugar provisório, um lugar que eu entro para daqui a pouco sair, já pensando em outra coisa. Então por uma série de questões isso está colocado, então a gestão desse processo de trabalho, a gestão do trabalho do SUAS ainda é muito precária (Psicólogo 5).

A situação da população de lá é muito precária, então é muito desgastante nesse sentido de você ver assim no rosto da pessoa o sofrimento, entendeu, e anos de sofrimento não é de ontem [...] é um trabalho pouco valorizado, e eu reafirmo é porque a gente trabalha com pobre, então qualquer coisa serve, então é o pior profissional que vai para lá. É o profissional que não aceitaram em outro local, então ele está trabalhando ali, essa é a verdade. Essa é a verdade, os profissionais falam realmente (Psicóloga 7).

A tabela 4, a seguir, demonstra as condições em que os psicólogos entrevistados estavam lotados na política de Assistência, inclusive em experiências anteriores e

atuais locais de trabalho. Ante os dados, ficou constatado também que os entrevistados, mesmo tendo mudado de local de trabalho, atualmente continuam a trabalhar com políticas públicas na área social.

**TABELA 4 – O TRABALHO NO SUAS DOS PSICÓLOGOS ENTREVISTADOS**

LOCAL DE TRABALHO	VÍNCULO		MÉDIA SALARIAL*	CARGA HORÁRIA
	(ONG Contratante, se for o caso)			
CRAS	CONCURSADO		1400,00	40
CRAS	CONCURSADO		1900,00	30
CRAS	CONCURSADO		2300,00	40
CRAS	CONCURSADO		2300,00	40
CRAS	CLT/ADRA		2100,00	40
CRAS	CONCURSADO		1600,00	40
CRAS	CLT/ADRA		1200,00	40
CRAS	CLT/ADRA		2200,00	40
CRAS	CONCURSADO		2200,00	40
CREAS	CONCURSADO		2900,00	20 + 20 EXTENSÃO
CREAS	CLT/MONTE BELO		1200,00	40
ABRIGO	CLT/FÉ E ALEGRIA		2200,00	40
ABRIGO	CLT/CARITAS		1970,00	40
JORNADA AMPLIADA	CLT/CÁRITAS		NÃO FOI INFORMADO	30

\* Alguns valores foram informados pelos entrevistados e outros por acesso a editais dos concursos e seleções. Os valores são referentes à época da entrevista, no ano de 2012.

Além das principais normativas da área já citadas – a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social, Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social e de Recursos Humanos, Tipificação Nacional dos Serviços da Assistência Social –, outras legislações correlatas também são cotidiano desse serviço, tal como o Estatuto da Criança e do Adolescente, SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, entre outras.

Também existem outras publicações do conselho de classe, que podem ser enumeradas pelas cartilhas produzida pelo Centro de Referência Técnica em

Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), do Sistema Conselho de Psicologia<sup>34</sup>. Estes documentos orientam a atuação na área e afirmam o desafio e a contribuição da Psicologia no campo social.

Tem-se então o desafio de se decodificar o que significam os diferentes níveis de complexidade da proteção social num cenário de intensas desigualdades sociais. Dentro dos territórios de pertencimento das camadas excluídas do acesso a bens e serviços, tem-se, ainda, como propósito, a ocupação das situações que demandam atenção, cuidado, aproximação. Devemos estabelecer muitos olhares, muitas redes e trabalhar com a vida. Temos o dever de devolver para a sociedade a contradição quando muitos(as) não usufruem os direitos de cidadania, que deveriam ser garantidos a todos(as). Mais motivos temos para nos aproximar e retomar o que deve ter ficado perdido nos fragmentos dos atendimentos segmentados, dos encaminhamentos assinalados nos papéis, mas ainda não inscritos na vida (CFP; CFESS, 2007, p. 21 e 22).

Além dos documentos de referência, o profissional também encontra como apoio a Comissão de Políticas Públicas, do Conselho Regional de Psicologia, que é referência de Psicologia para o trabalho nesse campo. Contudo, o Sistema Conselho, nos depoimentos de alguns entrevistados, não oferece suporte necessário ao trabalho do psicólogo sem uma fundamentação e orientação da atuação. Alguns profissionais criticaram a limitada exposição do campo ou, ainda, as orientações generalistas da atuação do psicólogo, com uma orientação direcionada à ética ou diagnóstica<sup>35</sup>. Os depoimentos abaixo apresentam esses posicionamentos.

E outra forma de organização que eu vi que alguns psicólogos usam também era a comissão de políticas públicas do CRP, que a frequência não é tão grande mas sempre que a coisa estava pegando, o bicho estava pegando para o lado de alguém, a pessoa aparecia na comissão. E nessa comissão eu participei, participo ainda muito ativamente. É um local de troca, onde os psicólogos se sentem mais à vontade para sentar e conversar muitas dessas queixas que eu falei hoje, algumas delas, apareciam lá e aí nisso é quando você se reconhece que você não está numa luta particular, que você não está em uma coisa do seu local de trabalho, mas que são modos de gestão que, que se atualizam nos diversos espaços e que aí você precisa é articular isso se fortalecer com o outro para ganhar mais voz, mais força (Psicólogo 10).

Eu não conhecia nada de SUAS então, em um primeiro momento eu corri atrás de material que tinha, que existia, no caso eu achei uma publicação no Crepop da atuação do psicólogo na política de assistência social ou no

<sup>34</sup> As principais publicações do Sistema de Conselhos de Psicologia na área da Assistência Social são os seguintes documentos: *Documento de Referências Técnicas para atuação em CRAS/SUAS* (2008); *Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social* (2007), em parceria com o Conselho Federal de Serviço Social; *Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – informações para gestoras e gestores* (2011).

<sup>35</sup> Os documentos gerais norteadores da profissão são o Código de Ética (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005) e o Manual de Elaboração de Documentos Psicológicos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003).

SUAS, não lembro agora o nome. Isso foi a primeira coisa que eu peguei e li, só que não foi muito bom para mim, bem, eu achei que não foi muito bom para mim porque eu achei vago na época, eu estava querendo algo mais palpável, o que tinha ali era muito, muitas ideias muita coisa assim que para mim soava como ideal e que não era adequado para o município onde eu estava, com a realidade do município (Psicólogo 1).

É um trabalho que eu acho assim quando a gente busca o CRP a gente muitas vezes não tem muito suporte, quando a gente quer buscar alguém para dar uma sustentação para aquilo que a gente está falando, que é o nosso trabalho, a gente não encontra suporte, então a gente encontra mais entre os colegas, os psicólogos ou assistentes sociais, alguns, né, que alguns também têm muita dificuldade assim de se articular (Psicóloga 9).

A inserção dos profissionais é paralela à importância da afirmação do lugar da Psicologia e das suas contribuições bem como de outros saberes. De um modo geral, os entrevistados apresentaram a importância do encontro das categorias das ciências humanas para a execução da política de Assistência. Para eles, a atuação conjunta permitia que o desenrolar do cotidiano de trabalho fosse de trocas e experiências produtivas para a sociedade e inclusive para os psicólogos que se inseriam em um novo campo de discussão.

Foi uma equipe que me acolheu muito, eu fui muito esperado, o profissional de psicologia foi muito esperado. Olha só, a gente é muito esperado. Eu fui muito acolhido (Psicólogo 11).

O assistente social compartilha dessa nossa noção de psicologia, de sofrimento, de desigualdade social, da luta política, entendeu, então acho que casa, muita coisa, então eu me identifico com o trabalho (Psicóloga 7).

Se tivesse um sociólogo nas equipes da Assistência Social talvez que riqueza que ia ter, né? [...] se tivesse um pedagogo em cada equipe, um advogado, então assim é muita coisa (Psicólogo 10).

Eu sei que o pessoal da Geografia, o pessoal do Urbanismo quando pensa território pensa essas questões. Pessoal da Ciências Sociais também, da Etnografia. Então existe uma produção acadêmica sobre isso e, no entanto, isso não se articula com a política por falta de investimento, mas por falta de valorização (Psicóloga 6).

Também, as práticas indiferenciadas entre as equipes multidisciplinares e a realização das mesmas funções levantavam algumas problemáticas aos profissionais. A constituição do papel do psicólogo na política de Assistência enfrenta tais problemáticas, pontuando que tais posicionamentos perpassam inclusive os próprios psicólogos. Nesse sentido, as críticas se deram no que tange à imposição ao psicólogo da execução administrativa ou ainda assistencial de cadastramentos sociais. Outras vezes, paralelamente a esse quadro, essa determinação se confundia com outros direcionamentos que reduziam o papel do psicólogo ao atendimento clínico. Por outras vezes, o uso destes argumentos justificava a não produção do próprio lugar da Psicologia e com isso as

consequentes afirmações da responsabilidade dos saberes e fazeres nas intervenções neste trabalho.

Ficar na indiferenciação é ruim porque ela te coloca demandas que você não consegue atender e meio que produz também um sentimento que qualquer um pode fazer aquele trabalho (Psicólogo 10).

Aqui não há diferença entre psicólogo e assistente social, é um dia típico para os dois (Psicólogo 5).

Você não pode pensar sobre seu trabalho, você não pode dar contribuição sobre o que você está fazendo ali. E mandavam você fazer não sei quantos milhões de atendimento para fazer CadÚnico, para preenchimento de um formulário lá, que afinal das contas só serve para controle da população. Se o coordenador achasse que você não ia fazer, você não fazia, se o coordenador achasse que você ia fazer, você fazia, eu fazia (Psicóloga 7).

Nós psicólogos fazemos o trabalho igual, a mesma tarefa do assistente social. Eu vejo que a gente faz a mesma tarefa, mas tem as peculiaridades, a gente tem um olhar diferente sobre o que a gente está fazendo, mesmo que a gente faça a mesma tarefa... (Psicóloga 7).

Você está fazendo a mesma coisa que outro profissional, mas você tem um *know how* diferente (Psicólogo 4).

Essas facetas do trabalho social se misturam nas práticas que o cotidiano estabelece. Os psicólogos, a partir de seus relatos, narram que propondo chegar à comunidade idealizavam práticas coletivas. Os acolhimentos e as leituras coletivas tomavam essencialmente o trabalho. Ainda que fossem convocados a intervir nos casos que tangenciam a saúde mental dos usuários. Na prática, chegavam aos psicólogos as demandas de saúde, como saúde mental, drogadição, redução de danos, também, as demandas da educação e dos conselhos tutelares, como as dificuldades de aprendizagens e os supostos diagnósticos de hiperatividade. Os relatos abaixo apresentam esse aspecto das práticas. Referente ao trabalho nos CRAS, recortamos alguns depoimentos.

No cotidiano do meu trabalho, a grande demanda ali, do CRAS, era Bolsa Família, Programa Bolsa Família. E dadas as peculiaridades lá do município ficava complicado às vezes você fazer uma reunião, reunir as pessoas, porque era um município muito grande e as distâncias que as pessoas tinham que percorrer para chegar ao CRAS eram bem grandes. Aí, muitas vezes, era focado no atendimento individual, que vinha do caso a caso. E como o município era pobre a questão de você dar aquela ajuda da cesta básica era muito forte. No meu caso, eu também ficava muito focado na área da saúde, eu era o único psicólogo que tinha na cidade (Psicólogo 1).

A gente fazia as principais atividades: era o acolhimento, que era o acolhimento às famílias – como o Bolsa Família era ali perto, acontecia que a mesma família que ia lá para o Bolsa Família e às vezes ia procurar uma assistente social, a gente fazia aquela conversa interna. E tinha o atendimento psicológico também, mas com esse enfoque não clínico, eu sempre prezei por isso dentro do CRAS. Daí vinha os encaminhamentos, esclarecimentos às famílias, que tinham algumas demandas. As visitas domiciliares também era outra coisa que a gente fazia, às vezes era sozinho às vezes era em equipe (Psicólogo 2).

Aqui você tem uma equipe de acolhimento social, as famílias chegam ao CRAS, se é a primeira vez que chegam é marcado para esse grupo de atendimento onde o assistente social ou o psicólogo vai falar sobre tudo que tem no CRAS – benefício, programas, serviços. A partir daí, se for preciso vai marcar um atendimento individual tanto para o psicólogo quanto para o assistente social. E a partir daí vai ser feita uma análise, um diagnóstico, dentro das condições, dentro das análises, dentro do tempo que você tem disponível, vai pensar alguma coisa para aquela família, junto com aquela família. As ações coletivas são muito burocratizadas ainda, tem que ter uma reunião por mês, aí todo mês vai lá, vem, trabalha um tema, hoje a gente vai trabalhar cidadania, vai trabalhar isso, aquilo, no final recebe uma cesta básica e vai para casa. Então, não tem diferença hoje. A diferença está no olhar (Psicólogo 5).

Os CREAS, a despeito de algumas especificidades, inserem-se na mesma discussão.

Em primeiro lugar, é preciso ter uma boa capacidade para ouvir o que aquela pessoa quer te passar e não ser tão rígido só com a questão emocional. É tentar ter uma visão mais ampla do que está chegando naquele problema e como você pode fazer para ajudar, né, se não é da sua alçada, se você não pode fazer nada como psicólogo, procurar recursos, encaminhar para outros profissionais para poder ajudar de alguma forma. Na Assistência Social, não é aquela visão clínica fechada que você tem que atender só com seu recurso e ouvir só o que vem do paciente, não tem que saber amplamente porque ele chegou até aquele estágio. [...] Você estar no CREAS atendendo, é bem complexo nisso aí, o dia é bem agitado, é cheio de surpresas, intercorrências, você se programa, mas aí acontecem coisas emergenciais, visitas, várias situações, também tem muitas audiências marcadas, aí você compromete o dia (Psicólogo 3).

As intervenções foram apresentadas pelos psicólogos com muita clareza e segurança. O trabalho do psicólogo foi apontado como uma construção de vínculos, o favorecimento de outros modos de vida, e acima de tudo, de uma política de gestão da vida mais potencializadora, uma política que favoreça por fim a autogestão da vida. Um trabalho abstrato, intocável, não visualizável, silencioso, sem atributos para quantificação, metrificção ou ainda para exposição. No sentido das expectativas, os psicólogos apontaram práticas de compartilhamento de afetos e de princípios, discussão, parceria, produção de documentos e artigos. Eles afirmam que o trabalho do psicólogo no SUAS é caracterizado pela habilidade de ouvir, de ler nas entrelinhas, de não endurecer. Concretizado no modo de ver e encaminhar o atendimento. As práticas que visam a um movimento a ser realizado pela família atendida, incitam a questionar dilemas sociais, intervindo na ordem já instituída do cotidiano. O psicólogo, segundo as narrativas, realiza intervenções, no olhar, no gesto, no verso.

Tudo é a prática, tudo é a ação, existem ações teóricas e ações práticas. Então, é um relatório levantando questões, um relatório discutindo questões, é uma ação de forçar um tempo para fazer relatório, é uma ação, né? [...] Outra ação é compartilhar o que você sente que é o trabalho da

psicologia nesse campo, isso é ação. Aí o colega do serviço social, o assistente social, ele vai dizer assim, ah, entendi ele não vai fazer atendimento clínico. Para nós talvez isso seja óbvio. Para alguns de nós isso é óbvio. Mas isso não é óbvio, assim como na escola pública isso não é. [...] Defender reuniões periódicas, isso tudo está no caminho de uma certa discussão, né? (Psicólogo 11).

A partir de perguntas, a partir da intervenção, diversas formas, a partir de um olhar, de um gesto, a partir do silêncio, não tem receita, não tem padrão, o que a gente pode é utilizar algumas ferramentas conceituais, aí varia, algumas técnicas, aí varia... No atendimento grupal, né, eu posso fazer essa intervenção, no atendimento individual eu posso fazer essa intervenção. Em uma oficina, em curso eu posso fazer essa intervenção, em uma visita domiciliar, várias técnicas, em uma reunião na comunidade, em todos esses espaços eu posso problematizar. O importante é talvez em que direção, quais princípios, da onde parte, aonde quer chegar. Qual compromisso, qual implicação se tem com isso, não tem receita não, o campo de inventividade é muito amplo (Psicólogo 5).

Verbos como tatear, olhar, ouvir, trabalhar, escrever, dizer, amar, lutar... E pesquisar. Muitas coisas passam por esses verbos. Algumas delas, muito fortes, são mesmo capazes de forçá-los a endurecer nosso percurso por eles. O Estado, a ciência, a opinião... (MACHADO; GOTARDI, 2011, p. 53-54).

É na execução do trabalho que os entrevistados apontaram o desafio para a transformação social. O desafio de dividir essas perspectivas potencializadoras do trabalho com a faceta tarefaista, automática, mecanizada e quantitativa, priorizados os dados e a mídia, e que exige do trabalhador a produtividade e, muitas vezes, a condição de um mero encaminhador. Os processos de trabalho acontecem em meio ao contexto do sucateamento das políticas públicas e da precarização do serviço público, tanto na ordem da estrutura física quanto na ordem da burocracia.

O trabalho do psicólogo ficou um pouco aquém aos interesses de quem está no poder, então a gente sofre com isso, porque o nosso trabalho não aparece, então a gente fica sempre de lado e aí dá margem para dizer que o trabalho do psicólogo é supérfluo. E aí vem a desvalorização, a gente trabalha com relação, a gente trabalha com construção de vínculo, não dá para você tirar foto disso, é claro que tem resultados, mas o fato em si não. (Psicóloga 7).

E no meio desse movimento todo, a gente fez um trabalho de ramificação, de formação, que elegeu o primeiro presidente Conselho Municipal de Assistência Social do Brasil [ele bate palmas] que é usuário. Isso não aparece no jornal, isso não aparece como notícia, é um trabalho absolutamente silencioso, talvez muito barulhento para quem está lá no meio [...] Então, política pública também é isso, é você poder dizer para pessoa que o que está pagando sua presença ali é o imposto que ela já pagou no feijão, no arroz, no preço da roupa. Dizer que o buraco que tem na rua dela não tinha que estar ali. Que os meios para se discutir aquilo ali são esses, esses e esses... Que a gente não está ali para levar verdade nenhuma. Que eu sou servidor, oh o nome! Que eu sou um servidor público, eu estou ali para servir (Psicólogo 11).

A função do psicólogo foi entendida, então, como a de problematizar as formas de construção da subjetividade, dos modos de governar, de gerir a vida, pautada em

uma postura ética-estética-política. Ética como pensamento que avalia os acontecimentos potencializadores ou não de vida; estética como criação, articulando pensamento, ação e sensibilidade; e política como a responsabilização ante aos afetos produzidos, sendo construídos nas ações (GUATTARI,1992).

Alguns entrevistados sugeriram em seus depoimentos tal postura ética-política do psicólogo nesse serviço. Apontam que objetivavam cumprir com o compromisso social como agente político e agente transformador da realidade social, afirmando o lugar da contribuição da Psicologia tal como a problematização dos processos de subjetivação e da construção dos modos de vida nas comunidades. Os questionamentos apresentaram que compreendiam alternativas políticas e pedagógicas, com encaminhamentos efetivos, em que era necessário tensionar as estruturas endurecidas e romper com práticas institucionalizadas em que não circula a potência das comunidades que estão circunscritas na marginalização das políticas públicas.

Às vezes vêm solicitações por parte da gestão que extrapolam o seu campo de atuação, ou até mesmo que ferem a ética da sua atuação e que aí você, como profissional, tem que conseguir marcar o seu lugar.[...] Primeiro, você precisa ser muito firme para conseguir lidar com essas solicitações de uma forma que você não extrapole o seu campo de atuação, de uma forma que você não extrapole principalmente a sua ética, mas ao mesmo tempo de uma forma que você mantenha o seu emprego (Psicólogo 10).

Muitas vezes a gestão queria ditar o que a gente tem que fazer, então a gente questionava – olha a gente quer dizer o que a gente tem que fazer aqui, porque a gente entende o nosso trabalho aqui (Psicóloga 9).

E quando as pessoas começam a se apropriar disso que é direito, e começam a se encontrar para discutir isso, discutir quais são as fragilidades, as vulnerabilidades do território, então eles começam a despertar para uma criticidade, um protagonismo, uma participação, e isso incomoda qualquer um que está no poder (Psicólogo 5).

Pessoalmente eu acredito que a função do psicólogo no SUAS seja exatamente problematizar esses processos de produção de subjetividade, as formas que estão implantadas, implementadas, de viver, de governar. Então é problematizar isso! A função do psicólogo tem essa função de problematizar, independente da abordagem teórica, a função dele é problematizar, então se ele está em uma política pública de Assistência Social, a função é problematizar os modos de viver, os modos de governar naquele território (Psicólogo 5).

Eu vejo os psicólogos tensionando muito mesmo no serviço. É, a gente acaba até sendo mal visto por causa disso, mas é nosso trabalho... (Psicóloga 6).

Eu troquei muito com outros parceiros, de outros lugares, e era corriqueiro, então, não era uma fala só daquele lugar, era uma fala que perpassa assim vários outros profissionais (Psicólogo 10).

Os psicólogos afirmam que é preciso ultrapassar o imaginário do papel diagnóstico e terapêutico ou, ainda, do fetiche do conhecimento psi. Sendo preciso reafirmar o conhecimento específico e as contribuições reais da categoria entre as diversas outras que compõem a interdisciplinaridade, mesmo em meio às estratégias de gerir a vida da população por tal política e saber especialista. O posicionamento ético do profissional faz-se necessário para não sucumbir às práticas antiéticas instaladas na gestão nem sucumbir ao adoecimento. Tais posturas, segundo os relatos, o papel social da Psicologia e as intervenções possíveis, devem ser afirmadas cotidianamente mediante os outros profissionais, usuários da política e pessoalmente.

A perspectiva de espaços comunitários, onde se possam construir vínculos, subjetividades e modos de vida são sobretudo importantes componentes da prática, segundo os relatos dos entrevistados. Para alguns destes, a proposta do trabalho é listada tanto por elementos potencializadores quanto decapitadores, bem é afirmada no que une e no que difere o trabalho entre os saberes, ou ainda entre a mesma categoria.

Os discursos aparentemente contestatórios dos servidores, dentre gestores, psicólogos e demais servidores, muitas vezes se configuravam como capturas que mantêm a estrutura de poder e impõem a permanência das técnicas de individualização com tal discurso, legitimando os mesmos lugares de onde se exerce o poder.

É assim que surgem os outros personagens dessa pesquisa, nos próprios depoimentos dos psicólogos, como analogias de um trabalho de controle e de potencialização da vida. As analogias que seguem são conhecidos personagens populares que se assemelham com histórias na política da Assistência Social. Dentro dos próprios contextos de trabalho e dentre os iguais nas categorias se faziam, os *carcereiros*, os *capitães do mato*, os *leões de chácaras*, a *Rainha de Copas*.

### 3.2 DO CARCEREIRO AO CAPITÃO DO MATO: DISCIPLINARIZAÇÃO DOS CORPOS E CONTROLE DAS ALMAS. E O LEÃO DE CHÁCARAS: O OLHO QUE TUDO VÊ.

Através das narrativas, os entrevistados apontaram para as estratégias do biopoder de assujeitamento nessa política, tal como o modelo de controle que era utilizado nas instituições escolares, hospitalares e prisionais, em que o espaço era esquadrinhado e os corpos eram docilizados e controlados pela disciplina (FOUCAULT, 2008).

Deparamo-nos, assim, com a ideia constituída pela sociedade disciplinar no que se refere aos mecanismos de controle utilizados nas instituições de confinamento e disciplinarização dos sujeitos, o Panoptismo. Essa ideia foi forjada por Bentham e apropriada por Foucault, trazendo a forma da arquitetura para as instituições fechadas em forma de anel com um pátio no meio e uma torre no centro, o que possibilitava uma visão geral dos espaços para uma vigilância dos corpos, prevendo na sua própria essência os mecanismos de disciplina, lei, desvio e infração. O panóptico produz a visão global da instituição, produzindo uma sociedade vigiada para os seus membros. Tal disposição dos espaços e de disciplinarização dos corpos determinava uma sensação de vigilância, mesmo sem a presença do vigia na torre e sem o sujeito estar sendo de fato vigiado. Esse fato de saber da existência dos mecanismos de vigilância se estendia em uma rede para fora dessas instituições-modelos (FOUCAULT, 1975).

Para Foucault, o sistema carcerário é o modelo disciplinar mais típico, que encarna as tecnologias de coerção dos sujeitos, ainda que os mesmos mecanismos sejam utilizados tanto nas escolas quanto nos hospitais e em outras instituições como os modelos da família, exército, oficina, escola, judiciário, ainda na medicina e religião. “Porque é a forma disciplinar no estado mais intenso, o modelo em que concentram todas as tecnologias coercitivas do comportamento. Tem alguma coisa ‘do claustro, da prisão, do colégio, do regimento’” (FOUCAULT, 1975, p. 243).

Ainda que a própria disposição dos espaços oferecesse a ideia panóptica, nesse lugar, foi produzida a figura do soldado, a analogia do sistema com o personagem tangia a transição da imagem corajosa do soldado para a fabricação de um corpo de

acordo com as exigências da função. A disciplina fabricava corpos submissos e exercitados – os corpos dóceis como estratégia do biopoder. A criação desse modo de trabalho se constituía nas políticas de atendimento das instituições que recorriam à normatização e à individualização do assujeitamento ao padrão normativo, e concebiam a figura desse funcionário. Tanto os funcionários de menor escalão quanto os diretores, em suas devidas hierarquias, exerciam o poder de vigilância, com a permanente observação desses espaços e reais captações dos corpos. (FOUCAULT, 1975).

O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos (FOUCAULT, 1975, p. 125).

Os homens da direção: chefes ou subchefes de família, monitores ou contramestres, tinham que viver bem próximos dos colonos; usavam uma roupa "quase tão humilde" quanto a deles; praticamente nunca os deixavam, vigiando-os dia e noite; constituíam no meio deles uma rede de observação permanente. E para a formação destes chefes fora organizada na colônia uma escola especializada. O elemento essencial de seu programa era submeter os futuros administradores aos mesmos aprendizados e às mesmas coerções que os próprios detentos: eram "submetidos como alunos à disciplina que deveriam como professores impor mais tarde". Era-lhes ensinada a arte das relações de poder (FOUCAULT, 1975, p. 244 e 245).

Nesse sentido, depoimentos dessa pesquisa trouxeram o cotidiano do trabalho na Assistência Social com uma analogia de um sistema de vigilância e controle, não apenas delimitado pela distribuição dos espaços, mas muitas vezes por uma lógica de vigilância contínua, produzida pela disciplina e normas. As narrativas apontam que, por vezes, os psicólogos se veem como carcereiros ao serem produzidos e exercitados por essa política de fabricação de corpos individualmente e socialmente docilizados. Tal como o soldado ou os diretores, os trabalhadores do SUAS são produzidos com tal semelhança no modo de trabalho dessa política. As técnicas de vigia que normaliza e fiscaliza são apontadas no trabalho do psicólogo quando ele se depara mais como um agente controlador de benefícios e prestação de contas dos usuários do que como um agente potencializador de garantias e direitos sociais. Na figura do *Carcereiro*, o psicólogo faz a analogia com o seu trabalho.

A gente tem o problema do carcereiro, do policial, do professor. A gente acaba se confundindo com o outro. Quer dizer, esses caras, quando não são braços para trabalhar, são bons para punir. Aí a gente acaba ficando assim também. A gente acaba se tornando muito mais parecido com os caras do que gostaria (Psicólogo 4).

A gente foi discutindo alguns elementos assistencialistas que a gente propunha, né? Quando que a gente virava porteiro da pobreza? Quando que a gente virava companheiro de articulações revolucionárias, em que medida era isso, eram neutralizações, não eram... (Psicólogo 11).

A gente já sabe dizer assim: sabe com quem você está falando? A gente já sabe com alguma outra palavra indicar quem a gente já sabe que conhece do assunto. A gente já sabe acalmar um morador quando aquilo deveria estar ali e não está: “Mas, veja, tem esse tramite assim, tem esse tramite assado; tudo bem que você quer reivindicar isso, mas não pode ser de qualquer jeito.” E nessa falinha mansa às vezes a gente amansa. A gente já sabe mortificar mesmo (Psicólogo 11).

Outros mecanismos e estratégias mais sutis de regulamentação não só dos corpos, mas dos modos de vida de uma população também são forjados pelo biopoder. O aprisionamento, na sociedade de controle, passou a se dar mediante o acesso ao consumo dos bens materiais e de uma identidade individual ou do grupo social. As questões sociais, que antes se apresentavam principalmente nos casos dos pobres, loucos e criminosos, que eram confinados e isolados da sociedade em instituições fechadas, sofreram sobremodo um processo de transformação nessa nova política de vida. As questões sociais foram naturalizadas e regulamentadas por uma política destinada à população global.

Ao lado do *Carcereiro*, como analogia dos mecanismos de controle da sociedade agora figura o *Capitão do Mato*. Esse personagem existiu na história do Brasil, à época do tráfico e escravidão dos negros africanos para as terras brasileiras. Naquela sociedade escravocrata, o Capitão do Mato era um empregado de categoria de baixa valorização, comumente um escravo liberto, que trabalhava na captura dos escravizados fugitivos em troca de recompensas ou visando a maiores prestígios. Por ser um homem da camada inferior tinha que apresentar *bons antecedentes* para exercer a função, era, assim, um homem dotado de perícia e habilidades para manter a ordem na sociedade (BEZERRA, 2004).

São homens livres pobres que trabalhavam em favor dos interesses patrimoniais dos senhores. Na verdade, estamos falando de homens livres de cor [sic], geralmente escravos libertos, que se prontificavam a participar da repressão institucionalizada contra a fuga de escravos, sendo estratégicos para isso justamente porque conheciam a região e as táticas de fuga. [...]

O capitão do mato adquiria um meio de sobrevivência e prestígio vigiado e autorizado pelos senhores locais, em troca de sua perícia em controlar ou conter revoltas e fugas de escravo. Esta perícia definia-se por sua capacidade de conhecer os signos socioculturais do mundo dos quilombolas e outros escravos fugidos. Devido justamente a esta perícia, que implicava proximidade social e cultural com os cativos, havia o temor implícito de que os capitães do mato pudessem contribuir para a desordem. Entretanto [...] a origem comum e as condições de miserabilidade e marginalização não

criavam necessariamente um horizonte de expectativa grupal entre escravos e capitães do mato, mas sim uma necessidade de afastar-se das marcas desprestigiadas do cativo (BEZERRA, 2004).

O papel do empregado das fazendas que aprisionava os corpos dos negros, que segundo a sociedade da época, eram destituídos de almas, foi sendo substituído pela versão contemporânea do *Capitão do Mato* (BEZERRA, 2004). A pressuposição da propriedade das almas era devida aos interesses econômicos e políticos da sociedade. O Capitão do Mato agora exerce o poder de salvamento nas redes de atenção ao sujeito, que é submetido às formas subjetivas de captação e assujeitado aos modos de vida instituídos pelo capitalismo.

Os autores que discutem essa analogia ao trabalho dos profissionais da política da Assistência apontam que, igualmente por interesses econômicos e políticos da sociedade atual, ocorreu a distribuição de almas a todos, independentemente da etnia ou situação econômica ou social; também, foi substituída a missão de aprisionar os corpos pela missão atual de resgatar as almas daqueles que, apesar de serem detentores da alma, perderam-na ou corromperam-na pela condição econômica ou social.

Estaríamos direcionando nosso trabalho socioeducativo a uma espécie de Capitão do Mato da Sociedade de Controle? Na sociedade escravocrata brasileira a principal função desse profissional era capturar o escravo fugitivo. Ao Capitão do Mato cabia resgatar um “corpo não humano”, um corpo “sem alma” que não aceitava as leis da época, leis humanas, boas para todos que eram humanos. O que autorizava tamanha barbárie era justamente o conceito de alma: nessa época era possível escravizar aqueles que não possuíam alma. Atualmente, onde a alma foi democraticamente distribuída para todos, um adolescente/favela, descendente ou não dos anteriormente despossuídos de direitos-alma e que por ventura da sorte se encontra em conflito com a lei – ou seria a lei que se encontra em conflito com o adolescente? – repete esse não aceitar às leis. A diferença é que, com a ascensão dos direitos humanos, o corpo não pode mais ser tocado. É sobre a alma, portanto, que se deve agir. Uma alma que precisa ser resgatada. Se o Capitão do Mato resgatava, às leis senhores, um corpo sem alma, o risco que corre a socioeducação é de vir a ser um instrumento para resgatar almas às leis deste déspota que Guattari e Rolnik nominaram Capitalismo Mundial Integrado<sup>36</sup> (MARASCHIN; RANIERE, 2011, p. 102).

Há muito tempo os jovens são incentivados a formar grupos que tenham uma identidade jurídica, quer sejam os escoteiros de ontem ou a Casa da Juventude e cultura de hoje. As prefeituras se preocupam em construir estruturas para acolher os jovens, para “atendê-los”, com tudo que essa palavra supõe de vigilância (VICENTI, 1992, p. 170).

---

<sup>36</sup> Guattari chamou de Capitalismo Mundial Integrado o período histórico marcado pela expansão e consolidação da hegemonia do modo de produção capitalista em nível planetário (GUATTARI; ROLNIK, 1999).

Exemplos dessas práticas no cotidiano da Assistência acontecem com a “busca ativa” – estratégia de buscar usuários para serem atendidos na política por visitas domiciliares ou outros contatos; também com reuniões mensais que acontecem com o objetivo de controle dos condicionantes determinados para a transferência de renda e do uso do benefício; além do corte dos benefícios, se não forem atingidas as metas de tal controle; o papel punitivo dos técnicos; as metas de produtividade impostas pelos gestores da política; dentre outros analisadores apresentados não menos importantes, embora não seja possível citar todos.

Aí você tem essa história do biopoder que ficou bem apontado que é outro instrumento de poder, de saber-poder que se cria. Então, em vez de somente o poder disciplinar, disciplinador, em cima do indivíduo, nós vamos criar processos de regulação do corpo-população, então é uma condução que se faz e então se faz um controle. E é isso mesmo, um controle. Um controle para que não se tenha prejuízos demais com as doenças, para que as pessoas estejam aptas para o trabalho, controle de natalidade, e é mais um grupo que faz esse controle. Então, isso tem implicações no jogo de força, é um controle, porque se você for olhar nas decisões das prefeituras isso está na mesa (Psicólogo 11).

A política fala de promover autonomia, promover protagonismo, de possibilitar que se promovam algumas conquistas pessoais e para aquela comunidade ali, mas que por outro lado, pede-se controle burocrático, as notas fiscais, o que você está fazendo, controle para saber o que você faz e o que você pode fazer, e até onde você pode ir e que não pode ser muito além daquilo que é oferecido. Pensa-se numa autonomia, mas que também não se dá muitas oportunidades para se fazer isso (Psicólogo 11).

Além dessas funções às quais o psicólogo identifica algumas de suas próprias ações, os entrevistados consideram que o cotidiano captura não só a prática profissional como os envolve nos emaranhados das relações de assujeitamento. O servidor também é submetido a formas de gestão que influenciam diretamente o seu exercício e o cotidiano do trabalho. São submetidos a um controle que não mais se apresenta nas formas de regras e normas ou portões fechados das instituições, mas que é pulverizado nos modos de gestão do trabalho. A questão da vigilância se traduz nas relações, nas micropolíticas, na horizontalidade dos processos de trabalho em que se expande e interioriza em um modo mais eficaz de controle. É como um controle de um olho que tudo vê.

Existem aí duas coisas: o olhar e a interiorização; no fundo, não será o problema do custo do poder? O poder, na verdade, não se exerce sem que custe alguma coisa. Existe evidentemente o custo econômico e Bentham fala sobre ele: quantos vigias serão necessários? Consequentemente, quanto a máquina custará? Mas existe também o custo propriamente político. [...] Já o olhar vai exigir muito pouca despesa. Sem necessitar de armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um

exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório. [...] o olhar teve uma grande importância, mas, como eu disse, está longe de ser a única e mesmo a principal instrumentação colocada em prática (FOUCAULT, 1974, p. 120).

Os psicólogos também apresentaram posicionamentos ante as condições de trabalho nesse sentido. Exemplo apresentado por eles era quando o trabalho de orientação ao usuário era realizado e culminava quando a própria gestão política limitava as ações que promoveriam o protagonismo social desse usuário. Isso devido ao trabalho ser primordialmente de orientação à busca pelos direitos fundamentais e sociais, cobrando inclusive do Estado a garantia mínima dessas condições.

Eles perceberam que as coisas podiam sair do controle e, assim, o esforço grande da gestão era de manter tudo sob seu olhar, saber tudo que acontecia, ter notícia de tudo e fiscalizar tudo (Psicólogo 10).

Assim, o *leão de chácara* é outra analogia construída pelos entrevistados. Os Leões de Chácara são encarregados da segurança e confisco de drogas em portas de boates para prover a segurança nos locais, verificar as identidades dos frequentadores para conferir idades, ou ainda, nos termos brasileiros e angolanos, cuidam também da segurança em fazendas.

O próprio termo é a semelhança de um trabalho de segurança. Nos dados dessa pesquisa, os profissionais comparam o controle exercido pela política sobre eles com esse personagem.

Na minha opinião, é um trabalho que vigia o próprio governo. O trabalho da Assistência Social, do Serviço Social (os assistentes sociais são fundamentais nesse sentido) é um trabalho de garantir direitos, de garantir que os direitos fundamentais aconteçam. E para isso você vai apertar o Estado de novo, é a própria mão do Estado. Por isso a nossa Rainha de Copas era tão eficiente! Porque naquilo que apertava o próprio sistema de atendimento em Assistência Social, quando retornava para a estrutura o que nós [profissionais] queremos – reuniões quinzenais, o técnico precisa de tempo, os computadores não funcionam – aí entravam com o leão de chácara (Psicólogo 11).

A Secretaria de Assistência Social criou uma rede adoecedora. Tinha um pouco de vigiar o trabalho do outro (Psicólogo 11).

E aí não chegaram a pedir minha cabeça, mas pediram explicações para o meu coordenador, pediram que ele explicasse porque é que uma pessoa da instituição, uma instituição parceira da gestão, estava falando publicamente, estava se expressando publicamente dessa forma (Psicóloga 6).

O não (re)conhecimento dos direitos e princípios legais nos processos de trabalho dificulta ainda mais práticas transformadoras na política. O que incide em outra problemática, que se refere à participação política dos profissionais, que acabam por

somar aos processos de esvaziamento políticos já discutidos. Os conselhos da política ou os fóruns de discussão se tornam espaços que não se caracterizam verdadeiramente como democráticos ou livres, que acabam por serem esvaziados ou controlados pela gestão política.

São esses os acontecimentos na política da Assistência Social que assemelham as práticas que envolvem o psicólogo aos personagens *Carcereiro*, *Capitão do Mato* e *Leão de Chácara*. Estratégias de normatizações e controle que se constituem no cotidiano da política.

A análise das práticas pelos profissionais precisa ser constante para que essas práticas contraditórias aos discursos das legislações vigentes das políticas sociais e dos direitos humanos sejam percebidas e transformadas no cotidiano do trabalho; e que sejam transformadoras no que depende dos cargos de gestão, responsáveis pela gestão de vidas e produção dos modos de trabalho.

### 3.3 A RAINHA DE COPAS: ESTRATÉGIAS DE SILENCIAMENTO E ADOECIMENTO

A Rainha (de Copas) só tinha uma solução para todos os problemas, grandes ou pequenos:

– Cortem-lhe a cabeça! – gritou, sem nem menos olhar, para ver do que se tratava. – Cortem a cabeça daquele! Cortem a cabeça daquela! Cortem a cabeça deste aqui! Cortem a cabeça daquele ali!

CARROLL, 1980

A Rainha de Copas é uma personagem que aparece nos capítulos finais do livro *Alice no País das Maravilhas*. Essa personagem é descrita como alguém que tem um pavio curtíssimo, é autoritária e responde a qualquer sinal mínimo de desrespeito com a pena de decapitação, pela qual é famosa.

Tudo começa por um combate às coisas que se arrebatam ou nos arrebatam, de conteúdos que não cabem em suas caixas pré-fabricadas e substâncias que não alimentam o corpo, mas o deformam, além dos personagens que são tragados pelo fantástico e nos trazem (DELEUZE, 1997).

As histórias se passam em cenários onde é necessário crescer ou diminuir para entrar ou permanecer em tais espaços, conforme convém. As histórias apresentam personagens todos loucos, tendo de ser loucos, senão ali não estariam. Comprovados com a afirmação do Rei: “– Tudo, neste mundo, que tem uma cabeça, pode ser decapitado” (CARROLL, 1980, p. 87).

Em algumas narrativas dessa pesquisa, as histórias se dão como para o autor de Alice. A história das Políticas Públicas também é relatada por alguns psicólogos como uma analogia a essa história fantástica em que tudo se resolve com tal ordem da Rainha, em que, igualmente, todo servidor, tendo uma cabeça, pode ser decapitado. Apesar da conflitante condição de exercer um cargo de direção em gestões políticas, o foco privilegiado nesse trabalho se deu na perspectiva do trabalhador. Mesmo considerando que o cargo de gestor exige conciliar inúmeros interesses tanto os político-partidários quanto os de alcance coletivo, fizemos uso dos depoimentos relatados pelos servidores que expuseram uma submissão a condições trabalhistas na política de Assistência, sem a observação dos devidos processos de trabalho.

Tem essa gerente, a Rainha de Copas, vamos chamar de Rainhas de Copas: “– Corte as cabeças” e tal (Psicólogo 11).

E aí a Rainha de Copas entra nessa reunião... Entrou! Parecia uma invasão, invasão bárbara. [...] Para encurtar a história, foi mais ou menos vinte a vinte e cinco minutos de degladeio ali... O degladeio de dois lados nesse caso, né? Porque era uma espadada de lá, uma enxadada de cá, machadada de cá, um tapume de cá e aí ela vira e fala assim: – “Você acha que eu não sei dessas coisas que você está falando? Denuncia, cara! Denuncia! você pode ir ao Ministério Público, você pode ir não sei aonde...” E aí naquele momento você percebe que ela queria que eu fizesse uma denúncia, porque a denúncia sendo feita, ia cair na cabeça da secretária... E aí, como fazer, né? Não adianta jogar uma bomba porque vai ser fogo amigo também. Então, assim, é entender esses meandros da política (Psicólogo 11).

A Assistência Social é apresentada como espaço fértil para o desenrolar de uma história política de mandos e desmandos, sendo terreno propício para a continuidade de práticas de atendimento assistencialista à população pobre. Nesses casos, os interesses se tornam políticos e pessoais, levando, inclusive, aos abusos cometidos pela gestão do serviço contra os próprios trabalhadores.

Você tem dois trabalhos, o trabalho que você está recebendo para fazer, que chega como mandato social da sua profissão, que está no edital para você fazer, e outro trabalho que é de manter as condições dignas de trabalho ou de transformar as condições de trabalho para você continuar trabalhando (Psicólogo 11).

É esse o quadro exposto por 08 dentre os 11 entrevistados mediante o trabalho na política de Assistência (ver Tabela 5, abaixo). A problemática que se mostra comum nos depoimentos da maior parte dos psicólogos é traduzida em assédio moral.

**TABELA 5 – Relatos de experiências de assédio moral no trabalho**

<b>PSICÓLOGOS QUE RELATARAM</b>	<b>EXPERIÊNCIAS DE ASSÉDIO MORAL</b>
05	Perseguições
03	Mudança de emprego
02	Demissão sem justa causa
01	Solicitação de mudança de local de trabalho
02	Desvalorização
01	Ameaças de processos administrativos
01	Cerceamento de opiniões
01	Enfrentamento
03	Não relataram

No Brasil, o exercício arbitrário ou abuso de poder somente é considerado quando acontecido em diligências da justiça, não se configurando em infração o assédio moral. No entanto, Tribunais do Trabalho de várias regiões já criaram jurisprudências acerca do assédio moral, abusos e violação de direitos humanos. Vários projetos e leis estão em tramitação ou já tiveram aprovação em âmbito municipal ou estadual em toda a extensão do território nacional contra o comportamento de abuso de poder no serviço público.

O assédio moral no trabalho é espécie do gênero dano moral, sendo também instituto conhecido como hostilização ou assédio psicológico no trabalho. Configura-se quando o empregado é exposto, pelo empregador, a situações humilhantes e constrangedoras durante a jornada laboral, a provocarem no empregado sentimento de humilhação, menosprezo e desvalorização. A realidade de extensa jornada suplementar, embora reconhecida em outra demanda contra o mesmo empregador, não configura hipótese de dano moral ou existencial a ser indenizado (2073620115040241 RS0000207-36.2011.5.04.0241, Relator: LEONARDO MEURER BRASIL, Data de Julgamento: 10/05/2012, Vara do Trabalho de Alvorada, indefinido).

A Constituição Federal prevê os direitos de livre expressão e o exercício da liberdade em qualquer âmbito, compondo princípios fundamentais da dignidade humana (BRASIL, 1988, art. 5). A garantia dos direitos civis e políticos fica condicionada à observância dos direitos sociais, econômicos e culturais. Compõem

os direitos civis e políticos o direito à liberdade, o direito à igualdade perante a lei, o direito a um julgamento justo, o direito à liberdade de opinião, o direito à liberdade de reunião, o direito de associação, o direito de votar e de ser votado, o direito de pertencer a um partido político, dentre outros. Os direitos humanos, indivisíveis que são, não apresentam hierarquia entre os diferentes tipos de direitos, todos de igual necessidade para uma vida digna, assim, quando um deles é violado, os demais também o são, não sendo admissível suprimir ou violar alguns direitos com o fim de promover outros. Assim, para o trabalhador que julga ser cerceado em seus posicionamentos políticos e profissionais pela gestão de um serviço no livre exercício do trabalho, a problemática certamente cai no assédio moral, considerando-se a subjugação a um sistema de trabalho que fere os direitos básicos tal como a inviolabilidade da dignidade humana tanto no trabalho quanto psíquica.

Na visão dos profissionais, a problemática é explicitada por gestões políticas que conduzem os processos de trabalho no serviço público a um cotidiano emaranhado em situações decapitadoras. Dentre os depoimentos dos psicólogos, o que aparece repetidamente são tais ações despotencializadoras e que unanimemente são apontadas como assédio moral. São relatadas situações de perseguições gratuitas; constrangimento ilegal; desvalorização e desqualificação do profissional pessoalmente ou nas relações de trabalho; subaproveitamento do profissional técnico colocando-o, a exemplo, em tarefas administrativas; ameaças de demissão aos vínculos frágeis da contratação terceirizada; ameaças aos concursados que, mesmo respaldados em legislação com o direito à estabilidade no emprego e a demissão somente através de processo administrativo, são alvos frequentes de mudança compulsória de local de trabalho ou ameaças de processo administrativo, em especial quando estão em estágio probatório, já que nesse período podem ser exonerados por não apresentarem o perfil desejável para o serviço público (BRASIL, 1990). É nesse ínterim que alguns gestores acabam por bradarem uma solução: “– Cortem-lhe as cabeças”.

Nunca fiz nenhum confronto direto assim à gestão, nunca, em nenhum momento, mas só por fazer a crítica, né? Assim, já me olham com maus olhos (Psicóloga 6).

Eu já ouvi relatos de psicólogos aqui no estado que foram proibidos de conversar no seu local de trabalho porque a gestora achava que eles estavam conspirando, né? Psicólogos não podem se sentar na mesma sala para conversar porque estão conspirando (Psicóloga 10).

Eu fui ameaçado com processo administrativo. Aí me chamaram para conversar, nós vamos colocar um processo administrativo em cima de você, e isso eu concursado, no estágio probatório, né? (Psicólogo 5).

Muitos amigos foram demitidos. *Fulano*\* pediu exoneração porque foi perseguido. *Ciclana*\* foi demitida, ano passado. *Beltrana*\* foi demitida, faz três semanas. Outra foi colocada à disposição, são todas pessoas que compõem o fórum de psicólogos da assistência, né, é uma caça às bruxas, a gente está debatendo assistência, fazendo questionamentos, e coisas muito simples, muito básicas, tipo, qual é a função do CRAS (Psicólogo 5).

Por sinal a *Beltrana*\* foi despedida pela vontade da Rainha, né? São essas situações aí (Psicólogo 11).

\*[Os nomes das pessoas citadas foram suprimidos devido ao sigilo e para não reconhecimento dos psicólogos]

Essa profissional demitida no ano passado relata a história como assédio moral. Refere-se aos mandos e desmandos caracterizados como assédio, que culminou em sua demissão. Demissão que aconteceu no final do expediente de um dia de trabalho, avisado pela chefia da ONG pela qual foi contratada, informando que a demissão acontecia sem justa causa, eximindo-se de qualquer outra informação. Incidindo contra o direito do trabalhador como princípio constitucional do contraditório e ampla defesa (BRASIL, 1988, art. 5, inc. LV).

Só sei que no final ninguém conversou comigo, entendeu, todo mundo assim, era a minha coordenadora que falava com a gerente do que eu fazia, e culminou na minha demissão, que foi feita por telefone, no final do expediente, aí você imagina, né?[...] foi feito pela gerente, ela falou:

– Você... O que eu tenho para falar com você, é que você está demitida.

Aí falei:

– Mas qual o motivo?

– Não tem motivo, é demissão sem justa causa.

E aí ela estava amparada na lei porque eu era CLT, eu era de carteira assinada, ela podia me mandar embora. Então é esse tipo de brecha no serviço público que não deve existir, se ela não gostasse de mim, se ela achava que eu estava fazendo alguma coisa de errado, ela tinha que abrir um processo administrativo, se eu fosse efetiva e eu teria direito a ampla defesa, ninguém conversou comigo para ouvir minha versão, ninguém, entende? (Psicóloga 7).

Já a psicóloga que, à época da entrevista havia sido recém-demitida, reafirma o assédio moral em suas diversas formas de ameaças. A sua demissão se deu com a ligação do pastor da instituição que a contratara, o motivo era suposta incitação do povo contra a prefeitura.

Eu fui demitida. E quando fui demitida, foi me dito assim, o pastor lá, chefe da ADRA me chamou e falou:

– Eu não tenho porque te demitir, não tem nada que me dê motivo para te demitir, mas a gerente pediu para te demitir, *Ciclana* [a gerente] pediu para te demitir.

Aí eu falei: – Tá, mas qual foi o motivo?

– Ah, ela falou que você está incitando o povo contra a prefeitura.

Aí eu falei: – Engraçado, vou perguntar para os meus colegas se teve alguma coisa assim...

[...] Não era isso né, ela usou essa justificativa para o pastor para dizer que era o motivo, que mesmo que tivesse ainda assim não seria... Mas é... Todo esse processo de participação de fórum, tal, gerou minha demissão, mas ... (Psicóloga 9).

A demissão por motivos de assédio moral causa grande impacto na vida pessoal do profissional, como depressão, insegurança, desvalorização e sentimento de inferioridade. Tais depoimentos relataram inclusive a questão da desvalorização do trabalhador até o impacto em sua autoestima. Essas situações trazem uma visão negativa do servidor, tanto de um ponto de vista pessoal quanto perante a instituição. Um ponto fundamental nessa discussão é relacionar onexo causal do assédio moral com o adoecimento dos profissionais.

Eu tento analisar não por um âmbito pessoal, eu tento fazer o exercício, que é um exercício difícil, de despessoalizar e analisar como política, do que tem sido produzido da política pública. Então a minha história é de pessoalização da política. A pessoa, o gestor, vamos supor que ele acha que é o dono dos CRAS, acha que ele pode mandar e desmandar. Se ele não foi com a sua cara ele pode te mandar embora, então eu fui demitida. [...] Então assim, hoje eu estou assim um pouco mais superada com essa história. Mas doeu. Porque eu sabia que não tinha culpa de estar sendo mandada embora, tanto é que se eu tivesse, teria sido mandada por justa causa. Só que tem um peso de ter sido demitida. Eu, por exemplo, estou aqui te contando o que aconteceu, mas se outra pessoa de fora ouve que você foi demitida, o que se pensa? É por que houve um motivo, ninguém é demitido à toa e aí a sua imagem como profissional é degradada e aí os anos de estudo, de empenho não contam. Conta que você foi demitida, então assim, isso é um marco... Eu diria assim, minha vida antes e depois da demissão (Psicóloga 7).

Tais aspectos direcionam para a discussão no âmbito da saúde do trabalhador. Os índices de adoecimento são altos no serviço público, em especial no que tange à segurança, educação, saúde e área social. A mecanização do trabalho em áreas que são prioritariamente discursivas e interventivas causa a sensação de impotência e desvalorização, claramente reconhecida como nexos causais do adoecimento desses profissionais.

A gama de sintomas que apareceram nos relatos dos profissionais foi de um adoecimento sutil, com a somatização das causas de estresse no trabalho, traduzidas em crises de mal estar e ansiedade, alergias, choros, sofrimentos psíquicos, sintomas, quadros de ansiedade. Sintomas que podem chegar até o licenciamento e efetivo afastamento do local de trabalho por incapacidade física ou

emocional de lidar com as condições de trabalho. Os psicólogos apontaram que as relações de poder, o controle sobre o trabalhador, o abuso cometido pelos gestores é o que gera o adoecimento.

Porque está na pele, entendeu? Eu vivi intensamente esse trabalho mesmo, sofri bastante, sofri muito, nossa, muito difícil, quando você é demitido você sonha, eu sonho com a minha chefe, eu sonho que eu falo para ela: “– Por que você fez isso? Por que você fica contra a gente? A gente quer fazer um trabalho bom e tal”. [...] É, assim não tem diálogo, a gente não consegue ter acesso ao gestor, para conversar (Psicóloga 9).

Eu sofria muito assim, fisicamente, tinha dias que eu dava crise de choro dentro do CRAS, dez minutos para começar o grupo e eu tendo crise de choro dentro da sala, eu tinha que ficar lá toda empolada, do nada, porque não era qualquer coisa que eu podia falar, que eu podia fazer, então me sentia muito tolida, muito tolida, eu estava ali para executar um negócio que outra pessoa pensou, que nem eu concordava às vezes e estava ali para executar, então eu me senti um apertador de parafuso (Psicóloga 7).

Isso acaba gerando um padecimento mesmo, assim, eu acredito que isso seja mais motivo para os profissionais irem saindo dos serviços, para alta rotatividade que tem do que o próprio atendimento ao público [...] mas o que desgasta mais mesmo no trabalho são essas relações institucionais, esses problemas com gestão do grupo de serviço, isso desgasta demais, adoce mesmo (Psicóloga 6).

Eu mesma estou ficando com fobia de reunião. Toda vez que eu vou para uma reunião eu fico, me dá umas tonteiras, eu fico me sentindo mal, de ansiedade, me gerou uma angústia muito grande de participar desse tipo de situação (Psicóloga 6).

Era sufocante mesmo. Aos poucos, eu fui começando a sentir sufocado mesmo, assim, aquela coisa estranha. Cheguei a acordar de noite, assim, me sentindo sufocado e era, assim, eu acho, por conta do trabalho porque era sufocante aquela rotina e aí não tinha como é eu produzir sei lá (Psicólogo 10).

Para os psicólogos entrevistados, as situações relatadas provocaram a demissão voluntária para tratamento da sua saúde mental ou a descartabilidade do trabalhador pelo empregador. Tais práticas caracterizam o trabalhador como recurso descartável e desvalorizado no mercado de trabalho na lógica vigente.

Eu já vou para essas reuniões pensando: “– Poxa, vou ter que ir, vou ter que me segurar para não falar as coisas que eu estou vendo acontecer”. Aí muitas vezes acabo me segurando não, acabo falando mesmo. Mas, eu fico pensando por quanto tempo eu, a minha saúde vai aguentar isso? Eu vou ficar enquanto a minha saúde aguentar, vai chegar uma hora que eu vou pedir para sair, eu estou pronta, vou arrumar um trabalho mais tranquilinho, aí vai vir outro com mais disposição (Psicóloga 6).

Esse contexto apresentou muitos profissionais que não puderam contar os desdobramentos de outros posicionamentos, pois ou foram demitidos ou saíram do sistema prezando a sua saúde mental ou ainda galgando colocações de trabalho mais potencializadoras. Segundo os relatos, é a impossibilidade de mudanças na estrutura política um dos motivos que leva os profissionais a saírem do trabalho, na

perspectiva da qualidade de vida. Afirmam desejar compor outras equipes, conscientes de outros conflitos, mas na expectativa que seja da ordem normativa de trabalho.

Aí, por conta desses conflitos, eu acabei saindo. Conflitos existem em todos lugares, mas eu creio que o programa que eu estou inserido hoje há muito mais possibilidades, e os conflitos não são tão graves assim, são mas conflitos do próprio fazer mesmo o trabalho (Psicólogo 8).

Aí, nisso, e eu sei, assim, aí fiz concurso passei e tal, saí de lá. Mas eu não sei se eu tivesse lá, como teria sido, sabe? Eu fico me questionando sobre isso, quais são as estratégias que teriam sido possíveis para... Porque tinha também assim a resistência. Eu e os outros profissionais que trabalhávamos lá, a gente resistia, mas a gente também precisava manter o nosso emprego e a gente precisava continuar e ir tocando e isso era ruim porque sufocava (Psicólogo 10).

[o novo emprego na política de educação] é a mesma coisa, tá? É o mesmo debate, com a diferença que não tem ninguém gritando com você... (Psicólogo 11).

Mediante tais situações, os profissionais apontaram que é urgente discutir qualidade de vida no trabalho, saúde do trabalhador e utilizar-se desses princípios para que o trabalho não provoque o adoecimento dos trabalhadores da área social. Devendo-se observar os benefícios para o trabalhador, como remuneração compatível com uma boa qualidade de vida, carga horária reduzida, valorização do saber especialista, capacitação na área de atuação, diálogos transversais entre os setores e horizontais com as chefias, não atravessamento na idealização e execução do trabalho por questões políticas.

No que compete ao servidor, os deveres do serviço à sociedade devem ser paralelos ao estabelecimento de uma efetiva política de valorização do servidor, abarcando as condições de trabalho.

É nesse ínterim que os relatos apresentados – que estão na pele, subcutâneas, subterrâneas – emergem na superfície das políticas públicas, em movimentos de deslizamento ou personagens que se tornam figuras de cartas sem espessura (CARROLL, 1980; DELEUZE, 1997). As histórias fazem sentido quando “os corpos se misturam, tudo se mistura [...] mesmo as palavras se comem. É o domínio da ação e da paixão dos corpos: coisas e palavras se dispersam em todos os sentidos ou, ao contrário, soldam-se em blocos indecomponíveis” (DELEUZE, 1997, p. 31).

O idealizador do país das maravilhas faz com que Alice alcance as superfícies. Ela emerge, remonta e cria. As políticas públicas com as artimanhas e processos de gestão da vida fazem com que os psicólogos – emaranhados no cotidiano do

trabalho do serviço público – alcancem as superfícies. Superfícies em que está a desconstrução das formas instituídas e cristalizadas e a construção de outros modos de vida mais potentes.

Os acontecimentos puros e sem mistura brilham acima dos corpos misturados, acima de suas ações e paixões emaranhadas. Como um vapor da terra, desprendem na superfície um incorpóreo, um puro ‘expresso’ das profundezas: não a espada, mas o brilho da espada, o brilho sem espada como um sorriso sem gato (DELEUZE, 1997, p. 32).

O Grifo (outro personagem da história de Alice), no final, diz que tudo é apenas fantasia e que ninguém é realmente decapitado.

Depois ficou olhando para a rainha até que ela desaparecesse e então começou a rir baixinho.

– É cômico! – disse, metade para si mesmo, metade para Alice.

– O que é cômico?

– Ora, o quê? Ela, a Rainha! Tudo isso não existe senão na imaginação dela. Nunca se executa ninguém, você sabe disso. Vamos, venha!” (CARROLL, 1980, p. 92).

“– Cortem-lhe a cabeça! – berrou a Rainha, a pleno pulmões. Ninguém se mexeu.

– Quem se importa com as suas ordens? – disse Alice, que tinha voltado ao seu tamanho natural. – Você e todos eles, não passam, afinal de contas, de um simples baralho de cartas! (CARROLL, 1980, p. 118).

Coube a Carroll, em seu clássico Alice no país das maravilhas, declarar que ninguém é decapitado. Todos se inventam, se reinventam, loucos e enlouquecidos, em mundos fantásticos. Mundos embrenhados profundamente nas políticas, nos jogos de poder, no cotidiano público. Mundos que emergiram na superfície compondo outros modos de ser e estar no mundo, como cartas de baralho em um jogo, não descartados ou descartáveis, mas elementos fundamentais na discussão dos jogos de poder nas políticas contemporâneas que segue abaixo como potência, resistência e essencialmente como a construção de alianças no cotidiano das redes de solidariedades.

A maior riqueza do homem é a sua incompletude.

Nesse ponto sou abastado.

Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito.

Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa  
válvulas, que olha o relógio, que compra pão às 6h da tarde,  
que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva etc etc.

Perdoai!

Mas eu preciso ser Outros.

Eu penso renovar o homem usando borboletas.

MANOEL DE BARROS

## 4. E A VIDA EXTRAPOLA AO CONTROLE...

### 4.1 AS RESISTÊNCIAS E AS ALIANÇAS CONSTITUÍDAS NAS REDES DE SOLIDARIEDADE

Paralelamente a essas discussões, outras forças são pulverizadas nas redes onde se exercem o poder. Para Foucault (1976a, p. 91), “onde há poder há resistências”, sendo as resistências necessariamente o outro termo das relações de poder, inseparáveis e indivisíveis. Como o outro termo das relações, as resistências são construídas nos entremeios em que o controle circula e pelas suas linhas duras da política. Outros autores também discutem essas facetas dessas relações de poder, controle e potência (PELBART, 2009; AGAMBEM, 2002; NEGRI e HARDT, 2000, LAZARATTO, 2002).

Pode-se dizer, simplificando muito, que a globalização tem duas faces. Numa delas, o Império dissemina em caráter global sua rede de hierarquias e divisões que mantêm a ordem através de novos mecanismos de controle e permanente conflito. A globalização, contudo, também é a criação de novos circuitos de cooperação e colaboração que se alargam pelas nações e os continentes, facultando uma quantidade infinita de encontros (HARDT; NEGRI, 2005, p. 12).

As resistências são as relações estabelecidas no coletivo e transformam os sujeitos e criam as linhas de fuga. Quanto mais controle, mais se criam linhas de fugas, sendo estas constituídas pelas lutas que se fazem em nome da vida, galgando os novos caminhos e novos modos de existência. As resistências não se configuram em uma tomada de poder ou metas a serem alcançadas, mas fazem parte de todo o processo histórico desdobrados em modos contraditórios, aleatórios e imprevisíveis nas redes em que se movimentam o poder, o controle e o posicionamento de luta pela vida potente. É a partir desse posicionamento político que se faz possível uma revolução e transformações nas dadas relações de poder que vivenciamos.

Se a vida foi tomada pelo poder como objeto político, ela também foi revirada contra o sistema que tomou seu controle (PELBART, 2009, p. 59).

Ele [o capital] agora não só penetra nas esferas infinitesimais da existência, mas também as mobiliza, ele as põe para trabalhar, ele as explora e amplia, produzindo uma plasticidade subjetiva sem precedentes, que ao mesmo tempo lhe escapa por todos os lados (PELBART, 2009, p. 20).

É exatamente a tomada dessa potência da vida que a biopolítica é forjada em uma inversão do termo foucaultiano por autores contemporâneos – a biopotência. É

quando se faz possível a inversão do poder sobre a vida para a potência da vida. É desse modo que “a produção biopolítica, em contraste, é imanente à sociedade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho” (HARDT & NEGRI, 2005, p. 135). É a vida como coletivo, cooperação social, afetação, desejo, inteligência, que se refere a ocupar, preencher e inventar os espaços-tempos desse cotidiano (LAZZARATO, 2002).

É na cooperação coletiva que se constitui a multidão<sup>37</sup>, quando se pode manifestar uma potência que produz estilos de existência e modos de vida que expressem legitimamente um mundo de igualdade e liberdade em uma sociedade global democrática aberta e inclusiva. A multidão é a multiplicidade de todas as diferenças singulares, é a alternativa viva que vem se constituindo dentro da lógica de controle capitalístico da ordem econômica e social mundialmente colocada na contemporaneidade (HARDT & NEGRI, 2005).

Não a multiplicidade inapreensível, mas a multidão, a versatilidade total do ser, sua multidirecionalidade de sempre singular. Não só Mille plateaux, mas mil direções, redes variantes. O sujeito é construído sobre essas direções.

[...]

Somente na multidão, enquanto capaz de expressão de trabalho vivo, que está a verdade da constituição. A democracia, uma democracia real, no direito e na apropriação, com igualdade na repartição da riqueza e na participação na produção, torna-se o deus vivo – neles se identificam o sujeito e a estrutura, a potência e a multidão (NEGRI, 2002, p. 422-425).

Essa volta pela biopolítica do entendimento dos mecanismos de uma política de controle da vida para uma aposta na vida como potência é que afirmam os filósofos contemporâneos, os psicólogos anônimos do cotidiano, os personagens das políticas públicas contemporâneas. Uma aposta afirmada pelos profissionais, em suas narrativas, ao resistirem às forças das relações de poder em busca de uma potente construção de prática cotidiana. Práticas que partem da problematização dos processos de subjetivação e da constituição de outros modos de existência e estilos de vida. Modos e estilos que não sejam os marcados pelo capitalismo, mas que se definam mais por suas linhas de fugas e encontros que traçam o limite do pensamento e do movimento.

---

<sup>37</sup> A multidão é distinta de população, povo ou massa, naquilo que entendemos como a amplitude das dimensões e das diferenças da população, ou como a unicidade do povo soberano que pretende tomar o poder do Estado ou ainda como a indiferenciação das massas que sucumbe às diferenças (HARDT; NEGRI, 2005).

São esses movimentos de análise da prática do psicólogo que seguem rumo à construção de políticas públicas efetivas, à resolução das reais demandas da sociedade e à construção de uma coletividade constituída de relações mais éticas e solidárias. É quando se torna possível uma transformação nas relações de poder que vivenciamos as políticas cotidianas de gestão da vida para uma política nesses termos que entendemos. As resistências a uma interiorização do biopoder e a constituição do plano coletivo que são 'o fora', onde de fato se constroem políticas públicas (BARROS e PASSOS, 2005).

Em oposição às subjetividades ajustadas, homogeneizadas e assujeitadas, sabemos que o desejo também pode ser revolucionário. Portanto, acreditamos numa indissociabilidade entre clínica e política e reconhecemos outras interfaces como com a filosofia; com as ciências minoritárias, com a arte, com a ética/estética e, portanto, buscamos destacar na intervenção clínica os componentes ético-políticos que atuam na produção subjetiva, entendendo que a economia política e a economia subjetiva são uma mesma coisa. Isso equivale a dizer que definir a clínica em sua relação com os processos de produção de subjetividade implica-nos com a análise crítica das formas instituídas – tornadas hegemônicas –, comprometendo-nos politicamente de maneira inexorável (MOURÃO *et al*, 2002, p. 54).

O coletivo construído na luta cotidiana foi apresentado nos depoimentos que compuseram esta pesquisa, no sentido da luta pela garantia de uma política mais potencializadora do que subjugadora. As estratégias do poder de controle das gestões nesses entremeios da política abrem caminhos para as estratégias de resistências dos trabalhadores em um plano coletivo.

Foi uma estratégia, então é como eu falei assim, o controle ele tenta acontecer, mas... escapa, tem uma hora que esses profissionais se organizam, tem uma hora que eles trocam... (Psicólogo 10).

O que a gente pode construir para não deixar que a Rainha de Copas saia fazendo o estrago que ela está fazendo? Como a gente pode fazer isso sem expor quem não pode ser exposto? Quer dizer, a política pública que está pagando meu salário para discutir isso no nosso tempo, mas foi a política pública que colocou essa gerente lá também. A secretaria não tinha conhecimento desse estrago que essa gerente vinha fazendo? Esses desmandos, desrespeitar as pessoas, humilhar as pessoas em público... A secretaria não mudava essa gerente de lugar, por quê? (Psicólogo 11).

Controle não é só, mas é mais o quê? E você coloca ali, controle, evidenciando controle. Até que ponto a gente, ao eleger alguns pontos contra os quais a gente batalha, a gente não fortalece esse próprio ponto, entende? Dizer que política social é o controle, tudo bem, é. [...] Mas a política social não é controle apenas. Talvez nem seja principalmente (Psicólogo 11).

São as linhas de fuga, e aí nessas linhas de fuga você aproveita para se fortalecer para trocar, para ver qual é a estratégia que o outro está adotando e nisso você se fortalece, você se revigora para o seu trabalho. É uma estratégia, onde há poder há resistência, é uma resistência (Psicólogo 10).

Nessa perspectiva, a Assistência Social apresenta um trabalho com a comunidade, com as lideranças do bairro, com a associação de moradores, visando a impulsionar e desenvolver movimentos sociais e gestão participativa. Propõe-se a mobilizar e aumentar a criticidade da comunidade questionando os direitos sociais e os serviços públicos ofertados. Apresenta-se como política que acontece nos entremeios, por alianças constituídas por usuários, profissionais, atores da sociedade, personagens das políticas públicas, que buscam uma postura ética e o fortalecimento do coletivo.

Mais que um trabalho articulado em rede de serviços, a rede tecida no trabalho social são composições nas relações humanas e produções de subjetividade que envolve os personagens que se movimentam, se conectam e se desdobram em alianças de trabalho e de vida. A rede com a qual nos embolamos é muito mais tecida por dobras<sup>38</sup> do que por instituições. Na perspectiva de Deleuze (1992, p. 193), as dobras aparecem como

as dobras da terra, as dobras dos organismos, as dobras na alma. Tudo se dobra, se desdobra, se redobra [...] percebe-se nas dobras e o mundo está dobrado em cada alma que dele se desdobra tal ou qual a região segundo a ordem do espaço e do tempo”

As relações de poder se entremeiam, se estendem, se expandem, acontecem com outros profissionais, em outros equipamentos, com uma rede de relações que permitem isso. As conexões que são feitas pelo cuidado, pela preocupação, pela comunicação são fonte para a criação e manutenção desse trabalho.

Imaginemos uma rede cujos fios – constituídos por materiais de expressão diversos, como: palavras, gestos, moedas, musicalidades, conhecimentos etc. – se entrelaçam. Uma rede que não fosse lisa e sim estriada e cujos fios se misturam em uma trama embaralhada. A rede e os fios que a constituem são históricos. Pensemos que essa rede faça dobras, aproximando pontos distanciados e distanciando pontos próximos. Mas as dobras que se formam também se desfazem e outras então se formam em um movimento incessante. Como um lenço que rola na areia e vai formando desenhos variados ao sabor do vento. As dobras constituem então formas provisórias. Uma espécie de um dentro que não é fechado e que continua sendo parte de um fora-rede (MACHADO, 1999, 212-213).

O que se torna importante na execução do trabalho é potencializar a vida, as vinculações possíveis de vida, e fazer discussões para além do que circunda a questão administrativa ou financeira. Acalmar, amansar, controlar, mortificar são atributos que de sobremodo já são cristalizados nas práticas políticas. Defender os direitos também não passa de competências normativas do profissional.

---

<sup>38</sup> A ideia de dobra é forjada por Deleuze, principalmente nos livros: *A dobra: Leibniz e o Barroco*, 1988 e *Foucault*, 1988.

As alianças tocam a partir dos movimentos de contágio naquilo que toca a vida. As alianças construídas são o que pode comprovar as redes de solidariedade que foram tecidas. É na perspectiva das alianças construídas no cotidiano do trabalho que se estabelecem parcerias e estratégias de compor com as comunidades e afirmar outros modos de existência, quebrando paradigmas compostos pelo centro ideal burguês que desvaloriza a periferia e a pobreza. Essa composição só se faz a partir de desconstruções de práticas mortificadas e instituídas na máquina estatal.

Saquei que eu precisava de parceria. Falei: “– Não dá para ficar trabalhando sozinha que não vai funcionar. Então vamos lá? (Psicóloga 9).

O que eu acho que eu mais aprendi nesse trabalho, quais alianças que a gente pode fazer. E que elas são fundamentais. Quando a gente faz aliança, e elas ampliam, elas ficam muito maiores que a gente mesmo, muito maior que um grupo (Psicólogo 11).

Eu sei que o processo se ramificou. A gente está aqui para isso, a gente não está aqui para ir lá falar por ele, né? Ele está lá debatendo, né? E as manifestações que aparecem dos usuários... Então ver política como um processo de construção entre essas relações, com um ranço do poder instituído, do que já está pronto, do com quem você está falando, saber que é processo de construção ajuda a gente a continuar trabalhando (Psicólogo 8).

A postura a ser adotada pelo profissional é fundamental para determinar a atuação e circunscrever os resultados da sua prática. Uma postura ética, crítica e política aliada a um atendimento humanizado e contextualizado. A ética, assim, é um exercício que se faz cotidianamente, as práticas éticas devem ser percebidas, analisadas até que sejam propostas novas formas de atuação e intervenção mais éticas, potencializadoras de vida e que contribuam para a transformação da sociedade.

Os psicólogos, em seus depoimentos, apontam as marcas que imprimem na política. O cotidiano da comunidade e as rotinas dos bairros são pensados como temas que exaltem as potencialidades locais, como a economia familiar, a economia sustentável, a alimentação e a produção orgânica.

Uma parceria entre Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Desenvolvimento Agrário, 100 cestas básicas, 100 cestas de alimentos com produtos orgânicos com agricultura familiar, então estimulando a produção da agricultura familiar, estimulando os pequenos agricultores da região serrana, e oferecendo um suporte para as famílias mais vulneráveis aqui, oferecendo cesta com alimentos orgânicos, produzidos sem agrotóxicos. Então você faz todo um debate que envolve, que vai para além da assistência, não é simplesmente alimentação, é um alimento saudável, sem agrotóxico, feito fora do modelo do agronegócio, das grandes empresas, dos grandes varejistas, e tudo a partir de rede de economia solidária (Psicólogo 5).

Porque o que a gente vai discutir com as pessoas que o cabelo liso não é o único belo, que o carro do ano, ter esses bens, não são a única maneira de qualidade de vida, que não necessariamente você tem que pensar a vida como um sucesso pessoal e que a comida não tem que vir do supermercado necessariamente. Então nós vamos pensar aí não apenas, não apenas estratégias de garantir o acesso aos direitos, mas que é fundamental, né? É importante registrar isso: é fundamental. Mas vamos discutir também o que a gente pensa e como a gente lida com o nosso corpo, como a gente lida com a mulher, com o homem, como que a gente pensa, como que a gente pensa os bêbados do bairro, aí a gente está mexendo no que a gente pode chamar de produção de desejo (Psicólogo 11).

É esse o trabalho com a comunidade em que diversos personagens se dispõem a contar suas narrativas e apostar nas estratégias de composição de outros modos de vida. O trabalho nada mais é que

histórias-movimentos que sinalizam a significação de ações pautadas na crença da vida e na tentativa da construção de outros movimentos históricos. Ações que expressam persistência, insistência, aprendizados, coletivização, sonhos e esperança. Uma esperança que se vincula ao ato de tecer dia após dia uma outra vida com dignidade e, fundamentalmente, de criar outras formas de participação e cidadania. Cidadania entendida não como um simples padrão radicado no consumo e na necessidade de ter, mas no amplo leque de necessidades individuais, sociais e políticas que precisam ser contempladas e ser efetivamente transformadas em direito para todos (ARAGÃO & NOVO, 2006, p. 196).

Histórias e personagens que constituem a política de Assistência Social, em que se entrecruzam psicologia, política e ética, compondo estratégias de gestão, controle e potencialização da vida.

## 4.2 CLÍNICA E POLÍTICA

Nos dados dessa pesquisa, vimos que novas áreas de atuação, novos campos, novas doenças, novas necessidades, novos posicionamentos são vislumbrados na contemporaneidade. Desdobraram-se especificamente as novas perspectivas do trabalho do psicólogo na inserção na política da Assistência Social. Essa perspectiva do trabalho do psicólogo vem como o papel constituído nos entremeios da política, uma atuação social e política. Dentre as práticas no campo social, o que se sobrepôs em alguns depoimentos foi a afirmativa diferenciação em práticas clínicas e não clínicas no âmbito da política social, que dicotomizam a atuação psi e problematizam a clínica como prática do psicólogo.

A atuação clínica-diagnóstica/terapêutica da psicologia foi construída em momentos da história como já discutido, mas aparece, inclusive na fala dos psicólogos, figurando um imaginário social de um rótulo de atuação sempre clínica.

Em qualquer âmbito da assistência o psicólogo é muito cobrado a fazer atendimento, seja individual, seja em grupo, e aí se esperam resultados desse atendimento, que são resultados assim: de enfiar as coisas na cabeça das pessoas, né? Fazer com que o menino entenda que ele tem que ir para escola, fazer com que a mãe entenda que ela tem que trabalhar. É muito ainda nesse ideal de psicólogo (Psicólogo 6).

No oposto a essa expectativa também há os que intervêm, excluindo a prática clínica do psicólogo. Nessa outra interface da noção cristalizada de clínica, a atuação do psicólogo na política social excetua a clínica como prática política.

Quando você é psicólogo e você se apresenta para um gestor da Assistência e ele vai falar sobre o seu trabalho, a primeira coisa que ele vai falar é que você não pode fazer clínica, [...] já vinha com esse preconceito de que psicólogo só sabe fazer clínica e com uma visão muito reduzida de clínica (Psicólogo 10).

As problematizações e inúmeros questionamentos são realizados, os psicólogos se questionam até se exercem mesmo a psicologia dentro da política, já que as práticas no cotidiano vão de encontro ao imaginário aprendido da psicologia clínica tão naturalizada.

É difícil também para as pessoas entenderem o que a psicologia faz, ainda mais na Assistência, é tudo muito novo e só tem a visão mesmo clínica, aquela clínica clássica e não a clínica ampliada, né? (Psicóloga 9).

Se o psicólogo não pode fazer clínica, o que pode fazer? Eles não sabem, a gente às vezes também não sabe [...] Parece que o psicólogo não pode estar sozinho numa sala, porque senão ele vai estar fazendo clínica e isso é outra grande mentira. [...] Mas é muito forte isso assim de que o psicólogo sozinho numa sala está clinicando. E isso compromete muito a qualidade do trabalho do psicólogo, porque ele meio que submete o trabalho do psicólogo a uma companhia de um assistente social, e não é uma mera companhia que contribui, é uma companhia que fiscaliza (Psicólogo 10).

Mesmo no campo de trabalho em que há movimentação da categoria e mobilização no movimento pela desinstitucionalização da loucura, inclusive com a Reforma Psiquiátrica, que é marco de uma atuação na Psicologia, a área da Saúde Mental ainda convive com discursos que dicotomizam os campos da clínica e da política. Essa postura reforça práticas cristalizadas no atendimento aos sujeitos, reproduzindo a instituição de estratégias biopolíticas de controle da vida (NEVES & JOSEPHSON, 2001).

As considerações realizadas pelos psicólogos acerca da prática clínica e a partir das análises feitas nessa pesquisa que nos encaminhamos para discutir o trabalho do

psicólogo em uma perspectiva: a atuação do psicólogo no serviço público é política. O trabalho do psicólogo é a clínica. Clínica é política. Afirmamos a noção crítica da clínica em seu viés político. Afirmamos então a clínica nessa noção de política que viemos discutindo, o trabalho do psicólogo na clínica, na clínica política.

Derivada do grego *klinikos* (“que concerne ao leito”; de *klíne*, “leito, repouso”; de *klíno* “inclinar, dobrar”). Mais do que essa atitude de acolhimento de quem demanda tratamento, entendemos o ato clínico como a produção de um desvio (*clinamen*), na acepção que dá a essa palavra a filosofia atomista de Epicuro (1965). Esse conceito da filosofia grega designa o desvio que permite aos átomos, ao caírem no vazio em virtude de seu peso e de sua velocidade, se chocarem articulando-se na composição das coisas. Essa cosmogonia epicurista atribui a esses pequenos movimentos de desvio a potência de geração do mundo. É na afirmação desse desvio, do *clinamen*, portanto, que a clínica se faz (BARROS *et al*, 2001, p. 93).

Em outras palavras:

Tomamos a clínica em uma das suas direções filológicas, a que provém de *Klinos* e *Klinamen*, que quer dizer inclinação, deriva ou desvio de um ponto estabelecido (NEVES & JOSEPHSON, 2001, p. 105).

Nessa perspectiva, a clínica que entendemos como trabalho do psicólogo não é reduzida a um consultório e nem aos atendimentos individuais ou mesmo às práticas coletivas padronizadas e individualizantes que veem o sujeito em uma dimensão pessoal. Independentemente se o atendimento realizado é estruturado sob modelo individual ou em grupos de trabalho, o atendimento que perpassa a escuta clínica e que possui enfoque social nada tem a ver com o senso comum da psicologia que delimita o *setting* psicológico e os testes diagnósticos. A clínica ampliada parte do entendimento de uma prática clínica do psicólogo necessariamente não individualizante, sendo reconhecida dentro de uma perspectiva de construção coletiva, que nada mais é que uma nova forma política.

Aos psicólogos cabe se posicionar em uma atitude clínica, em vez de pré-concepções de atendimento clínico, para a intervenção acontecer no encontro que se estabelece entre psicólogo e usuário, entre pessoas, no entre do coletivo que se constitui.

A minha compreensão de clínica não é essa, é de uma clínica ampliada, uma clínica bem diferente desse chavão da visão que se tem hoje de um modo geral. [...] A política de Assistência ela realmente não prevê uma prática clínica se for conceber um clínica em um modelo individualizante, descontextualizada. E não cabe não só na Assistência, não cabe na Saúde, não cabe em lugar, enfim, não cabe talvez nem em um consultório particular que seja [...] A gente sabe que tem coisas que a gente tem capacidade técnica para intervir, para fazer uma escuta diferenciada, para fazer uma intervenção que às vezes outros profissionais não têm (Psicólogo 10).

A clínica também é política. Política também tem ideologia, e ideologia ela está aí em volta de você, te absorve e você a põe para fora todo momento. Isso também é política. (Psicólogo 1).

Conforme discutido até aqui, a prática política é o posicionamento ante aos efeitos produzidos pelas ações. Não se separam as múltiplas manifestações sociais da vida da produção de subjetividades e desejos nas estratégias biopolíticas da contemporaneidade. É nessas entrelinhas das relações e práticas cotidianas que a intervenção da clínica se inclina, deriva, desvia daquilo que é sofrimento para a criação de outros modos de existência e estilos de vida. A clínica é campo eminentemente político, de relações de forças e estratégias de poder. São as relações de forças e estratégias de gestão da vida bem como o investimento de potencialização da vida que são problematizados na prática clínica.

Os encontros da clínica acontecem nos mais variados espaços e contextos, dependendo cada vez menos de uma estrutura. As abordagens e os espaços onde estão acontecendo intervenções da psicologia não se limitam ao *setting* de consultório com divã. A atuação é voltada para intervenção do profissional como atenção psicológica em que a prática da psicologia atue nos espaços e demandas legítimos das realidades contemporâneas, construindo modalidades diferentes do trabalho do psicólogo a fim de refletir sentidos, participar da produção de modos de existência contemporâneos, atuar na formação e transformação das subjetividades e produzir encontros potencializadores de vida.

A política social requer mais do que atendimento sociais com caráter assistencialista, com ações e resultados temporários e provisórios ou por outro lado psicoterapias em longos processos terapêuticos. O que também não quer dizer que trabalhar com política pública também demande a criação de uma nova especialização. As velhas práticas devem dar lugar a encontros políticos que promovam reflexões sobre o estado da sociedade. A população demanda um atendimento útil e efetivo a partir das realidades socioculturais, nos modos de vida e os processos de subjetivação na contemporaneidade e, ainda, a dimensão clínico-institucional nos dispositivos de intervenção social no campo das políticas públicas de assistência à população. A construção da prática do psicólogo na Política Pública deve pensar os indivíduos, construídos e constituídos em dadas situações, tempos e espaços, produzidos e produtores de realidades, de invenção de diversos modos de existir, atravessados por desejos e afetos. Desejos em movimentos, com um grau de

abertura para a vida em que cada um permite a cada momento (ROLNIK, 1989). Afetos que podem diminuir a potência de vida, amortecer, reduzir ao mínimo, ou que podem confirmar, acelerar e aumentar a potencia de vida (DELEUZE, 2002).

Na área de gestão ou em atendimento direto à população nos serviços públicos da Assistência Social, deparamo-nos com psicólogos que exercem politicamente seus papéis. Política no sentido de relações tecidas nas gestões dos modos de vida – o controle, a potencialização, a produção de subjetividade. Concluímos a atuação do psicólogo encontrada nesses espaços públicos como eminentemente política, tal como a participação da população atendida também entrelaçada nos jogos de poder. A clínica é forma e expressão política. Reafirmamos, então, que a clínica é política.

Isso conforma outra clínica, clínica da invenção e da experimentação de práticas que são sempre sociais. O individuo e o social aqui só aparecem como formas, expressão de fluxos que se cortam incessantemente, fluxos coletivos, devires sempre outros. A clínica que daí se depreende não se opõe ao social nem o complementa, já que mutação subjetiva e social são apenas formas com que os infinitos processos de diferença podem se expressar (BENEVIDES, 2002, p. 136).

Foi sobre essa perspectiva de práticas do psicólogo que nos debruçamos para pesquisar e esperávamos encontrar nas intervenções na política. Práticas em encontros cotidianos que produzem potência, compõem vidas, realizam transformações nos indivíduos, nos coletivos e nas próprias subjetividades. Intervenções, que funcionam a partir da valorização de potencializar a vida, possibilitar as composições, entre singularidades e coletividades, necessidades e desejos, e produzir sentidos, não dominantes e nem totalizantes. Modos de intervenção que se atualizam nos encontros, momentos e relações que potencializam o outro (que traz sofrimento, lamento, queixas e indignação) para transformar em ações, a perspectiva de encontros bons.

Nessa configuração, a cartografia dos movimentos cotidianos do trabalho do psicólogo na Assistência Social nos relatos dessa pesquisa foram as conversas nos encontros, que possibilitaram produzir com o outro, pressupõe troca, reflexão e transformação, compondo mais leveza e organização de fatos e afetos. Possibilitaram pensar práticas potencializadoras para o atendimento a indivíduos que possam criar modos de existir, deixar-se afetar e poder afetar, em encontros, conversas, diálogos, músicas, vídeos, vidas.

Dessa forma, quando tomamos a clínica como eminentemente política, ou seja, como problematização de valores, sentidos fixos, universais e como possibilidades de conexão com as práticas de “invenção de si”, é que podemos afirmar o que produzimos no campo da formação “Psi”, bem como no campo da intervenção em instituições-estabelecimentos, como clínica. Ou seja, a crítica como clínica (NEVES; JOSEPHSON, 2001).

A clínica como atuação política se faz necessariamente no campo social, em que produz e reproduz ideologias e práticas, sendo que nessa perspectiva a sua intervenção é em favor da vida. Tal como uma responsabilidade social da Psicologia e em sua prática ética da constituição de outros modos de vida não assujeitados a um controle ou uma gestão despotencializadora da vida.

Se eu ousar catar,  
na superfície de qualquer manhã,  
as palavras de um livro sem final...

Valeu a pena!

Sou pescador de ilusões!

O RAPPÀ, Pescador de Ilusões.

## 5. AS PALAVRAS DE UM LIVRO SEM FINAL: A UTOPIA ATIVA!

Psicologia, Política e Ética apresentaram as estratégias políticas de gestão da vida e as possibilidades de intervenção da Psicologia na Política sob uma Ética da vida. As histórias e os personagens na política de Assistência Social nos levaram à dimensão do cotidiano da sociedade, com as suas peculiaridades, necessidades e potências, por vezes entremeadas às estratégias biopolíticas de controle como as naturalizações de caráter social e pessoal; também nos levaram às estratégias de gestão política de controle sobre a vida de toda uma população que necessita de assistência e de todo um corpo de servidores públicos, que ora reproduzem regras e normatizações ora produzem linhas de fugas, desviam e galgam caminhos possíveis para a construção de outras histórias de vida. (Re)apresentadas em forma dos personagens que falam no lugar dos psicólogos, as histórias criaram corpo e ganharam nome tal como o Carcereiro, o Capitão do Mato, o Leão de Chácaras e a Rainha de Copas, e nos levaram a vivenciar as sutilezas dos processos de trabalho e dos processos de criação, participação e intervenção política.

O que vemos afirmado nos depoimentos de alguns psicólogos não permite reduzir essas discussões a políticas estatais ou estratégias de governo, mas discursa sobre uma política da vida, uma utopia ativa e realizável. Utopia ativa nos remete ao sentido da ética de um poder constituinte, que alega uma forma política de desutopia e que recusa a utopia alienada e linear (NEGRI, 2000). Consideramos então a Psicologia e a Política entremeada a histórias na Assistência Social como personagens de uma utopia ativa, ética, aberta às singularidades, multidão e potência, como a possibilidade de expressão da multidão, da multiplicidade.

É neste sentido que podemos afirmar que essa prática capaz de se aliar ao pensamento institucionalista das utopias ativas, autogestionárias, conscientizadoras, não está ligada ao “pensamento individual” (CONDE, 1991, p. 6).

Sendo exatamente uma prática em que perpassa história, estórias, poder, vigilância, política, psicologia, clínica, crítica. E que nela se vislumbram movimentos de embates das correlações de forças, resistências e a constituição de agentes sociais e redes paralelas de solidariedade. Movimentos que compõem lutas pela vida em outros modos de existências e pela esfera do público com outras concepções dos direitos. “Num processo de verdadeiro aprendizado. Um aprendizado penoso e por

vezes extremamente desgastante. Mas, um aprendizado... que se reveste de uma utopia realizável” (ARAGÃO, 2001, p. 59).

Ah, eu acredito muito nisso! Eu acho que a nossa utopia ativa, eu acho que ela vai sempre está se transformando, eu acho que sempre a gente vai ter que repensar e rever... (Psicóloga 9).

Confiar então a discussão desse trabalho às questões levantadas pelos nossos entrevistados é reafirmar a potência de ações críticas e práticas éticas nas políticas públicas, é acreditar no discurso realizado e no trabalho executado conforme ideal planejado a ser atingido. Ouvir e contar essas histórias da política de Assistência Social nos fez vivenciar, como personagens da própria história, as afetações, fazendo afirmar posicionamentos fortemente críticos, todavia fazendo também perceber a beleza, a potência e a leveza que há no cotidiano do trabalho e da vida, abrindo possibilidades para outras concepções e práticas, que alçam rumo a novas discussões.

Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempo, mesmo de superfície ou volume reduzidos. [...] É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência, ou ao contrário, a submissão a um controle (DELEUZE, 1992, p. 218).

A Psicologia, que nesse trabalho foi escolhida para fazer essa discussão, sempre esteve inserida nas Políticas Sociais, endereçada para conformar certas constituições sociais, e que agora traz a aposta de transformação da sociedade em sua atuação política. Essa é a aposta. Não só feita nos psicólogos ou pelos psicólogos, mas a aposta nas relações entre homens, entre homens e mundo.

Mais do que acreditar no mundo, seria acreditar no liame entre homem e mundo, nessa potência, no amor, na vida, naquilo que podemos inventar, pois o real não é o que já foi dado, mas o que criamos. Temos aí um desafio a nossa contemporaneidade (MACHADO & LAVRADOR, 2001, p. 57).

A perspectiva da clínica como intervenção política envolve em sua prática as possibilidades de transformação do sujeito e da sociedade. Não encerra a discussão das práticas do psicólogo na Assistência Social, mas amplia a formação e a atuação da Psicologia, com a visão clínica e crítica sobre as relações de poder e jogos políticos que entremeiam o trabalho nas políticas públicas. A clínica ressaltada nessa pesquisa é a estratégia de potencializar a vida, quando ela encontra as linhas de fuga, nas condições em que há muito tempo deixou de ser pessoal e que pulsa no aspecto da coletividade, na multidão, que não se conforma com a sobrevivência, mas aposta em modos mais potentes de existir. É essa a questão que nos impulsiona a

outros estudos sobre a atuação do psicólogo em uma clínica ampliada, que ultrapassa muito além do indivíduo, que compreende as questões coletivas e políticas.

Tais políticas públicas pensadas para um país com ampla extensão e diversidade como o Brasil é digna de elogios, mas recebe também inúmeros apontamentos na perspectiva de que há muito que se avançar em termos de atender as demandas da diversidade do país. Sendo fundamental voltarmos a atenção ao Estado, já que cabe a ele a gestão política da nossa contemporaneidade. Os jogos de poder instalados sobretudo explícitos aos olhos de quem vê e implícitos algumas vezes nos cargos de gestão que lutam para permanecer nos mesmos postos de trabalho, afirmam uma contradição posta legalmente. Assim, indagamo-nos: o Estado deve ser vigiado pelo povo, as discussões devem se voltar para qual o papel do Estado, deve se indagar para que ele serve? A quem ele serve? Quais as demandas da sociedade? Quais as ações necessárias?

A minha entrevista mostra a contradição de direito, é a gente trabalhando pela autonomia dos sujeitos, promoção da garantia de direitos, e você muitas vezes, na maioria das vezes, você está alimentando o sistema que produziu aquela miséria (Psicóloga 7).

Bom, a Assistência Social tem uma efetividade muito grande, mas agora para quem é um bom debate. Enquanto política de governo, ela serve para legitimar muitas coisas, para apaziguar muitas coisas, ela serve para isso. Mas ela também te possibilita questionar a própria governamentalidade, o próprio governo, as próprias condições, então ao mesmo tempo que ela amarra, ela liberta, é contraditório (Psicólogo 11).

O Estado Presente<sup>39</sup> ao qual o governo do Espírito Santo anuncia desejamos que fosse presente pela participação da sociedade, protagonizando as mudanças que a sociedade demanda, e não pelas ações repressivas ou paliativas por parte do poder estatal. Devendo buscar políticas públicas para as questões sociais, o efetivo cumprimento das políticas em curso e a construção de alternativas coletivas, políticas e públicas.

Podemos dizer que, hoje, a construção de uma sociedade democrática, passa pela participação nos órgãos públicos, em suas várias dimensões. É necessário estar presente na construção de políticas públicas para a saúde, a educação, o trabalho, a infância e a juventude, a segurança, a habitação, a circulação humana, a comunicação. E também estar presente nos órgãos de controle social dessas políticas (GONÇALVES, 2003, p. 160).

---

<sup>39</sup> Estado Presente é um programa de governo pensando nas comunidades menos favorecidas para atuar com ações de cidadania e combate à violência e à criminalidade (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, acesso em 15 jan. 2013).

O cenário nacional se descortina com a atualização das normativas da área da assistência, como avanços na luta pela promoção social, tal como a reescrita das normativas. O cenário do estado vive a troca das gestões municipais e os seus secretariados e é incitada a uma mobilização em prol de uma política social que seja realmente pública, sem o assistencialismo nas pastas das políticas sociais municipais. Mas ainda há muito que se fazer, muito que se avançar, inclusive no que diz respeito à atuação da Psicologia, como dar visibilidade ao saber do psicólogo; discutir suas atribuições; discutir, monitorar e avaliar a prática, efetivando cotidianamente nas práticas a avaliação delas; contribuir com o conhecimento da Psicologia; e possa contribuir mais e ser mais convergente com a política social em âmbito público. É necessária a leitura política, as leituras dos textos políticos e a apresentação dos resultados efetivos do trabalho dos psicólogos, sem querer efeitos, mas sim direcionamentos dos rumos da política. As práticas na política ainda deixam questionamentos em muitos. Qual é o papel do psicólogo na política? Qual é o papel da política? Quais as contribuições interessantes nas práticas que ali se pode executar? O que mais se pode fazer? O que pode ser produzido com a prática do psicólogo?

As lutas constituídas pela multidão para a constituição das Políticas Públicas, o acesso ao serviço público, o acesso igualitário aos direitos continuam embrenhadas permanentemente no cotidiano dos trabalhos. As redes de solidariedade constituídas nas alianças do cotidiano são fundamentais para a construção desses movimentos, idealizando os processos de autogestão de uma comunidade.

O seu direito vai até onde você consegue fazer valer o seu direito.

[...]

Eu acho que a gente venceu isso, entendeu? A gente venceu isso. E foram as alianças, que ao longo do tempo, se tornaram mais fortes, mais cúmplices. Foi muito bonito mesmo! Eu achei que foi um trabalho muito bonito, foi uma coisa que a gente superou. Era de parceria, a gente pensava coisas juntos. (Psicólogo 11).

Pensamos que esta é a grandeza das lutas de resistência, como nos aponta Foucault, a ética, a liberdade, a insubmissão da liberdade, a luta contra o tornar-se sujeito apreendido e capturado pelos mecanismos externos do controle e dependência ou ainda pelos mecanismos internos das estratégias contemporâneas de poder de controle da consciência ou autoconhecimento de si mesmo com a ideia da identidade, ideais instituídos sobremodo nos padrões individualistas do modo de

vida regido pela moralidade capitalista e do seu paradigma do modo de ser burguês (CASTELO BRANCO, 2002). Cabe a nós refletir como e quanto estamos contribuindo para naturalizar e manter esses modos de vida, refletindo sobre as nossas possibilidades de agir para via de uma *heterotopia foucaultiana* do “autogoverno dos indivíduos livres e autônomos” em um “espaço público, bem entendido, conquistado passo a passo pela recriação e reinvenção constantes de novas formas de sociabilidade e novos estilos de existência” (CASTELO BRANCO, 2002, p. 184).

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, S. História da Psicologia: origens nacionais. In: JACÓ-VILELA, A. M.; JABUR, F; RODRIGUES, H. B. C. (Orgs.). **Clio-psyché**: histórias da psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999. Disponível em: <http://www.cliopsyche.uerj.br/livros/cli01/historiadapsicologia.htm>. Acesso em: 05 nov. 2011.

ALBERTI, V. **Ouvir e contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 13-31.

AGAMBEM, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Búrigo. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

ARAGÃO, E. M. A. Recorte de uma realidade: em busca da construção de cidadania. In: NOVO, Helerina Aparecida; SOUZA, L. de; ANDRADE, A. N. de (Orgs.). **Ética, cidadania e participação**: debates no campo da psicologia. Vitória: EDUFES/CCHN Publicações, 2001. p. 43-59.

\_\_\_\_\_; NOVO, H. A. Histórias-movimentos por cidadania. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 1, jan.-jun./2006. p. 181-197.

ARENDDT, H. **O que é Política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BARAÚNA, L. M. P. B. Da História da Psicologia para uma História na Psicologia. In: JACÓ-VILELA, A. M.; JABUR, F; RODRIGUES, H. B. C. (Orgs.). **Clio-psyché**: histórias da psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999. Disponível em: <http://www.cliopsyche.uerj.br/livros/cli01/dahistoriadapsicologia.htm>. Acesso em: 05 nov. 2011.

BARROS, R. D. B.; BENEVIDES DE BARROS, R.; PASSOS, E. Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo. **Revista Psicologia Clínica**, 13(1), 2001, 89-100.

BENEVIDES DE BARROS, R. Clínica e social: polaridades que se opõem/complementam ou falsa dicotomia. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R. (orgs.) **Clínica e Política**: Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos. Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá. Rio de Janeiro: 2002. p. 123-139.

\_\_\_\_\_; PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas públicas de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2005. p. 561- 571

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: **Obras escolhidas**: magia, técnica, arte e política. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, v. 1, 1994. p. 222-253.

BEZERRA, N. R. Entre Escravos e Senhores: a ambiguidade social dos capitães do mato. **Revista Espaço Acadêmico**, ano IV, nº 39, Ago 2004. ISS: 1519.6186. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/039/39ebezerra.htm>>. Acesso em: 22 out. 2011.

BOCK, A. M. B. **As aventuras do Barão de Münchhausen**. São Paulo: Cortez Editora, 1999a.

\_\_\_\_\_. FURTDON, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999b.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 jun. 1994.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. \_\_\_\_\_, Brasília, 19 abr 1991.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social e dá outras providências. \_\_\_\_\_, Brasília, 8 dez. 1993.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. \_\_\_\_\_, Brasília, 2 jul 2011.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/valores-dos-beneficios>>. Acesso em 04 mar 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 out 2004.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. \_\_\_\_\_, Brasília, 26 dez 2006.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. \_\_\_\_\_, Brasília, 25 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. \_\_\_\_\_, Brasília, 25 jul 2005.

\_\_\_\_\_. Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. \_\_\_\_\_, Brasília, 03 jan 2013.

CARROLL, L. **Alice no país das maravilhas**. Traduzido da edição francesa. Editions, G.P.Paris. 1980.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTELO BRANCO, G.. As lutas pela autonomia em Michel Foucault. In: RAGO, M.; ORLANDI, L.B.L.; VEIGA-NETO, A. **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 175-184.

CATHARINO, T. R. Fragmentos da História da Psicologia no Brasil - algumas notações sobre teoria e prática. In: JACÓ-VILELA, A. M.; JABUR, F; RODRIGUES, H. B. C. (Orgs.). **Clio-psyché**: histórias da psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999. Disponível em: <http://www.cliopsyche.uerj.br/livros/clio1/fragmentosdapsicologia.htm>. Acesso em: 05 nov. 2011.

CHAUI, M.. A Vida Política. In: **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000, p. 474-489.

COIMBRA, C.M.B.Práticas “Psi” no Brasil do “Milagre”: algumas de suas produções. In: JACÓ-VILELA, A. M.; JABUR, F; RODRIGUES, H. B. C. (Orgs.). **Clio-psyché**: histórias da psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999. Disponível em: <http://www.cliopsyche.uerj.br/livros/clio1/praticaspsinobrasildomilagre.htm>. Acesso em: 05 nov. 2011.

\_\_\_\_\_ et al. Intervenção clínica quanto à violação dos Direitos Humanos: por uma prática desnaturalizadora na teoria, na ética, na política. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R. (orgs.) **Clínica e Política**: Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos. Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá. Rio de Janeiro: 2002. p. 113-121.

CONDE, H. **Na trama institucional**: o que representam as práticas educativas em saúde?.2003. Disponível em <http://redepopsaude.com.br/redepopsaude/pratedsaudeinst.htm>. Acesso em 05 mai 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 007/2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP ° 17/2002. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Resolução CFP nº 10, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. \_\_\_\_\_, Brasília, 29 jul. 2005.

\_\_\_\_\_. **Documento de Referências Técnicas para atuação em CRAS/SUAS.** Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. **Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)** – informações para gestoras e gestores. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_; CFESS/ CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social.** Brasília, 2007.

DELEUZE, G. **Conversações.** Tradução Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

\_\_\_\_\_. Lewis Carroll. In: **Crítica e clínica.** Trad. Peter Pal Pélbart. São Paulo: Editora 34, 1997. p. 31-32.

\_\_\_\_\_. **Espinosa: filosofia prática.** São Paulo: Escuta, 2002.

DUARTE, A. M.. Biopolítica e resistência. **O legado de Michel Foucault.** In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (org.) Figuras de Foucault. 1 ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2006, v. 1, p. 45-56.

\_\_\_\_\_. **Sobre a biopolítica:** de Foucault ao século XXI. Revista Cinética, v. 1, p. 1-16, 2008.

FERREIRA, M.S. Walter Benjamin e a questão das narratividades. In: **Mnemosine.** v.7, nº 2, Departamento de Psicologia Social e Institucional/ UERJ . Rio de Janeiro, 2011. p. 121-133.

FOUCAULT, M. A Governamentabilidade. In: **Microfísica do Poder** (1974), 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 163-174

\_\_\_\_\_. **A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber** (1976a). Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1985, 7ª edição.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. O nascimento da medicina social. In: **Microfísica do poder** (1974). 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 79-98

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade:** Curso no Collège de France (1975-1976), (trad. de. Maria Ermantina Galvão). (1976b) São Paulo: Martins Fontes, 2000 (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território e População.** Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Coleção Tópicos.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da Biopolítica.** Curso no Collège de France (1978-1979), (trad. de. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia Sócio-Histórica e Políticas Públicas:** a dimensão subjetiva de fenômenos sociais. Tese de doutorado. São Paulo, PUC: 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <<http://estadopresente.es.gov.br/>> Acesso em 15 jan 2013.

GUATTARI, F. **Caosmose.** Um novo Paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

\_\_\_\_\_; ROLNIK, S. **Micropolítica:** Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1999.

HARDT, M. ; NEGRI, A. **Multidão:** guerra e democracia na era do Império. Tradução de Clovis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HECKERT, A. L. C. **Os desafios da Educação na Contemporaneidade.** In: SILVA, A. A.; BARROS, M. E. B. Psicopedagogia: Alguns hibridismos possíveis. Vitória, Saberes Instituto de Ensino, 2000. p. 11-18.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórica-metodológica. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=es>>. Acesso em 15 jan 2013.

JACÓ-VILELA, A.M. Psicologia: Um saber sem memória? In: \_\_\_\_\_, A. M.; JABUR, F; RODRIGUES, H. B. C. (Orgs.). **Clio-psyché:** histórias da psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999. Disponível em: <http://www.cliopsyche.uerj.br/livros/cli01/umsabersemmemoria.htm>. Acesso em 05 nov. 2011.

KEIDE, R.; JACÓ-VILELA, A.M. "Mens In Corpore": o Positivismo e o Discurso Psicológico Do Século XIX No Brasil.[ In: JACÓ-VILELA, A. M.; JABUR, F; RODRIGUES, H. B. C. (Orgs.). **Clio-psyché:** histórias da psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999. Disponível em: <http://www.cliopsyche.uerj.br/livros/cli01/mensincorpore.htm>. Acesso em 05 nov. 2011.

LAZARATTO, M. **Puissances de l'invention**. Paris, Les Empêcheurs de penser em rond, 2002.

LIBARDI, D.; SOUTO, A. **Pescando histórias a beira-mar**. Impresso oficial Graciliano Ramos. 2ª ed. Maceió, 2011. Coleção Coco de Roda.

MACHADO, L. A. D. Subjetividades contemporâneas. In: BARROS, Maria Elizabeth B.(org.) **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória, EDUFES, 1999. p. 231-247.

\_\_\_\_\_; LAVRADOR, M. C. Loucura e Subjetividade . In: MACHADO, L.D.; LAVRADOR, M.C.C.; BARROS, M.E.B. (orgs.) **Texturas da Psicologia: Subjetividade e política no contemporâneo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 45-58.

\_\_\_\_\_; GOTARDI, D.P.P. Interferências ético-políticas nos processos de pesquisa. In: LOPES, K.J.M.; CARVALHO, E.N.; MATOS, K.S.L. (orgs.) **Ética e as reverberações do Fazer** Fortaleza: edições UFC, 2011.p. 46-59

MANCEBO, D. Formação em Psicologia: Gênese e Primeiros Desenvolvimentos. In: JACÓ-VILELA, A. M.; JABUR, F; RODRIGUES, H. B. C. (Orgs.). **Clio-psyché: histórias da psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999. Disponível em: <http://www.cliopsyche.uerj.br/livros/clio1/formacaoempsicologia.htm>. Acessado em 05 nov. 2011.

MARASCHIN, C.; RANIERE, É. Socioeducação e identidade: onde se utiliza Foucault e Varela para pensar o Sinase. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, Jun. 2011.

MOURÃO, J.C.; JORGE, M.A.; FRANCISCO, S.A. Violência organizada, impunidade e silenciamento. In:RAUTER, C.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R.(orgs.) **Clínica e Política: Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos**. Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá. Rio de Janeiro: 2002. p. 51-58.

NEGRI, A. **O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade**. Tradução Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

NEVES, C.A.B.; JOSEPHSON, S.C. A crítica como clínica. In: MACHADO, L.D.; LAVRADOR, M.C.C.; BARROS, M.E.B. (orgs.) **Texturas da Psicologia: Subjetividade e política no contemporâneo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 99-108.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.

PASSOS, E.; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método cartográfico**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 109-130.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PELBART, P.P. **Vida Capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminaras, 2009.

PEREIRA, F.M.; NETO, A.P. O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 19-27, 2003.

PIRES, Maria Helena Martins Costa. **Analogia e Semelhança**. In: Dicionário Crítico de Arte, Imagem, Linguagem e Cultura. Disponível em: <<http://www.artecoia.pt/index.php?Language=pt&Page=Saberes&SubPage=ComunicacaoELinguagemImagem&Menu2=Autores&Slide=14>> Acessado em 07 abr. 2013.

PORTO, F.. Ação conjunta de psicólogos e assistentes sociais é essencial para a garantia da emancipação e do protagonismo social da população. **Rev. Diálogos**, Brasília, ano 7, n. 7, p. 7-11, jul. 2010. Entrevista concedida à Revista Diálogos.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROSAS, P.S. O Dilema da Psicologia Contemporânea. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, Edição especial, n.0, Dez. 2010, p. 43-90.

SARAIVA, J.B.C. SINASE, LOAS, SUAS, MDS, CREAS, CRAS, SEDH, MSE, LA, PSC, o glossário e o calvário do adolescente autor de ato infracional: os riscos da revivência da doutrina da situação irregular sob um novo rótulo. In: **Revista Jus Vigilantibus**, 2010. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/43819>>. Acesso em 03 mar. 2013.

SOARES, A. R. A Psicologia no Brasil. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, Edição especial, n. 0, Dez. 2010, p. 10-41.

VINCENT, G. Segredos da história e história do segredo. In: **História da vida privada V**: da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 157-199.

2073620115040241 RS0000207-36.2011.5.04.0241, Relator: LEONARDO MEURER BRASIL, Data de Julgamento: 10/05/2012, Vara do Trabalho de Alvorada, undefined

**APÊNDICE A – ROTEIRO: LISTA DE PONTOS FUNDAMENTAIS PARA  
DISCUSSÃO DO TEMA DE PESQUISA**

<b>Formação</b>	<b>Experiências</b>
Faculdade	Experiências anteriores
Ano	Como chegou no SUAS?
Tempo de formado	Vínculo
Linhas	Tempo no SUAS
Teorias	Tipificação do serviço
Técnicas	O que é o trabalho no SUAS?
Instrumentos	
Pesquisa	<b>Fórum</b>
Conhecimento aproveitado	Discussão
	Militância
<b>Política</b>	
Política Pública	<b>Psicologia</b>
Politicagem	Como vê a psi?
Assistência social	Como quem trabalha junto vê a psi?
Assistencialismo	Como quem é atendido vê a psi?
Jogos de poder	Social
Relações de poder	Práticas
Protagonismo	Cotidiano
Autonomia	Equipe multiprofissional
Responsabilização	Assistente social
Controle social	Usuário
Efetividade	Contradição

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Nome \_\_\_\_\_

Nacionalidade \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_

Estado civil \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, conforme identificação descrita acima, estou sendo convidado a participar de um estudo denominado **“Psicólogos Trabalhadores do SUAS: História Oral das Práticas PSI no Fórum de Discussão sobre a Política de Assistência Social**, cujos objetivos são: pesquisar o trabalho dos psicólogos que participam do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS para conhecer quais as práticas desenvolvem no campo da Psicologia, bem como investigar o cotidiano do trabalho desenvolvido por psicólogos trabalhadores da Política de Assistência Social; compreender através de relatos orais dos profissionais entrevistados a inserção da psicologia nos programas sociais; e conhecer a trajetória acadêmica e a experiência prévia desses profissionais no âmbito das políticas públicas.

A minha participação no referido estudo será no sentido de conceder uma entrevista à pesquisadora, com a utilização de um roteiro semi-estruturado, comum a todos os sujeitos, cujo conteúdo será gravado, transcrito, analisado e, posteriormente destruído; além de anotações na ficha do informante, na qual constarão dados que permitam caracterizar o entrevistado em relação às informações pretendidas pela pesquisa, e, no diário de pesquisa, que consiste em uma ficha de observação que será preenchida registrando as condições em que foi feita a entrevista (onde, quando e o modo).

Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como o levantamento de informações relevantes para a proposição das políticas públicas de Assistência Social, bem como a reflexão a respeito dos processos sociais e dos modos de relação com a vida pelos psicólogos envolvidos no processo.

Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, tal como a exposição às afetações decorrentes das situações

relatadas nos depoimentos dados pelos psicólogos envolvidos no processo.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e, se desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venha a receber.

As pesquisadoras envolvidas com o referido projeto são **Ana Paula da Silva Dettmann**, mestranda PPGPSI/UFES, (27) 9952-2856 ou email: [apdettmann@yahoo.com.br](mailto:apdettmann@yahoo.com.br); **Elizabeth Maria Andrade Aragão**, professora orientadora PPGPSI/UFES, (27)9989-8408 ou email: [baragao60@yahoo.com.br](mailto:baragao60@yahoo.com.br) .

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor do aqui mencionado e compreendido a natureza e objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

---

Assinatura da Pesquisadora

---

Assinatura da Orientadora

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional – UFES  
Telefone: (27)4009-7643  
Email: [ppgpsl@yahoo.com.br](mailto:ppgpsl@yahoo.com.br)

Comitê de Ética da UFES Goiabeiras  
Telefone: (27) 4009-2430  
Email: [cep.goiabeiras@gmail.com](mailto:cep.goiabeiras@gmail.com)